



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ENTRE A DOCÊNCIA E O GÊNERO: O JORNAL “O EDUCADOR” E
OS SIGNIFICADOS DO FEMININO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920**

EMANUELLA BEZERRA DE OLIVEIRA BRUNET

CAMPINA GRANDE – PB

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ENTRE A DOCÊNCIA E O GÊNERO: O JORNAL “O EDUCADOR” E
OS SIGNIFICADOS DO FEMININO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920**

EMANUELLA BEZERRA DE OLIVEIRA BRUNET

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas.

Orientadora: Prof^ª Dra. Joedna Reis de Menezes.

CAMPINA GRANDE – PB

2022

B895e Brunet, Emanuella Bezerra de Oliveira.
Entre a docência e o Gênero : o jornal "O Educador" e os significados do feminino no início da década de 1920 / Emanuella Bezerra de Oliveira Brunet. - Campina Grande, 2023.
118 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação: Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses."
Referências.

1. Discurso de Gênero. 2. Feminismo. 3. Mulheres. 4. Imprensa. 5. Parahyba. 6. O Educador. I. Meneses, Joedna Reis de Meneses de. II. Título.

CDU 81'42(091)(813.3)(043)

EMANUELLA BEZERRA DE OLIVEIRA BRUNET

**ENTRE A DOCÊNCIA E O GÊNERO: O JORNAL “O EDUCADOR” E OS
SIGNIFICADOS DO FEMININO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Aprovada em: 30/11/2022

BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Joedna Reis de Meneses – Orientadora
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Profª Dra. Alômia Abrantes da Silva – Examinadora Externa
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Prof. Dr. Azemar Soares dos Santos Neto – Examinador Interno
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Profª Dra. Susel Oliveira da Rosa – Suplente Externa
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira – Suplente Interno
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Dedicatória

Dedico essa pesquisa à minha amada imortal Radyja, feminista de formação familiar, e a todas as mães solo do Brasil, que assim como eu são águias, carcarás no Nordeste.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao Sagrado, a minha divindade suprema, que me nutriu de uma fé que me fez chegar até aqui, um lugar impossível aos ouvidos de quem cresceu ouvindo que o futuro perpassaria por três caminhos: a prostituição, o trabalho doméstico e/ou o biscate, atividades laborais as quais admiro muito e que não são demérito, mas que eu não me via as realizando. Particularmente eu amava a biblioteca da cidade que cresci (Guarabira), apesar de tantas vezes ouvir: “para de desenhar nome menina”, “parece uma doida trancada no quarto”, “a filha de Lia é doida”, “olha como ela é espalhafatosa”, “ela é tão bonitinha”, “ela quenga”. Tantos adjetivos, tantos termos “nordestinos”, tantos marcadores sociais que recebi na pele desde a infância, sim do lugar de uma filha de pais adoecidos que me expôs à violência de gênero, ao patriarcado, à sujeição do meu lugar pelo meu gênero mulher, mas mesmo assim eu fui e escolhi ser e me afirmar como Emanuella, dona e protagonista da minha história. Assim, teço esta dissertação com imensa gratidão e ciência que não cheguei aqui sozinha, outras mulheres seguraram minhas mãos ancestralmente e carnalmente.

Agradeço primeiramente à minha mainha, que é como a chamo e como muitas mulheres paraibanas chamam suas mães, Dona Maria, que cuidou de mim desde seu ventre, que me amou, ninou, protegeu, alimentou, quem passa uma vida ajoelhada pedindo aos céus por mim. À minha filha Radyja, meu bem mais precioso, minha musa inspiradora, carne da minha carne, sangue do meu sangue, meu amor mais visceral.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, nas pessoas de Yaggo, José Otávio, professora Damiana, e tantas outras que proporcionaram essa pesquisa. A Azemar Júnior, amigo, professor e irmão, menino/homem, persona que admiro, a quem tive a honra de encontrar duas vezes na minha formação acadêmica, na UEPB e na UFCG, ambas como professor.

Às minhas ex-professoras da UEPB, Campus III, hoje amigas e colegas de profissão, Edna Nóbrega, minha anjinha que sempre esteve e está em minha vida ligada por um elo imortal de amor, Naiara Ferraz, Elisa Mariana, Susel Oliveira e Mariângela, que sempre estiveram presentes comigo, mesmo na ausência; em especial a ela, Alômia Abrantes, que inspirou veementemente a escrita dessa dissertação, como pessoa, como historiadora referência no Nordeste em pesquisas a respeito das mulheres na imprensa e na mídia.

À Joedna Reis de Meneses, minha orientadora, musa Clio, a mulher mais doce, gentil, humilde e inteligente que conheço, uma pessoa que reúne tantas qualidades e que mesmo assim pisa leve, mansa sobre a terra, a quem amo imensamente.

À minha avó Maria José, professora, mãe, leonina minha, meu exemplo de que para ser forte não necessariamente é preciso armaduras, na verdade há um bocado de amor na força, minha ancestral que encontra-se em outro plano, mas ligada a mim.

Ao meu irmão Eliel Ananias, que cresceu sendo meu melhor amigo, a quem muitas vezes chorou e madrugou comigo, grata pela paciência.

Às minhas tias Nazaré e Tia Sessé, ambas em outro plano, uma levada pelo câncer de colo do útero e a outra acometida pela Covid-19 em março de 2021, que sempre devotaram um amor incondicional à sua ratinha. A/os prim(a)os Eliedson, Elilaura, Elaine, Lady, Ruama, que alguns são colegas de profissão, outros não, mas que sempre foram coerentes com o desejo pelo meu propósito. A meu pai Emanuel, a quem possuo um elo de força e ligação soberana, e que mesmo diferentes, nos amamos, nos cuidamos diariamente.

Às minhas amigas: Kelly Cristine Cordeiro, meu amor, minha companheira e certamente a mulher que me coloca coragem para viver a vida com salto alto; Lays Regina, sábia, inteligente, sempre preparada a enfrentar o mundo de maneira corajosa e leve, além de ser uma advogada minha; Beth Moreno, pessoa sol, a quem aprendi a ver a vida com mais leveza; Maria Emanuely, companheira de escuta sensível on-line, a quem agradeço por todo carinho e estima.

À minha família materna matriarcal: avó Dalvinha, e tias Mirian e Elizabeth, que nunca duvidaram do meu poder de aprendizagem e inteligência, que sempre me colocaram na mesa da máquina de costura para estudar no quintal de casa.

Jullieny, Miguel e Lindinaldo, eu não sei quem ama mais e quem cuida de quem, mas sobrevivemos a 2021, sequelados, com cicatrizes, mas vivos como família que somos, obrigada por ouvirem eu falar mil vezes a mesma coisa, por ser escuta, amor e casa.

Aos meus educandos da EJA da cidade de João Pessoa, em especial Dona Penha, Evilázio, Suzana, Euzélia, Marizete, Antônio, nós somos os narradores de Javé e escritores de história de gente grande. Aos meus educandos de Jaracá, zona rural, meus pequenos guerreiros, em especial Eduardo, Carol, Evelyn, Naiara, Fabrício, Natalia, Bianca, Pedro Henrique, vocês foram doces e gentis com a professora de vocês e eu sou grata a todo amor que perpassa nosso propósito. Aos meus educandos do Littera João Pessoa, em especial Livia, Fernanda, Katia, Izabel. Aos meus educandos da rede privada, em especial Heloisa, Paulo, Mariana, Pietro, Caio, Clara, Raquel.

A Peron Filho, agradeço a leitura sensível, a paciência, a calma, a relação de alteridade que existe em nós e, apesar e com todas essas prerrogativas, a capacidade de emanar com toda força que uma pessoa justa pode fazer de si e do mundo uma defesa com sabedoria.

À Gal Costa, que com Vaca Profana me inspirou e me fez respirar todas as lágrimas que percorreram este caminho, a Chico Buarque, com Geni e o Zepelin, que dentro da sua feminilidade me fez sobreviver às pedras e surras de língua.

Agradeço à pessoa mais importante, forte e resiliente que conheço, eu mesma, que apesar de mutilada, remendada, violentada, estou aqui fazendo história por outras elas, outras mulheres.

Epígrafe

“Acima de tudo, transformá-la, de modo a ser algo útil, já que até agora não pintei outra coisa a não ser a expressão honesta do meu próprio ser, mas absolutamente distante do que a minha pintura poderia fazer para servir ao mundo, e devo lutar com todas as minhas forças pelo pouco de positivo que minha saúde me permita fazer no sentido de ajudar a Revolução. A única verdadeira razão pra viver”

(Frida Kahlo)



Carlos Nunes, artista plástico paraibano (2022)

Imagem cedida e feita exclusivamente para essa dissertação.

Todos os direitos autorais reservados.

Resumo

No estado da Paraíba, nos anos de 1920, práticas e discursos de gênero sobre o feminino foram construídos através das leis, da educação, da Igreja, bem como da imprensa, no caso do Jornal O Educador. Os anúncios de jornais traziam lacunas com regras e orientações à educação das mulheres, lembrando que não falamos de qualquer jornal e sim de O Educador, que tratava de toda produção intelectual majoritária masculina e reafirmava o machismo e a misoginia que se construía quando o pensamento era basicamente: “[...] precisamos ensinar as nossas filhas [...]” (O EDUCADOR, nº 1, 02 fev. 1922, p. 01). Aqui adentraremos no território da Parahyba do Norte, hoje chamada de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, discutiremos as afirmações de gênero nesta sociedade, os traços culturais a partir do que ela legitimava dentro da Imprensa, precisamente trataremos de um jornal editado e redigido pelos educadores e estudiosos da época. Todavia, dentro desta escrita há espaços de voz das mulheres desse período, que vão florear outras histórias de si e para as mesmas, histórias sobre desejo político, intelectual, de liberdade mesmo que ainda de maneira ponderada. O objetivo dessa pesquisa é problematizar as tessituras, os traços culturais de uma sociedade brasileira moderna que de maneira dialógica constrói espaços de costumes em comum de rupturas e continuidades entre homens e mulheres, mas que o ventre, o norte é a escuta/leitura da narrativa histórica dessas mulheres dentro do Jornal O Educador.

Palavras-Chave: Feminino; Mulheres; Imprensa; Parahyba; O Educador.

Abstract

In the state of Paraíba, in the 1920s, gender practices and discourses about the feminine were constructed through the laws, education, the Church, as well as the press in the case of the newspaper O Educador. Newspaper advertisements brought gaps with rules and guidelines to women's education, remembering that we are not talking about just any newspaper, but O Educador, which dealt with all the majority masculine intellectual production and reaffirmed the machismo and misogyny that was built when the thought was basically: "[...] we need to teach our daughters [...]" (O EDUCADOR, 02 fev. 1922, p. 01). Here we will enter the territory of Parahyba do Norte, today called João Pessoa, capital of the state of Paraíba, we will discuss the gender affirmations in this society, the cultural traces from what it legitimated within the Press, precisely we will deal with a newspaper edited and written by educators and scholars of the time. However, within this writing there are spaces for women's voices from that period, which will flow other stories about themselves and for them, stories about political, intellectual, and freedom desires, even if in a pondered way. The goal of this research is to problematize the weaving, the cultural traces of a modern Brazilian society that dialogically builds spaces of common customs of ruptures and continuities between men and women, but that the womb, the north is the listening/reading of the historical narrative of these women in the newspaper O Educador.

Keywords: Feminine; Women; Press; Parahyba; O Educador.

Lista de Figuras

Figura 1 – Cabeçalho do jornal O Educador	41
Figura 2 – Mancha gráfica do jornal O Educador	46
Figura 3 – Primeira página da primeira edição de O Educador	48
Figura 4 – Segunda página da primeira edição de O Educador	49
Figura 5 – Revista Feminina.....	64
Figura 6 – Eudésia Vieira	106
Figura 7 – Analice Caldas	107

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Vencimentos dos professores, previstos no Decreto nº 873	44
Tabela 2 – Quantidade de textos por categoria e por publicação de O Educador	54

Lista de Quadros

Quadro 1 – Data e número das edições do jornal O Educador (1921-1922)	42
Quadro 2 – Matérias jornalísticas de destaque e seus respectivos autores	51

Sumário

Introdução	16
I – Parto e Aborto de um Jornal	34
II – Mulheres na Parahyba: a Santa, a Política, a Fútil, a Macho e a Puta	59
2.1 O Imaginário/Representação do Feminino na Imprensa	61
2.2 Sufragismo e Feminismo na Paraíba	70
2.3 Putas e Pretos.....	81
III – Professoras Educadas e Educandas	84
3.1 Língua Materna e o Espaço do Jardim de Infância	93
3.2 Meninas, Sejam o Espelho de Maria	99
Considerações Finais	108
Referências	111
Outras fontes (periódicos).....	118

Introdução

As epígrafes, de certo modo, ou em suma, são poesias e/ou poemas, literatura de beleza. Com rimas, a minha escolha não perde a intensidade poética que se faz na dor e na delícia do ser/estar mulher. Ser híbrido que narra a história de outras mulheres subjetivamente e diversamente, Frida Kahlo me toca, me convida e invoca, em um lugar de escritora das dores de si. Relendo-se enquanto imagem, a Revolução de Frida era pelo partido, a minha revolução é feminista, é de gênero. A rosa e a borboleta, vistas na epígrafe deste trabalho, são frutos da transformação, seres de metamorfoses dentro dessa dissertação revisitadas por mim e por outras mulheres “modernas” escritoras, mães, advogadas, professoras, prostitutas na década de XX no território da atual Paraíba, dentro do jornal O Educador. Procurei com uma vontade de verdade afirmar e alcançar uma escrita verossímil das mulheres parahybanas.

Para tanto, o objetivo desse texto é apresentar o processo de elaboração da minha pesquisa, a partir do itinerário e percurso histórico da escrita de si da historiadora que vos escreve, que se deu em quatro etapas. No primeiro momento busco colocar-me à vista das pessoas que leem, um exercício não novo em minha escrita, mas com um fôlego maior de dor e verdade. Atrás de uma operação historiográfica, há uma mulher escrevendo, sobre outras mulheres há um século passado, dentro do seu estado, a Paraíba; estabeleço a delimitação do objeto de estudo, o recorte temporal e as fontes selecionadas. Na segunda, compreendo a importância das escritoras que versaram textos e pesquisas sobre o tema, mulheres, imprensa, feminismo. Na terceira, discutimos as ferramentas teórico-metodológicas que utilizamos, explicando a contribuição da análise do discurso de Foucault e dos Estudos Feministas, de história das mulheres e de Gênero para a construção da leitura das relações e construções a respeito do feminino dentro do jornal O Educador, na Parahyba dos anos de 1921 a 1922. Na quarta, me debruço sobre a arquitetura dos capítulos, quais temas e estruturas expostas em cada um dos mesmos, buscando entender as relações de gênero que atravessaram historicamente a imprensa parahybana.

Mestranda dentro de um programa acadêmico em um país governado por um misógino, inimigo das pesquisas científicas, inimigo das instituições públicas, meu corpo adoecido três vezes por Covid-19, duas delas sem vacina, sou, além de subordinada, perseguida política e ideologicamente, violentada enquanto estudante de pós-graduação pelos meus direitos não realizados de receber bolsa para realizar meu mestrado. Iniciei a jornada de mestranda

desempregada no início de 2020, vendendo bolos na UFCG para angariar a passagem de ônibus, e hoje concluo esse ciclo como professora e funcionária pública.

Não conquistei tais méritos por apoio deste governo, visto que minha jornada acadêmica como bolsista PIBID do CNPq de 2012 a 2016 na UEPB-Campus III Guarabira, se deu durante o governo de uma mulher, Dilma Rousseff, período em que pude me dedicar inteiramente à formação acadêmica, publicação de artigos, ser PIBIC duas vezes dos professores Tiago Bernardon e Alômia Abrantes, fazer três monitorias em Teoria da História com Joedna Reis e em História Antiga com Naiara Ferraz, fazer extensão, viajar o país apresentando meus artigos e por fim escrever a monografia com o título *O Labor Feminino: Mulheres no Brejo paraibano*, o qual foi publicado também no Memorial da Justiça do Trabalho, e posteriormente construir um currículo profissional em Brasília. Retornei à Paraíba determinada e munida de arcabouço teórico para me colocar como efetiva dentro da minha categoria, em meu estado, sem abandonar o lugar de fala e escrita das mulheres, lugar este que me atravessava diariamente as dores de ser/estar neste lugar social.

A afirmação e a escrita de si perpassam um espaço de ação política de existência e resistência que se faz necessário dentro de uma sociedade que ainda hoje possui constructos de desigualdade, machismo e misoginia, portanto masculinidades e feminilidades são marcadores sociais não naturais e distantes da neutralidade de um projeto social de vida contemporâneo, são construtores de lugares sociais com estruturas ainda constituídas em veículos distintos como a imprensa, a educação, a saúde, direito e outras esferas sociais públicas. Gênero é um conceito criado nos anos 1970 com grande influência do pensamento feminista. A intenção dele é distinguir a proporção biológica da proporção social, respaldado no pensamento de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a forma de ser homem e de ser mulher é afirmada pela cultura. Logo, gênero significa que homens e mulheres são objetos da realidade social e não consequência da anatomia de seus corpos.

A honestidade de me colocar dentro da história que escrevo é um exercício doloroso, penoso, uma visita às minhas memórias de desejo ao esquecimento, mas delas se fazem o que vamos encontrar nesta dissertação, escrita por uma mulher furiosa de desejo, desejo de mudar ou pelo menos rachar a sociedade patriarcal, machista e misógina.

Para adentrar nas palavras dessa narrativa, precisamos entrar um pouco nesta autora, deflorar um pouco das suas memórias, para assim dar sentido a esta dissertação que será amada por uns e ignorada por outros, mas que trata com cuidado e zelo àquelas a quem são protagonistas dessa história, as mulheres. Não vamos problematizar o machismo aqui, mas se

você sentir dentro do seu tempo de leitura, em sua pele e ele te dê ânsia é porque ele se faz presente no discurso das suas vidas, da história de outras meninas, mulheres, mães.

A maternidade na adolescência é algo que perpassou a vida de 21,34% das menores de 20 anos no Brasil no início dos anos 1990, segundo dados do IBGE (Instituto Geográfico Brasileiro de Pesquisa), e eu estava entre essas meninas/mulheres que foram mães prematuramente, pelas prováveis possibilidades e diversas realidades de vida, algumas por ausência de educação sexual na escola, na família, outras pelo lugar social, classe, raça e gênero. Meninas pobres e negras são maioria nas estatísticas de marginalidade, mas o fato aqui é que essa estatística tornou a questão um problema de política pública.

Entre essas meninas estava eu, e coloco meu depoimento social e cultural dentro do espaço geográfico do interior da Paraíba. Os relatos que ouviam eram de criminalidade minha, eu fui julgada como uma filha de Eva, aquela que conduz o homem ao fruto proibido, e que ouvia em espaços escolares que deveria abrir mão da minha bolsa de estudos para se dedicar integralmente à maternidade, porém estas mesmas pessoas viram meu corpo, minha habilidade intelectual, algo produtivo para o capital, e assim adentrei também aos 15 anos no mercado de trabalho, nos negócios da família, algo que durou sete anos, e que muito me incomodava pela diferença salarial por causa do meu gênero. Ao chegar à Universidade Estadual da Paraíba tudo mudou, encontrei o arcabouço teórico e me vi dentro de uma estatística de violência sexual de menor, um crime naturalizado pelo patriarcado que diz que o corpo das mulheres tem função obrigatória de reprodução, logo, a menarca fazia de meninas, mulheres.

Na graduação em História o que perturbava meus sonhos era a diferença salarial entre homens e mulheres, meu espaço dentro das relações de trabalho desde a infância. Logo escrevi o Labor feminino¹ com os processos trabalhistas do NDH-CH/UEPB em 2016, mas em 2019 eu percebi que o que violentava o meu corpo era superior ao capital e às relações de trabalho, era algo mais estrutural, poderia ser talvez o cultural, o patriarcado, o machismo e a misoginia, mas como se faz uma sociedade machista, patriarcal, misógina? A resposta poderia estar no livro de Gênesis, nos manuais de Bom Tom, na Legislação.

Em 2019, na cidade de João Pessoa (PB), eu estudava para concurso e fazia pesquisa no IHGP, enquanto minha filha também estudava, eram assim todas as manhãs antes do trabalho, olhava as caixas e arquivos digitais, a fim de encontrar fissuras na história das mulheres, que conversassem com minhas questões problemas, que eram minhas e que ao mesmo tempo não só minhas, mas de outras mulheres. Naquele CPU tinha um jornal “O Educador”, um jornal do

¹ Disponível em: <https://www.memojutra.com.br/wp-content/uploads/O-LABOR-FEMININO-AS-MULHERES-NA-JUSTI%c3%87A-DO-TRABALHO.pdf>.

órgão oficial da Educação, e ao olhar as páginas mesmo desgastadas, encontrei umas matérias com um nome em destaque e as demais letras fonte 8, esta matéria era “A Mulher”. Aquelas palavras rasgavam meu peito de mulher, por tantas palavras de mandos, ordens e determinação de espaços e costumes para as mulheres, e eu há quase um século à frente da fonte, questionava: se há tanto controle ao feminino, haveria resistências?

Era um momento diferente da graduação, eu estava sozinha, dentro do mercado de trabalho como professora, na rede privada, e era/sou a melhor mãe possível para Radyja, minha filha. Eu escrevo a partir de algum desequilíbrio, de algo torto, de algo que incomoda e que talvez me atreva a dizer que incomoda todas as mulheres, mas que algumas não estão nesse espaço de privilégio, de cinismo mental, teimosias compulsórias e desejo de mudar o mundo. Sem isso o hoje não existiria, e não se engane, essa guerreira mitológica é humana, ela chora, arde, sangra todos os meses como vocês, mulheres, ela já caiu muitas e muitas vezes e esse é só um fragmento de história, um dia quem sabe, uma biografia viva, se assim força eu possuir de revisitar o passado. E claro, hoje no lugar de funcionária pública efetiva, mestrande de uma Universidade Pública; é surreal, “eu me criei matando a fome com tareco e mariola²”, cuscuz com ovo e muita farinha. Espero que me faça entender e que faça uma narrativa sobre essas mulheres que estavam aqui nessas ruas, casas antes de mim, mas que são minhas irmãs em ancestralidade e que se estou aqui no lugar onde estou é porque outras escreveram na história a possibilidade da minha voz e palavras serem ecoadas, e sobre estas mulheres trataremos.

A Paraíba, estado em que a imprensa e outras instituições no início dos anos de 1920 estavam consolidando o status de modernidade e modernização, as estruturas sociais estavam mudando e para além da arquitetura das ruas, dos prédios, estávamos alargando e mudando os papéis sociais. Era um início de transformações na educação, nas ideias de nação e progresso, como na própria condição das mulheres, que vão estar presentes em outros espaços que até o momento não eram ocupados por elas, os espaços públicos.

No jornal O Educador, estado da Parahyba, no período de 1921-1922, as mulheres adentraram em um espaço que não era naturalmente delas, logo a partir desse evento em que experimentam o acesso à escrita, à formação, às letras, à escola, elas vão desejar e se aventurar na imprensa, escrevendo sobre si em cartas, poemas, matérias jornalísticas. O objetivo central é narrar como e onde estão estas mulheres nas páginas do jornal O Educador, ora protagonistas, ora coadjuvantes, ora criadoras e ora criaturas. Quais os discursos que fazem o feminino? E

² Tareco e Mariola, música do artista, cantor e compositor paraibano Flávio José. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zF9f_1OHnFk.

como são as sensíveis estratégias de resistência ao patriarcado, ao machismo, ao nacionalismo progressista?

A transição do século XIX para o século XX trouxe para o Brasil uma transformação nos setores da imprensa, da educação, da saúde. As mulheres começaram a estudar. Embora as escolas para meninas sejam arquitetadas desde o final do período imperial, para as jovens ricas *a priori*, mas mesmo de maneira segregada, o acesso à aprendizagem da leitura e escrita para as mulheres vai representar uma ferramenta de escuta de si, e de outras, até aquelas que desempenhavam seus papéis na esfera privada de mães e filhas esse mundo particular não será mais suficiente, é presente uma ânsia, um desejo de acessar outros lugares de poder que até o presente momento eram impensáveis para as mulheres.

A imprensa brasileira cumpre seu papel educativo dentro do império. Coube ao jornalista Pierre Plancher a criação do primeiro jornal destinado ao público feminino. O Espelho Diamantino – Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas. Dedicado às Senhoras Brasileiras – surgiu no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1827, antes da promulgação da Lei de Instrução Pública, de 15 de outubro de 1827, que autorizava a abertura de escolas primárias, inclusive para meninas nas vilas mais populosas do país. Para bem poucas as brasileiras alfabetizadas³, diga-se de passagem.

Esse e outros jornais circulariam a um seletivo número de leitoras e a seus familiares. Impresso na Tipografia Imperial de Plancher-Scignor com periodicidade quinzenal, nos dias 1º e 15 de cada mês, as assinaturas mensais, trimestrais e semestrais eram vendidas a 1.600, 3.200 e 6.000 réis, respectivamente. Ao longo de quatorze números publicou contos, poesias, comentários sobre arte, notícias sobre acontecimentos políticos, além de artigos sobre moda e culinária.

O editorial do primeiro número – muito lúcido e incisivo – trata da urgência da instrução feminina e explica o título do jornal: pretendia que as leitoras se mirassem nesse espelho para nele encontrar as respostas e os esclarecimentos que buscavam. Pierre Plancher (1779-1844), editor e jornalista francês, durante os anos que residiu no Rio de Janeiro, foi dono de tipografia na Rua do Ouvidor, tendo publicado obras de ficção de escritores brasileiros e também clássicos do pensamento político europeu em português. Na qualidade de Impressor Real, foi responsável

³ O Censo de 1872, o primeiro a ser realizado no Império, oferece dados interessantes para se conhecer melhor o país. O analfabetismo, por exemplo, era a regra. O Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta, sendo 19,85 homens, e 11,5% mulheres. Dentre os escravos, apenas 1403 sabiam ler e escrever, sendo que 329 estavam na Corte, e os demais em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Mas em percentuais, ficava abaixo do 1%. Ao todo, o país tinha 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres. Os estados mais populosos eram: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Paraíba. Os dados estão disponíveis em diversos sites na internet, inclusive em: <http://goo.gl/T2Kcmk>.

pela impressão da Constituição do Império do Brasil. Além de O Espelho Diamantino, editou o Spectador Brasileiro (1824), Diário Mercantil (1827) e Jornal do Commercio (1827). Após a renúncia de D. Pedro I, retornou à sua pátria, em 1834.

[...] Tendo as mulheres uma parte tão principal nos nossos interesses e negócios, necessário é que se lhes dê conta destes mesmos negócios, e dos princípios que originam os deveres e os acontecimentos, para que elas fiquem à altura da civilização e dos seus progressos, pois que pretender conservá-las em um estado de preocupação, e estupidez, pouco acima dos animais domésticos, é uma empresa tão injusta como prejudicial ao bem da humanidade, e as nações que a tem ensaiado têm caído no maior embrutecimento e relaxação moral. Tais verdades, tão antigas como a raça dos filhos de Eva, não são hoje desconhecidas por nação alguma da Europa, e lá, as ciências, artes e novidades estão ao alcance do belo sexo até em obras, aulas e periódicos privativos delas; porém cá precisam, mais de uma vez, serem ecoadas, logo que costumes caseiros e que cheiram alguma coisa ao ranço dos mouros, entretido até a época da Independência pelo servilismo colonial, reinam ainda em quase todas as classes da sociedade, opondo-se ao desenvolvimento do caráter das Senhoras [...]. Devemos aqui declarar que o título de Espelho Diamantino não foi meramente escolhido por fantasia. O espelho é o confidente mais estimado das Senhoras, e poucas há que com ele se não entretenham um bom bocado cada dia.... Além disso, ninguém se persuada que o nosso Espelho está simplesmente alegórico. [...] Resta-nos implorar a indulgência e favor do público, e em particular da porção mais amável a qual, inspirados por vivos sentimentos de admiração, respeito e amor, ousamos dedicar o nosso periódico (O ESPELHO DIAMANTINO, nº 1, 20 set. 1827, p. 03-04).

As senhoras do “belo sexo”, assim eram chamadas as mulheres que deveriam, por meio da imprensa, receber a instrução que lhe era incumbida, com base na linguagem moral cristã, deveriam seguir os preceitos marianos, e a mulher indesejável seria a desobediente, a curiosa, a que desejaria provar da árvore do conhecimento e sabedoria, justamente a Eva.

O primeiro número, com apenas quatro páginas, foi na verdade uma amostra do que viria se tornar O Espelho, pois as edições seguintes tiveram em média dezoito páginas e mantiveram o propósito de levar informação às leitoras e não apenas divertimento. No terceiro número, o editor rebate a opinião de alguém que não acreditava na capacidade e no interesse das mulheres em ler matérias relacionadas à política:

“Com efeito, isto é Política demais!” exclamou o Amigo, de quem já falamos, ao ouvir nosso terceiro artigo. “Que! Vós estais persuadidos”, continuou ele enfadado, que “hajam as Senhoras de ter paciência para ler estas abstrusas?” esperamos, e Deus nos livre de formarmos tão fraca ideia do talento e prudência de que são dotadas, que não cuidássemos senão em diverti-las com novelinhas ou anedotas. Nós descíamos sem dúvida obrigar o Belo Sexo a sorrir-se de quando em quando por algumas graças decentes e historietas de circunstância; porém o nosso objeto principal é de fornecer às Mães e Esposas a instrução necessária (ao menos o sentimento da necessidade de tal instrução), para dirigir a educação dos filhos, e idear as ocupações, perigos e deveres da carreira que os esposos e filhos são chamados a seguir. E como os nossos leitores pela maior parte pertencem às altas hierarquias da sociedade, devemos consagrar alguns instantes ao estudo da Política: não podíamos decerto dar às Senhoras maior prova da nossa devoção e do muito em que temos o seu juízo, do que

principiar a nossa obra pelo assunto mais abstrato e de maior ponderação [...] (O ESPELHO DIAMANTINO, nº 3, 15 out. 1827, p. 35-36) (grifo nosso).

A educação das mulheres na imprensa equiparava-se a uma defesa política, pública, um projeto de nação que nascia ali no Rio de Janeiro, mas estaria presente nas principais províncias em outros discursos dos periódicos do período, e ainda estaria presente em continuidade no século XX. O sorriso, a graça, é uma metáfora e convite à crítica da imagem infantilizada das mulheres; estas de um lado eram postas como infantilizadas com a capacidade presumida da leitura e compreensão de textos como novelas e anedotas, mas também não deveriam voar muito no campo do prazer e ócio. A educação para as moças era para seu propósito e dever maior, a maternidade, e estas mulheres, por pertencerem a uma determinada classe social, burguesia em ascensão, a aristocracia, deveriam ali mesmo acessar algum conteúdo a respeito da política, porém este era fornecido sempre com uma linguagem que transmitia ao leitor(a) seu lugar de musa, criatura devotada.

A transição do Brasil Império para o Brasil República, entre rupturas e continuidades aumentou o acesso das mulheres⁴ às letras. As escolas normais iam se instalando em todo o país e a educação fundamentalmente acontecia de maneira que existia uma escola formal, científica para os meninos/homens e outra escola para as meninas/mulheres, como irá denunciar Analice Caldas no impresso principal do professorado da Parahyba, O Educador: “as escolas normais do Brasil já ensinam educação física e outras artes para as moças, mas esta prática aqui ainda não é chegada, logo nos põe para aprender a bordar e costurar” (O EDUCADOR, nº 12, 05 set. 1922, p. 02).

A escrita e o lápis eram as armaduras femininas de poder no período e mulheres como Eudésia Vieira, Analice Caldas, Julita Ribeiro, Lylian Guedes, Luna Freire e as demais em pseudônimos como Violêta Prado, Jela, Carmelia, estavam denunciando e evocando juntas uma força de resistência às instituições de poder patriarcal como Igreja, Estado, Casamento, bem como vão resistir veementemente no campo subjetivo colocando o inominável⁵ corpo feminino

⁴ Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como ainda são hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. “As características dessas ocupações, bem como a ocultação do rotineiro trabalho doméstico, passavam agora a ser observados. Mais ainda, as estudiosas feministas iriam também demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes” (LOURO, 2014, p. 21).

⁵ O corpo feminino aparece na dissertação como discurso metafórico análogo à realização do desejo sexual natural, logo flores e borboletas, seres de reprodução, mudança do ciclo da vida, estarão presentes dentro do universo poético das poetizas. E apesar desta dissertação epistemologicamente não se tratar de um trabalho de história do corpo, o desejo feminino flerta com a linguagem e o lugar de gênero acaba perpassando tamanhas características.

em lugar de poder e tutela delas mesmas e não do Estado, do pai ou marido. Quando estas mulheres mostram e escolhem outra vida que não perpassa o casamento, quando suas poesias cercadas de discursos metafóricos ao desejo de outra vida, outras histórias, elas estão implantando uma revolução coletiva e subjetiva poderosa. Ao destinar o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, portanto, a pretensão de negar que o gênero se constituiu sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada na biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica constituída sobre características biológicas. Como diz Robert Connel (1995, p. 189), “no gênero, a prática social se dirige aos corpos”.

Quem confia nos dicionários, na escrita oficial, em uma única verdade absoluta (e desconfia do que ali não está dentro da história oficial) talvez tenha resistências em iniciar este diálogo. No sentido específico e particular que nos interessa aqui, masculinidades e feminilidades são marcadores sociais que vão encontrar-se com a palavra gênero e isso não aparece no Aurélio. “Mas as palavras podem significar muitas coisas, a partir delas muitos discursos podem ser estruturados e muitas verdades poderão ser questionadas, revisitadas pela história. Na verdade, elas são fugidias, instáveis e têm múltiplos apelos...” (LOURO, 2014, p. 18).

Admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história, me coloco em um lugar de escrita do sensível, “[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (PESAVENTO, 2003, p. 39) através da imprensa como importante fonte histórica que tem nos apresentado com a possibilidade de problematizar e visitar momentos passados do cenário da vida cotidiana. A imprensa registra, comenta, forma opiniões, distrai; através de suas palavras e imagens revisitamos valores e comportamentos rompidos e alguns permanentes nas práticas sociais. A consciência dessa riqueza documental fez aumentar a quantidade de estudos (LIMA, 2007). É nesse sentido de que o discurso do(a) autor(a) é indispensável por constituir um horizonte de verdade por ser “[...] aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 1996, p. 28).

Para abraçar teoricamente a narrativa discursiva a respeito das mulheres no jornal O Educador, utilizamos como matrizes bibliográficas Guacira Lopes, que contribui com os conceitos de gênero, sexualidade, bem como a construção das feminilidades e masculinidades. Na leitura dos discursos e no zelo da analítica do lugar de quem produz o discurso textual linguístico e para quem este é escrito, relação dialógica de dicotomia, Michel Foucault é imprescindível para dar o arcabouço das relações de poder dentro dos discursos. Sobre a relação

de patriarcado e mercado de trabalho em uma análise de gênero e classe: Heleieth Saffioti, Helena Hirata, Mirla Cisne, Margareth Rago e Michelle Perrot.

Sobre a imprensa nacional e paraibana, temos como referência Alômia Abrantes, com os estudos em sua dissertação de mestrado na UFPE, sobre o feminino na revista *Era Nova* (2000), bem como o capítulo de livro *Escritas e Inscritas: Mulheres na imprensa dos anos 1920* (2010), assim como sua tese *Paraíba, Mulher Macho* (2008), com quem dialoga com Tânia Navarro Swain e outras escritoras a respeito da construção das masculinidades e feminilidades. Constância Lima Duarte (2016), que escreve sobre a Imprensa Feminina e Feminista no Brasil, que trabalha com 55 jornais destinados as mulheres, em destaque *Rosa*, de Recife (PE), *A Mulher*, de Recife (PE) – 1875, *Primavera*, de Açu (RN) – 1875, *A Violeta*, de São Paulo (SP) – 1848. Marialva Barbosa (2000), que apesar de não escrever sobre a imprensa analisando as questões das mulheres, fornece uma coleção de transformações e estruturas a respeito dos periódicos no Brasil entre os séculos XIX e XX. Dulcília Schroeder Buitoni (2009), que faz um trabalho sobre a representação da mulher na imprensa brasileira, reunindo muitos periódicos de jornal e revistas, a citar a *Revista Feminina*, de 1913 (SP), que versará sobre como as mulheres são representadas e também como se representam quando acessam o lugar de escritoras, como os protestos das operárias no *Jornal Terra Livre*⁶.

[...] não se deve imaginar um mundo do discurso dividido em discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta (FOUCAULT, 1996, p. 96).

A ordem do discurso vira as verdades ao avesso, as revisita, atravessa o espaço que até então era confortável, mas ao atravessar este caminho é como percorrer sobre as areias da praia, nossas pegadas vão sumindo com o vento, assim são os vestígios na pesquisa histórica, são fragmentos. As verdades que estão cristalizadas no arquivo, eternizadas, são revisitadas a partir das continuidades que permeiam o presente, das indagações que perturbam a estas personas,

⁶ “O Espelho Diamantino, editado no Rio de Janeiro, em 1827, como o provável primeiro periódico feminino brasileiro; o Correio das Modas, de 1839, também carioca, disputaria o pioneirismo das publicações para mulheres. Mas a imprensa feminina do século XIX não se restringiu ao Rio de Janeiro e, em 1831, em Recife, foi lançado O Espelho das Brasileiras, seguido de várias outras publicações do gênero, muitas vezes de efêmera duração. Preocupavam-se basicamente com moda e literatura. Na segunda metade do século XIX, a imprensa se desenvolveu e estreitou seus laços com a literatura; grandes escritores, como José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis tiveram suas obras publicadas nos jornais, sob a forma de folhetins, que estimulavam sonhos e fantasias de homens e mulheres envolvidos em suas tramas amorosas” (LIMA, 2007, p. 222).

curiosas, críticas do mundo, exumando ancestrais e as convidando para tomar um café, em muitas madrugadas. O discurso veicula e produz o poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 1979). Há uma vontade de verdade, dentro dessa narrativa, ficção vigiada, como diria Azemar Soares Júnior (informação verbal), ela é alicerçada pela instituição e pelas práticas que assim a orientam em uma pedagogia do fazer História dentro de um programa de Pós-Graduação Federal (PPGH-UFCG).

A primeira tarefa empreendida pela História das Mulheres foi retirar as mulheres da invisibilidade histórica em que se encontravam (SCOTT, 1992; LOURO, 2014). Esse silêncio motivou historiadores/as a investigar o modo como as mulheres participaram das sociedades passadas: como viveram as mulheres castas, as fiéis, as obedientes, as boas esposas, as mães, as professoras, as alunas? Por que se repugnavam as 40 feiticeiras, as lésbicas, as rebeldes, as anarquistas, as prostitutas e as loucas? Essa pluralidade de experiências, por um lado, indica práticas femininas singulares, mas, por outro, refletem comportamentos e imaginários universais (PRIORE, 2011; PINSKY; PEDRO, 2012). Para Perrot (1989), não era significativo assumir uma postura teórico-metodológica diferenciada em relação à historiografia e ao modo operacional da ciência, mas importava inserir as mulheres como objeto de estudo (RAGO, 1996, p. xx): “portanto, aceitar a epistemologia feminista é alargar os horizontes no sentido que a escrita da história não é neutra e os conceitos e as categorias escolhidas são passíveis de reajustes, pois esses tratam de sujeitos em constante movimento histórico (DIAS, 1994; GADAMER, 2008)”.

O par sexo/gênero foi um dos pontos de partida fundamentais para os estudos feministas em que separamos a dualidade de tais conceitos. Segundo Judith Butler (2003), o sexo estaria ligado à forma que sentimos e vivemos nossos afetos e o gênero seria como nos apresentamos ao mundo socialmente, portanto, biologicamente uma pessoa poderá nascer com uma genitália e esta não será o fator determinante do seu gênero e sexualidade.

A epistemologia de gênero como culturalmente construída, distinto do sexo, como naturalmente adquirida, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas “desnaturalizadoras” sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos. O principal embate de Butler foi com a premissa na qual se origina a distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. O que Butler afirmou foi que, “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (BUTLER, 2003, p. 236).

O cultural/social ultrapassa a sexualidade, ele estrutura costumes e hábitos, que transcendem o biológico e estrutura demandas e lugares sociais dentro da sociedade com muita força de destino. Quando falo força de destino me refiro aos lugares sociais que se fazem presentes na representação de cada gênero. Um espaço de execução de uma força de destino é a família, em que as meninas são educadas de forma distinta dos meninos, seus papéis ultrapassam sua condição biológica, eles têm funções sociais/culturais. Não à toa a sociedade contemporânea continua a comprar bonecas e fogões para as meninas e carrinhos e super-heróis para os meninos. Outra situação desastrosa dentro da sociedade patriarcal, machista e misógina é a posição de Damares Alves, Ministra do governo federal de 2018 a 2022, que em 2020 disse: “menina veste rosa e menino veste azul”.

E mesmo que a saúde e ciência médica não seja o objeto de estudo dessa pesquisa, é preciso que fique registrado que esse jornal convida a uma revisitação para tratar nos estudos do médico Aars Sanoval⁷, que trata de uma métrica biológica de cores para meninas e meninos, bem como no campo dos afetos entre mulheres nas correspondências. Sobre isso, visito as análises de lesbianismo dentro do período, análise esta que publiquei no artigo *Julieta e Julieta, Romeu e Romeu e Romeu e Julieta: Amar em tempos modernos (Parahyba, 1921-1922)*⁸, em 2021.

O primeiro capítulo dessa dissertação “*Parto e Aborto de um Jornal*”, tratará sobre como o impresso surgiu, quem são seus diretores, tesoureiro, redatores papéis e lugares dentro da sociedade parahybana do período, em qual lugar as mulheres estavam dentro desse impresso desde o primeiro momento: de escuta ou de fala? Para tanto, me propus a tecer a narrativa cuidadosa da história deste impresso, quando e como emerge a intenção de se fazer um jornal para a Educação naquele período, bem como destaque outros impressos vigentes no país, que vão dialogar com discursos, matérias semelhantes. Apresentado em gráficos, cataloguei as principais matérias jornalísticas, suas escritoras e escritores, as observações a respeito da categoria docente, os eventos sociais.

O jornal O Educador, em sua publicação inaugural, vem com a seguinte abertura: “os professores primários da nossa terra, num movimento digno de louvor, houveram por bem fundar esta folha semanal, não só para defesa dos direitos de uma classe, já bem numerosa,

⁷ “As cores que as creanças mais gostam — O dr. Aars fez uma porção de experiencias para reconhecer qual a côr, que é mais agradavel ás creanças. Para esse effeito, collocava, aos pares, rodellas de papel de côr sobre fundo cinzento. La assim associando as côres a duas e duas, e perguntando ás creanças quaes eram aquellas de que mais gostavam. De 191 respostas precisas, dadas por meninos e meninas, resultou ser preferido o azul 55 vezes, o verde 46 vezes, e o encarnado e o amarello 45 vezes cada um” (O EDUCADOR, nº 5, 28 nov. 1921, p. 02).

⁸ Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/congressoestudosoculturais2021/366209-julieta-e-julieta-romeu-e-romeu-ou-romeu-e-julieta--amar-em-tempos-modernos-parahyba/>.

como também disseminar no seio da mesma os ensinamentos pedagógicos” (O EDUCADOR, nº 1, 01 nov. 1921, p. 01). Foi com essas palavras que Alcides Bezerra apresentou o primeiro número do jornal O Educador⁹.

O jornal O Educador encontra-se no Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Este jornal circulou semanalmente às terças-feiras durante dois anos e depois foi incorporado à União. Seu corpo editorial era composto por 8 homens que assinavam o fim de cada edição antes das matérias jornalísticas. A primeira edição do jornal foi redigida em 1921, seguindo em circulação em 1922.

As matérias jornalísticas encontram-se escaneadas e foram divididas por edições, que continham os campos: crianças, mulheres, feminista, sufragista, meninos, meninas, família, virgem, Ave Maria, professoras.

Os recortes, matérias e anúncios escolhidos para realizar esta dissertação são aqueles que vão instruir a sociedade sobre quais os meios, caminhos e operações para se manter/construir a população, com base nos preceitos de moral, civilidade, progresso, modernidade. Para tanto, dentro do recorte, observamos que a legislação da época, o Código Civil de 1916¹⁰, é um documento norteador das práticas, atitudes e valores, equiparando-se à Carta Magna do Estado.

O discurso de gênero nas matérias jornalísticas vai legitimar e montar estruturas para o ideal de “mulher” para a época, em que nelas eram postos que para se ter uma nação civilizada em progresso, as mulheres deveriam ser obedientes aos seus pais e maridos, e mesmo que estas escolhessem por vocação materna o espaço de educar as crianças, deveriam renunciar a todos os males que ameaçam os costumes desejáveis e flertam com os caminhos da Virgem Maria.

Foucault nos ensina que dentro de estruturas de poder há uma rede ou microrredes de ações, relações que o minam, e o subvertem, de rupturas e continuidades, de movimentos de silêncios e de gritos, “[...] uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade [...] mais como um modelo a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio” (FOUCAULT, 1979, p. 29).

E dentro deste jornal educativo e orientador, quase um manual da vida privada para as práticas e ações, seria possível as manifestações de resistência de mulheres? O que ecoava na imprensa em outros estados, e o que isso iria transpor/inspirar nas mulheres da Parahyba? Elas

⁹ Alguns outros textos que fizeram uso do jornal pedagógico O Educador: Santos (2009), Borges e Queiroga (2014), Nunes e Sousa (2014).

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm.

eram responsáveis pela manutenção do proletariado e capital humano? Afinal, que outra poderia gerar novos corpos para manutenção da sociedade parahybana?

As mulheres estão a resistir e existir dentro da vida “dellas”, elas desejam outras histórias para suas vidas, e mesmo que a imprensa afirme e reafirme cotidianamente discursos relacionados ao cuidar do marido, dos filhos, ficar sobre as paredes de sua casa, elas pedem para sair, não acompanhadas de homens responsáveis, mas sozinhas, para estudar, e obter o canudo, o diploma que até então era mérito e destino do governo dos homens para os homens. Uma ameaça à natalidade dos corpos para o trabalho subassalariado capitalista, ao corpo disciplinado obediente aos espaços privados, a ordem que se refere a cada um está em seu cada qual devido espaço e ao progresso de uma sociedade republicana.

O exercício do poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição. Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de “homem dominante *versus* mulher dominada” (LOURO, 2014, p. 37).

Há ações assertivas dentro desse exercício, pontuais/diárias que estão dentro do campo do invisível, são estes protestos, sair de casa, escolher a formação profissional, a prostituição, fugir com quem se tem afeto para não casar, e estas causam impactos, que iam para as páginas dos jornais, para as conversas das ruas da cidade, para as bocas da vizinhança, mas há também aquelas que estão no campo do sensível, do silêncio do dia a dia, na versão prática do cotidiano. Dentre estas poderia citar o não retirar os sapatos e meias do marido, queimar o assado preferido dele, depois de uma afirmativa impositiva, fingir dormir quando não se deseja ser usada para o sexo dele e prazer peniano masculino, usar ervas para evitar a gravidez não desejada, dizer que está com dor de cabeça para evitar ações, negar um sorriso, sabotar o vestido azul de domingo, encurtar as saias, usar um rouge (ou batom) mais forte, geralmente vermelho. Assim, será que dentro das páginas de um jornal da educação, nas matérias e cartas poderemos acessar as duas ou mais diversas estratégias e embates de poder?

O sensível dentro do discurso não é apenas um fenômeno de expressão, uma tradução verbal manifestada majestosamente por um sujeito, mas sim um conjunto de elementos, conceitos, verdades que podem determinar a dispersão do sujeito, um espaço de exterioridade. Para Foucault (1996), a linguagem não é apenas uma expressão que revela as coisas, a palavra cria as coisas e em muito se confunde com elas. Deleuze (2006), analisando a proposição, diz que o sentido não existe fora dela, o expresso não existe fora de sua expressão. O dito aqui não

é apenas um conjunto de signos prepostos, mas nele está uma rede de discursos carregados de intencionalidades.

As sensibilidades são uma forma do ser e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada. É a partir de uma análise discursiva das sensibilidades que podemos alcançar as nuances, performances que circundam a vida privada e pública paraibana. A rigor, a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clio a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador (PESAVENTO, 2003). Alcançamos com a história cultural um lugar de poder: entrar em uma carta, e a partir das palavras ali escritas transpor uma análise de regras, costumes em comum, afetos, sexualidade, poder. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, “[...] e este sensível não retira o lugar das bases da narrativa histórica, ele o engrandece, agrega [...]” (PESAVENTO, 2003, p. 39), o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época.

O segundo capítulo versará a respeito de um diálogo discursivo a respeito das mulheres paraibanas de 1920: *“Mulheres na Parahyba: a santa, a política, a macho, a puta”*. São diversos os arquétipos que eram atribuídos às mulheres dentro dos seus próprios escritos e dos escritos dos homens no jornal O Educador. Há a ciência que estas mulheres que viveram a experiência da escrita não seriam mais as mesmas e para elas eram dedicados boletins diários, na verdade semanais, que iriam instruir as famílias em como educar as meninas, porém aqui a narrativa que prevalece é a de construir verdades de subversão, resistência.

Ações isoladas ou coletivas, dirigidas contra a opressão das mulheres, podem ser observadas em muitos e diversos momentos da história e, mais recentemente, algumas publicações, filmes, etc. vêm se preocupando em reconhecer essas ações. No entanto, quando se refere ao feminismo como um movimento social organizado, esse é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX (LOURO, 2014, p. 18).

Os discursos e textos que serão analisados a partir da construção de mulher santificada, imagem e semelhança de seres celestiais, da Virgem Maria, que são evocados como características e adjetivos necessários para as mulheres atingirem uma vida feliz e plena, e ainda dentro de tudo isso as mulheres vão escrever suas próprias histórias e naquele estado e país, uma força se construía no movimento feminista, e mesmo aquelas que não se intitulavam de feministas estavam a serviço das práticas feministas, pedindo o direito de exercer o voto e também estar na política.

Outras irão clamar pelo direito de serem, usarem e permearem seus corpos nos espaços públicos e acessarem sua sexualidade com direito de liberdade. Para tamanha análise me apropriado do texto poético *A Borboleta*, de Anília Freire, que através da natureza, da liberdade das flores e borboletas vai encontrar na escrita um lugar para fazer seu governo de si, dos seus desejos enquanto criadora e não musa da história.

As mulheres sufragistas são colocadas como imagens masculinizadas, mulheres que usariam das características estética das vestimentas masculinas e ameaçavam as boas mulheres da sociedade com suas ideias, também como prostitutas, que estavam a exercer a profissão sempre presente desde o Brasil Colônia, mas que no momento incomodava pela sua publicidade.

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado a estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo (LOURO, 2014, p. 19).

Dentre todos os arquétipos, havia um que incomodava dentro da sociedade, aos homens e as próprias mulheres contemporâneas: as vaidosas mulheres que segundo os homens não serviam para o casamento e a família, por não ter habilidades na cozinha, corte e costura e por, segundo eles, terem suas mentes dispersas por fitas e babados e para as mulheres por essas não se interessarem por política.

O terceiro capítulo da dissertação tratará da educação para as mulheres e quem eram estas professoras precursoras recém-formadas nesta atmosfera de país moderno, bem como sobre a consolidação da feminilização da profissão docente. A Educação moral e cívica abraça questões que ultrapassam o seu objetivo central e a necessidade da mesma dentro das escolas era defendida a todo o momento na imprensa. Não se restringindo, a missão da escola é o lugar de transmissão de conhecimentos úteis para a vida social. O seu alvo mais elevado é precisamente formar a personalidade moral do educando, fazendo com que ele(a)s se habituem à prática dos deveres (O EDUCADOR, nº 5, 28 nov. 1921, p. 01).

O ensino moral não obedece a um programa determinado em nossas escolas, antes resulta dos exemplos e sugestões do mestre e do ambiente escolar, a pedagogia moderna, tendo se embasado nas leis da mentalidade infantil, desacreditou completamente o ensino moral da ética (Psychologia de le éducation, s/d apud O EDUCADOR, nº 6, 05 dez. 1921, p. 02).

Segue a matéria a respeito do poder de cuidado, controle e desenvolvimento que a educação moral faz, segundo o discurso: “resulta, às vezes, a educação moral de uma saúde perfeita, de um equilíbrio maravilhoso de todas as funções orgânicas, E muitas vezes o vício, as paixões desordenadas, têm por causa um organismo debilitado e preso de enfermidades varias” (O EDUCADOR, nº 6, 05 dez. 1921, p. 02). O ensino moral seria cura e controle social dos afetos, da organização familiar e privada, as meninas seriam educadas a controlar seus instintos naturais e se manterem virgens para o casamento. Tirada a causa, cessa o efeito: “[...] as crianças normais adquirem empiricamente as noções do bem e do mal, quando os seus atos são louvados ou reprovados” (O EDUCADOR, nº 6, 05 dez. 1921, p. 02).

As crianças eram categorizadas entre normais e anormais, o que seria bom e ruim dentro da escola. Quando leio essa citação é impossível não lembrar de marcadores sociais que permeiam o conceito de gênero e a construção de que as meninas, sempre princesas, estão à espera de um príncipe para salvá-las, nunca protagonistas, sempre existindo à margem de um homem. Hoje, 07 de setembro de 2022, o presidente da República proferiu: “homens procurem uma princesa, se casem, e sejam ainda mais felizes”¹¹, um discurso infeliz e que é sinônimo aos proferidos no período que estudo, ou seja, a década de 1920 – mais um centenário e nós mulheres brasileiras somos colocadas ao lugar de sombra, margem, invisíveis na história. Em um país que ainda não alcançou seu espaço de equidade feminista, existir é um ato de resistência e reitero aqui neste capítulo os feitos das educadoras que traçaram o caminho itinerário para se chegar aqui.

A profissão docente é apresentada para as mulheres como extensão da maternidade, é perpassada por múltiplos arquétipos que marcam a trajetória das profissionais de licenciatura. Dentre esses arquétipos, compreendemos que o lugar da profissão docente na vida acadêmica vem acompanhado por inúmeros discursos que se entrelaçam e se confundem, caracterizando e/ou descaracterizando as professoras em relação às suas identidades pessoais/subjetivas e profissionais. Dentro dessas construções históricas, a formação profissional, os saberes acadêmicos e o trabalho docente e sua profissionalização são perpassados por discursos diversos que continuamente são sobrepujados por enunciados de distintas ordens e verdades, sendo que esses têm efeitos sobre o modo de pensar e atuar na docência, formando naturalizações determinadas, bem como representações sociais sobre características do(a) pessoa docente, resultando em escolhas e nas atitudes da vida docente.

¹¹ Cf.: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/09/08/bolsonaro-se-diz-imbrochavel-e-defende-casamento-com-princesa.htm>.

Marilena Chauí (2000) alerta que a naturalização emerge quando se formam as ideias, que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. As relações sociais/culturais passam, todavia, a serem vistas como naturais, existentes em si e por si, e não como resultados da ação humana. A naturalização é a maneira pela qual as ideias produzem alienação social, isto é, a sociedade surge como uma força natural estranha e poderosa, que faz com que tudo seja necessariamente como é (CHAUÍ, 2000, p. 218).

As mulheres brasileiras vão entrar no mercado de trabalho sub-remuneradas, como mão de obra assalariada complementar e inferior aos homens, portanto temos ciência que o desenvolvimento industrial no Brasil foi primordial para a inserção das mulheres na docência (magistério). Todavia, apresenta-se igualmente uma finalidade política no aumento da participação feminina no magistério já que devido as mulheres receberem salários inferiores aos homens e o contexto pedir um aumento das instituições de ensino, ou seja, destinado a todas as camadas sociais, o Estado deveria aumentar o número de professore(a)s e diminuir salários. Assim os homens “abandonaram” aos poucos essa função, ficando para as mulheres abraçarem esta atividade laboral. Catani et al (1997) nos mostram que:

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia – procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres (CATANI et al, 1997, p. 28-29).

As mulheres seriam habilitadas a fazer de uma tarefa uma atividade de abnegação de cuidado do mundo, sua educação e seu potencial biológico as colocaria para perpetuar o papel maternal dentro da escola, logo, não se fazia necessário o saber intelectual, e sim a postura moral. Assim, apesar do patriarcado, do machismo, da misoginia, as mulheres vão resistir aos marcadores sociais de gênero e adentrando com a aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho, processo este que foi amadurecendo à medida que, efetivamente, os elementos femininos iam penetrando em áreas até então reservadas exclusivamente aos homens (SAFFIOTI, 2013).

No primeiro capítulo, o eixo central é problematizar a construção de uma imprensa educativa no estado da Paraíba, direcionada para fomentar matérias sobre o que acontecia na educação, seus métodos e práticas, bem como questões da categoria. Nesse sentido, foi elaborado um quadro com valores de remuneração na educação, mas também havia mulheres

escrevendo matérias jornalísticas sobre si, seus direitos políticos, sobre sua estética e de outras mulheres sobre a educação, religião, poesia, cartas pessoais, bem como pseudônimos a partir dos quais não podemos afirmar o sexo e gênero de quem as escrevia.

Por fim, analisamos que há um embate subliminar de lugar social das mulheres dentro da vida pública. Além das matérias jornalísticas, o jornal nos entrega cartas pessoais, poemas, notícias sobre o estado e capital da Parahyba, notas sobre saúde, anúncios que contêm uma grandiosidade imensa de material historiográfico, marcando com pontualidade a transição jornalística e o estilo que a imprensa nacional se colocava dentro do período da modernidade.

O segundo capítulo questiona, dentro dos lugares sociais públicos e privados, o que estava em estruturação em relação aos arquétipos do feminino, conceitos como bruxa, santa, anjo, Eva e Maria, bem como sinaliza que estas mulheres vão resistir dentro de suas realidades de escritoras de uma narrativa jornalística vigiada, de um espaço masculino, de uma sociedade que ainda observava que as mulheres deveriam estar a serviço apenas da maternidade. Como fissuras descendentes aparece a vontade de se fazer presente no espaço político, sufrágio, feminismo, ideias, pensamentos já presentes naquele tempo, porém com críticas por muitas mulheres, e com práticas presentes de maneira que talvez fosse para estas inconscientes. O feminismo significava direitos iguais para homens e mulheres e quando essas pediam acesso aos espaços masculinos, mesmo criticando as sufragistas, estavam agindo de maneira feminista. As mulheres melindrosas eram vistas também como mulheres não sociais. Ainda versamos sobre a sexualidade das mulheres, de maneira subliminar a vontade de saber as sensações provenientes da pele, do desejo mesmo que de maneira subliminar e podada, a partir da análise de poemas e carta. Outras mulheres que abordamos foram as prostitutas que passaram/passam por segregação geográfica por sua profissão.

O terceiro capítulo abordará a propósito de quais percursos as mulheres educadoras, professoras são invenção/construção de um espaço que outrora era de educandas, dentro da educação familiar, do Estado, da Igreja, têm papéis basilares nos espaços sociais os quais essas mulheres iam sendo introduzidas e portanto, há a questão da categoria professora ser majoritariamente feminina, e quais também são as fissuras que estas mulheres normalistas, professoras, apresentam socialmente, principalmente quando escolhem a escrita, em contraposição aos espaços dos jardins de infância.

Capítulo I

Pacto e aborto de um jornal

“O jardim de infância, que toma a creança do regaço materno aos três anos para conservá-la até aos seis, é o ambiente salutar destinado a promover o desabrochamento intelectual e volitivo dessas tenras flôres humanas. Jardineiras provectoras e vigilantes auxiliam a Natureza, corrigindo-lhe os descuidos e supprindo-lhe as deficiências. Na escala inteira das profissões não há uma sequer que se assemelhe à sua, que é como prolongamento da maternidade e se colloca naturalmente na categoria das coisas mais santas e mais angustas”

(O EDUCADOR, nº 2, 07 nov. 2021, p. 02)

O texto acima se refere ao órgão do professorado, fonte e hora às vezes objeto dessa pesquisa na qual a matéria referida é a primeira instrução a formação dos Jardins de Infância na cidade da Parahyba do Norte, pincelada das ideias de Froebel¹². Mas há uma relação com o parto secundário da criança que segundo o exposto deveria permanecer no seio de sua mãe até os três anos de idade e quando adentrasse nesse ambiente intelectual do Jardim de Infância seriam elas as Jardineiras propensas e vigilantes naturalmente vocacionadas que deveriam ali tecer um prolongamento, uma perpetuação da sua função materna e santa.

O culto à Virgem Maria e a vocação do útero são presentes como elementos afirmadores de demandas e funções que seriam orientadas às mulheres. Conforme matérias jornalísticas, “[...] os jogos infantis recordam muitas vezes ritos sagrados de velustas religiões sepultadas na memória dos homens” (O EDUCADOR, nº 2, 07 nov. 2021, p. 01). A educação moderna, com as luzes, perpassaria entre o sagrado cristão e o feminino da Mãe Virgem. As flores aqui serão sempre utilizadas para aludir a delicadeza, feminilidade, fragilidade, infantilidade.

“A creança é por índole teimosa e peralta: teimosa pelo anseio de liberdade que lhe assiste, peralta pela faculdade instintiva que a domina [...] o menino de ser curioso, indocil e traquinas” (O EDUCADOR, nº 3, 14 nov. 1921, p. 01). A nota da matéria “Como Educar” orienta sobre como controlar os aspectos naturalizados ao gênero masculino, o termo índole advém de uma teoria inatista a respeito das crianças, logo é atribuído ao menino que este é naturalmente teimoso, curioso, livre, indolente e ardiloso. Sobre as meninas, estas tenderiam “[...] a ser uma boa dona de casa, consciente dos seus deveres, com a família e com a pátria.

¹² Froebel é autor do livro *Jardim de Infância*, sendo um percussor na transição constituição dos jardins de infância, mudando o caráter da Educação infantil que anteriormente era assistencialista, para educativa.

Numa outra posição estarão aquelas/es que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as, geralmente, às características biológicas” (LOURO, 2014, p. 24).

A educação segue um campo da religião e da moral, a educação moral, como diz Gustavo e Bon, e deve ser como toda a educação, unicamente baseada na experiência e jamais ensinada pelos preceitos dos livros (O EDUCADOR, nº 5, 28 nov. 1921).

O relatório de governo apresentado ao chefe de estado Solon Barbosa de Lucena, redigido pelo diretor geral da instrução pública Alcides Alcides Bezerra que ficava situado dentro do box da matéria jornalística “escola correccional”. Foi esta liberdade religiosa que nós escrevemos na Constituição brasileira. Esta exclue do programma escolar o ensino religioso (O EDUCADOR, nº 5, 28 nov. 1921, p. 02).

Naquele momento o ensino religioso, a presença da Igreja, não era mais obrigatória em sala de aula, porém o mesmo se contradiz e diz que dentro dos preceitos morais o ensinamento com base nos princípios deve permanecer. “Mas não consente que o ensino escolar, os livros escolares, professem a irreligião e a incredulidade [...]” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, nº 32, 16 de jan. 1910, p. 02). As crianças deveriam ser educadas para além das letras, uma sociedade moderna organizada, em preceitos morais e religiosos.

Existem alguns trabalhos a respeito da história da educação, cultura, higiene, saúde e o feminino que utilizam O Educador como uma fonte historiográfica, ora por vezes principal, ora secundária, tecendo narrativas que desejam entrar na atmosfera da Paraíba do período. A exemplo temos a dissertação de Erinalva Santos (2010), que analisou as ideias e concepções voltadas à educação da mulher nos periódicos paraibanos, dentre eles *O Educador*; também identifiquei a tese de Andrade (2014), que discutiu sobre o papel do Instituto Pedagógico Campinense. Embora a autora não tenha realizado análise específica sobre os temas presentes nesse jornal, dialogou com ele em alguns momentos para discutir, por exemplo, as prescrições para o bom funcionamento de um prédio escolar naquele período.

Francineide Rocha (2016), que debateu sobre higiene, infância e maternidade em periódicos, entre os quais esse jornal pedagógico. Ingrid Biserra (2015), Conselhos e instruções ao órgão do professorado, com a tese de Doutorado em História da Educação que vai trabalhar com a Imprensa de 1919 a 1942 e dedica uma análise cuidadosa do jornal O Educador, sendo também um impresso que trabalhou no grupo de pesquisa no Departamento de Educação da UFPB. Amanda Galvêncio (2019), com a tese que trabalhou com a trajetória intelectual de Eudésia Vieira, discutindo sobre o feminismo e a educação para mulheres no período de 1921 a 1955.

Além dessas, escrevi em 2020, o artigo *O que é um corpo feminino? A sexualidade como dispositivo de poder na Parahyba de 1920*, publicado na ANPUH seção Paraíba sobre esse impresso, discutindo o lugar do corpo feminino no jornal O Educador. Também publiquei *Julieta e Julieta; Romeu e Romeu ou Romeu e Julieta: amar em tempos modernos (Parahyba, 1921-1922)*, que versa sobre uma narrativa sobre as trocas de bilhetes e cartas neste impresso floreando um caminho de afetos e lesbianismos, no I Congresso Internacional de Estudos das Diferenças & Alteridade/I Seminário Internacional da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas Contemporâneas (2021).

A imprensa desta forma, como fonte, é um instrumento que tem um potencial de nos mostrar traços culturais e suas representações. Uma linha tênue entre o passado e a escrita histórica, potencializado uma escrita do sensível, das subjetividades, do(a)s sujeito(a)s. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. “A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos” (CAPELLATO, 1988, p. 21).

A historiografia brasileira encontra-se frente a um paradoxo neste início de século. Cresce o volume de pesquisas sobre a imprensa, mas são raras as generalizações capazes de elucidar o seu desenvolvimento ou discernir melhor o seu futuro (BARBOSA, 2007b). “Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que havia se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico” (LOURO, 2014, p. 23), eram problematizados, subvertidos, transgredidos.

A transformação da imprensa moderna alarga não só o número de circulações dos jornais em tiragens que antes eram mensais ou semanais para diárias, mas aumenta-se o número de jornais que vão estar circulando. A revolução na forma de fazer jornal, que ocorrera no início do século, tem continuidade na década de 1920 e é marcada agora pela difusão de fotogravuras a cores, pelo reaparelhamento das oficinas gráficas e pelas modificações na organização empresarial, incluindo novas formas de assinaturas e vendas avulsas.

No Brasil e nas demais províncias e capitais do país, isso irá influenciar a quantidade de tipografias e a circulação das matérias sobre a Capital. O fato histórico que antes chegava meses após seu ocorrido agora seria mais emergente.

No final da década de 1920, conta-se, na Capital Federal, 19 jornais diários, 13 estações de rádio e várias revistas semanais, com tiragens que chegam a 30 mil exemplares, como é o caso de O Cruzeiro, lançada em 1928, após uma campanha publicitária em moldes modernos. Marca também a década, o aparecimento do primeiro conglomerado de mídia brasileiro, inicialmente com a criação de O Jornal

(1925-1974), que viria a ser o primeiro veículo de uma série pertencente a Assis Chateaubriand (BARBOSA, 2007, p. 57).

Portanto aqui direcionamos nossos olhares aos escritos da imprensa, e precisamente a uma edição do jornal O Educador, entre matérias jornalísticas e anúncios. Este jornal físico está no IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano) e foi digitalizado em outubro de 2019, portanto, antes da pandemia, pela professora que voz escreve. Este mesmo era um impresso redigido pelo professorado da cidade da Parahyba do Norte em 1921 e 1922.

O jornal O Educador surge em 1921 e foi um impresso paraibano redigido com o intuito inicial de disseminar as informações sobre a educação paraibana, dentre estas estavam as reformas estruturais nos prédios, transformações estruturais nas ruas, as principais festas na capital paraibana, as mudanças no modelo pedagógico, as transformações da pedagogia tradicional positivista para um movimento renovador.

Esse periódico circulava semanalmente, era redigido pelos professores da Parahyba, com uma intencionalidade em sua apresentação a priori de defender os interesses da categoria docente, que ao decorrer da leitura dos periódicos irá delimitando e fomentando discursos outros, que vão tratar da educação permeada em outros espaços sociais, culturais, e em alguns momentos em matérias jornalísticas que vão ultrapassar o espaço macro e vão dialogar com a vida privada, das famílias, das pessoas e também da categoria “mulher”, que é o objeto central desta narrativa, as mulheres dentro desse escrito, deste jornal.

Os professores primários da nossa terra, num movimento digno de louvor, tiveram por bem fundar esta folha semanal, não só para defesa dos direitos de sua classe, já bem numerosa, como também para disseminar no seio da mesma os ensinamentos pedagógicos. Assim coloca Alcides Bezerra sobre a inauguração do jornal O Educador:

O EDUCADOR surge, pois, sob os melhores auspícios e está fadado a prestar os mais valiosos serviços à Parahyba. Será um repositório do que fôr surgindo por ahi fóra em materia de methodos e processos de ensino, um vulgarizador das verdades conquistadas pela pedagogia e tambem por esse novo e esperançoso ramo do saber – a pedologia (O EDUCADOR, nº 1, 01 nov. 1921, p. 01).

Esse periódico não recebia recurso financeiro do Estado, o mesmo foi financiado por patrocínio do capital privado com os anúncios e por meio das assinaturas, diferente da Revista do Ensino, que circulou por 10 anos com financiamento do Estado e dos assinantes. O jornal Educador circulou por um curto período de 10 meses, tendo sua vida breve.

Num primeiro contato com o jornal, as leituras desse periódico me levaram a acreditar que seria ele o jornal pedagógico oficial do estado da Paraíba naquele momento. Por oficial

entendo um documento que é ligado e mantido pela administração pública estadual, designadamente teria um vínculo com o setor de instrução pública da Paraíba. Porém, ao caminhar com a pesquisa havia vestígios que colocaram esse pensamento em dúvida, estes fizeram-me retroceder com a certeza que o jornal seria mantido pelo Estado, e que no primeiro momento seria uma ideia improvável de ser pensada porque o próprio discurso utilizava palavras como “nossa pátria amada, progresso, futuro”. A dissertação de Lucena (2016) traz esse primeiro contato, quando afirmou:

O jornal “O Educador” foi a primeira iniciativa do Estado da Paraíba em produzir um impresso para formação do professorado primário [...] Com a criação do referido impresso educacional, o Estado da Paraíba buscava criar dispositivos educacionais para formar os professores nas primeiras décadas do século XX (LUCENA, 2016, p. 45-46).

O Educador não foi um jornal pedagógico que nasceu da iniciativa do estado da Paraíba. Ele não estava vinculado a um setor da administração, o da instrução pública, não foi produzido materialmente falando como tal e não recebeu apoio financeiro do Estado. Para chegar a essa assertiva, alguns elementos foram analisados. O local onde estava a redação da Imprensa Oficial e operava a impressão dos materiais que tinham vínculo com o Estado estava localizado na Rua Duque de Caxias, também conhecida como Rua Direita. No periódico pesquisado identifiquei a localização da redação e da impressão do jornal, e esta é em outro lugar onde eram manufaturados os jornais vinculados à Imprensa Oficial.

A redação do jornal ficava na Praça Conselheiro Henriques nº 34, e foi mostrada nas edições do jornal, no canto superior esquerdo da primeira página do jornal. A impressão do jornal era realizada em local distinto da sua redação, na Rua Maciel Pinheiro nº 340, por observar que em algumas edições, no canto inferior esquerdo da última página, aparece essa referência. Também foi observado no jornal O Educador a ausência da logomarca que identificava os materiais impressos pela Imprensa Oficial.

Naquele momento a Educação não possuía ainda um órgão legítimo, o Departamento de Educação foi criado em 1935, com a Lei nº 16. Anterior a isso, a educação pública era organizada por meio de um diretório geral e da inspetoria de ensino. A primeira tinha como diretor geral o docente Eduardo Monteiro de Medeiros, inspetor do ensino noturno Elyseu de Barros Maul, e inspetor sanitário José Azevedo de Maia. No periódico não há nada que lhe faça ligação a determinados órgãos, apesar de alguns destes aparecerem nas matérias jornalísticas de O Educador.

Alguns apontamentos a respeito do corpo redacional do jornal trazem dados a seu respeito. O número 2, datado de 07 de novembro de 1921, indica seus integrantes responsáveis pela redação: diretor Eduardo de Medeiros, gerente Sozenando Costa, secretário Manuel Casado, tesoureiro Manuel Vianna Junior, além de João Vinagre, João Flacão e José Baptista Leite. Esta foi a organização dominante durante todas as edições até a de nº 27, publicada em 06 de maio de 1922.

A partir daí os sujeitos continuam os mesmos, porém suas funções foram reorganizadas: Eduardo Medeiros continua diretor, o secretário passou a ser José Batista de Mello, o cargo de gerente passou a ser de a João Vinagre e a função de tesoureiro a João Batista Leite. Os demais professores – Sizenato Costa, Manuel Casado, João Falcão e Manuel Júnior, permanecem no corpo redacional, mas sem uma função específica dentro da redação. Todas as edições analisadas, com exceção dos números 1, 22, 26 e 41, apresentam no lado superior esquerdo da segunda página a descrição do corpo de redação do jornal.

Os homens que compunham a redação do jornal eram professores da rede pública e atuavam em suas áreas, possuíam então vínculo com a administração pública, mas apenas um destes portava uma função de destaque ligada à administração estadual. Eduardo de Medeiros, o diretor do jornal O Educador, em cargo interino em toda a vida útil do jornal, possuía também o cargo de inspetor geral do ensino no governo de Sólton de Lucena. Há de se colocar em friso que mesmo ocupando as duas funções de destaque, existe apenas um texto com a assinatura de Eduardo Medeiros nas edições do Jornal, um relatório endereçado a Alcides Bezerra.

Os outros sujeitos que faziam parte da redação exerciam as seguintes funções e/ou cargos: José Baptiste Mello, diretor do Grupo Escolar Doutor Tomas Mindelo e professor da cadeira do sexo masculino nessa instituição; Sizenando Costa, diretor do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, professor da cadeira do sexo masculino nesse grupo escolar e professor da Escola Noturna Cardoso Vieira; José Batista Leite, diretor do Grupo Escolar Antônio Pessoa, professor da cadeira do sexo masculino no mesmo local e professor adjunto na escola noturna Cardoso Vieira; Manuel Vianna Júnior, diretor do grupo escolar Isabel Maria das Neves e professor da cadeira do sexo masculino nesse estabelecimento escolar; João Vinagre, professor da Escola Noturna Barão do Abiahy e adjunto da cadeira diurna do sexo masculino, regida pelo professor Vitalício João de Souza Falcão, este que também era professor na Escola Noturna Coronel Antônio Pessoa.

Apesar de não existir materialmente uma ligação direta e explícita do jornal O Educador com a inspetoria geral do ensino, enquanto órgão público ligado ao diretor do jornal, o professor Eduardo Medeiros era justamente também diretor da inspetoria de ensino. Todavia, observei

alguns aspectos que me fazem vislumbrar traços de redes de comunicação entre o periódico e o Estado.

Uma matéria jornalística que pode ser utilizada a título de exemplo é a publicação do relatório que Alcides Bezerra escreveu em 1921, designado ao presidente do estado Sólon Barbosa de Lucena, em 18 de julho deste ano, que é republicado em algumas edições seguintes do jornal *O Educador*, precisamente de 1º de novembro de 1921 a 9 de março de 1922. Essa sequência, essa perpetuação seguida da matéria/relatório, poderia talvez ser fruto do vínculo de Eduardo Medeiros como persona que ocupava um cargo de visibilidade e importância dentro do sistema educacional do Estado.

José Baptista de Mello, um dos redatores do jornal *O Educador*, escreveu o livro *Evolução do Ensino na Paraíba* em 1956, neste ele apresenta de forma cronológica os atos oficiais dos governos com relação à educação, percorrendo o período colonial até meados dos anos de 1950. Ao escrever sobre o período do governo de Sólon de Lucena (1921-1924), este mesmo não traz nenhum periódico pedagógico oficial do Estado. *O Educador* vai surgir apenas no capítulo XI do livro, intitulado *Livros Didáticos, Revistas e Jornais Pedagógicos*. José Batista Mello faz a descrição de *O Educador* como: “[...] Jornal hebdomadário, órgão da Sociedade dos Professores Primários. Iniciou sua publicação em 1921, nas Oficinas da ‘A Imprensa’” (MELLO, 1956 apud *O EDUCADOR*, nº 1, 01 nov. 1921, p. 02).

Pondo em pauta que esse professor foi um dos redatores majoritários dentro de todo o parto e engatinhar do jornal pedagógico, abraça a afirmação que *O Educador* não fez parte dos impressos oficiais da educação do estado da Paraíba nos anos de 1921 e 1922. A partir da assertiva de José Batista Mello, dizendo que o jornal era um semanário pertencente à Sociedade dos Professores Primários, retomei a atenção para pesquisar o quão verossímil poderia ser esse enunciado informativo.

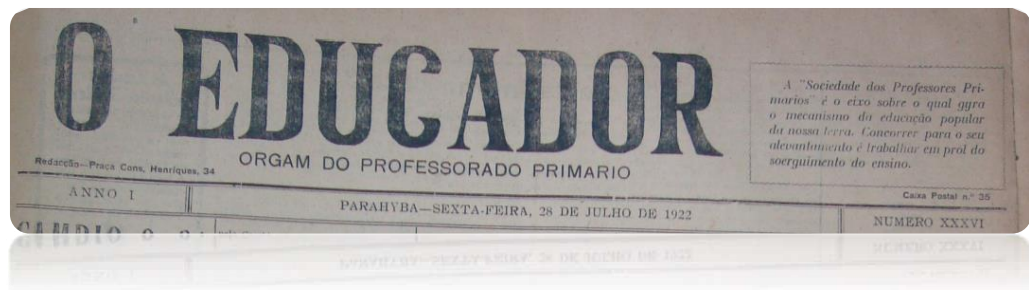
Não foi identificada nenhuma adesão ou menção que prove que *O Educador* estaria ligado pontualmente à Sociedade dos Professores Primários¹³. A única matéria jornalística d’*O Educador* que tem ligação direta a esta associação é o Boletim da Sociedade dos Professores Primários da Parahyba mesmo que alguns membros desta Sociedade compunham parte do jornal

¹³ Na Paraíba um desses espaços de sociabilidade dos professores foi a Sociedade dos Professores Primários da Paraíba, criada em 16 de junho de 1917, cujo objetivo era “[...] tratarde tudo o que se referia ao desenvolvimento do ensino popular e dos interesses do professorado[...]” (SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS, 11 jul. 1917, p. 01). A solenidade de fundação da Sociedade foi realizada no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello – primeiro Grupo Escolar da Paraíba, criadoem 1916, onde participaram quarenta professores. Nesse Grupo Escolar eram realizadas as assembleias e reuniões dessa Sociedade. Inferimos que a Sociedade começou a ser pensada em algumas reuniões de professores primários realizadas no ano de 1916 e anunciadas no jornal *A União* (BISERRA, 2015).

pedagógico. A citar como exemplo, temos: José Baptista Mello, Eduardo de Medeiros, Eudesia Vieira, Elyseu Maul, Sizenando Costa, João Batista Leite, João Falcão, João Vinagre, Manuel Casado e Analice Caldas, que permeavam os dois espaços e certamente trocavam possíveis influências nos discursos dos dois, sendo um influência para o outro.

Durante sua circulação, O Educador publicou cinco notas a respeito da “Sociedade dos Professores Primarios”, nas edições 34, 35, 37, 41 e uma frase no box situado à direita do título do jornal na edição 35, que dizia: “a ‘Sociedade dos Professores Primarios’ é eixo sobre o qual gira o mecanismo da educação popular da nossa terra. Concorrer para o seu levantamento é trabalhar em prol do erguimento do ensino” (O EDUCADOR, nº 36, 28 jul. 1922, p. 01).

Figura 1 – Cabeçalho do jornal O Educador



Fonte: O Educador, nº 1, 01 nov. 1921 (p. 01)

O Jornal O Educador teve a sua primeira tiragem em uma terça-feira, 1º de novembro de 1921, e oscilava suas publicações nos dias de segunda, quinta e sexta, conforme o quadro abaixo, organizado a partir dos jornais que acessei no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Alguns números de exemplares não foram encontrados (respectivamente os números 23, 24, 38, 39 e 40), ciente de que seu último número de tiragem foi o 41. Não há como afirmar que todas as 41 tiragens do jornal foram editadas e publicadas, visto que há algumas lacunas com relação aos números e suas datas de publicação.

Toma-se como nota que a edição de 27 de abril de 1922, correspondente ao número 22, e a edição de 11 de maio que deveria ser o número 24, tratando-se de um jornal semanal, está como número 26. Na semana posterior, 18 de maio, o número do jornal é antecessor ao da semana anterior, sendo lançado como número 25. Esse é um fenômeno recorrente durante a vida do jornal em outros exemplares do periódico.

Quadro 1 – Data e número das edições do Jornal O Educador (1921-1922)

Ano I (1921-1922)	
Terça, 1º de novembro	nº 1
Segunda, 7 de novembro	nº 2
Segunda, 14 de novembro	nº 3
Segunda, 21 de novembro	nº 4
Segunda, 28 de novembro	nº 5
Segunda, 5 de dezembro	nº 6
Segunda, 12 de dezembro	nº 7
Segunda, 19 de dezembro	nº 8
Terça, 17 de janeiro	nº 9
Segunda, 30 de janeiro	nº 11
Segunda, 6 de fevereiro	nº 12
Segunda, 13 de fevereiro	nº 13
Segunda, 20 de fevereiro	nº 14
Quinta, 2 de março	nº 15
Quinta, 9 de março	nº 16
Quinta, 16 de março	nº 17
Quinta, 23 de março	nº 18
Quinta, 30 de março	nº 19
Sexta, 7 de abril	nº 20
Quinta, 20 de abril	nº 21
Quinta, 27 de abril	nº 22
Quinta, 11 de maio	nº 26
Quinta, 18 de maio	nº 25
Sexta, 26 de maio	nº 27
Quinta, 1º de junho	nº 28
Quinta, 8 de junho	nº 29
Sexta, 7 de junho	nº 33
Quinta, 13 de junho	nº 34
Sexta, 16 de junho	nº 30
Quinta, 20 de junho	nº 35
Quinta, 22 de junho	nº 31
Sexta, 30 de junho	nº 32
Sexta, 28 de julho	nº 36
Quinta, 3 de agosto	nº 37
Quinta, 7 de setembro	nº 41

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No período de um mês entre as edições de número 8 e 9, o jornal colocou uma nota na edição 8, publicada na data de 19 de dezembro, que “em vista das férias concedidas aos operários das oficinas em que se imprime este jornal, só em princípio de janeiro próximo reaparecemos” (O EDUCADOR, nº 8, 19 dez. 1921, p. 02). O periódico que não possuía sua própria oficina, como O Educador, levando em consideração a assertiva de José Baptista sobre o endereço que o mesmo era impresso, possivelmente a redação do jornal estava falando das férias dos funcionários do jornal católico A Imprensa, que “[...] possuía sua própria tipografia, situada na capital parahybana, João Pessoa, no qual outros jornais e livros eram impressos [...] A gráfica também fazia trabalhos extras para outras instituições [...]” (COSTA, 2015, p. 42). Porém, apenas no último número de O Educador tem na parte inferior direita da página a informação de que o periódico havia sido impresso nas gráficas de A Imprensa¹⁴.

O Educador foi publicado entre novembro de 1921 e setembro de 1922. Existem inúmeras possibilidades para que o jornal tido essa curta duração de 10 meses, podendo ser atreladas às condições de manter as assinaturas e/ou dos assinantes pagarem elas em dia, o que se torna verossímil em uma nota publicada pelo jornal: “pedimos encarecidamente aos nossos presados assignantes do corrente anno” (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 01).

Existia também limitações para que o Jornal chegasse no interior do estado, provavelmente essa distância atrapalhava a pontualidade da entrega e isso influenciava o declínio da reputação do jornal: “pedimos encarecidamente [...] a todos assignantes em geral que não receberam com pontualidade esta folha, o grande favor de nos avisarem por escripto mandando nome e endereço” (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 01).

A quantidade de impressos da tiragem é um indicador significativo no sucesso e na falência de um jornal, porém não encontrei dados sobre a quantidade de exemplares que eram impressos. O Educador era um jornal que vendia apenas mediante assinatura semestral e anual, não era vendido avulsamente. O jornal circulava na Capital do estado e em outros municípios. A partir de 9 de março de 1922 o jornal não publicava mais a seção Expediente, local onde eram expostos os preços e o corpo redacional do periódico, tais como preços de assinaturas e até esse momento o jornal informava que a assinatura anual era 5\$000 e a semestral 3\$000.

¹⁴ Em 1914 foi inaugurada a primeira máquina Linotipo do estado nas gráficas de A União. Apenas em 1929 esse jornal, que fazia as composições em Linotipo, começou a ser impresso em máquina rotoplana Duplex. A modernização do seu parque gráfico era aspecto importante e o jornal passou a publicar em novembro de 1929, próximo ao título na primeira página, que era composto em linotipos e impresso em máquina rota plana Duplex (MARTINS, 1977). Considerando que esse periódico estava ligado à Imprensa Oficial e ao governo do estado, o processo de modernização relacionado à sua composição tipográfica traduz um pouco deste cenário na Paraíba. A primeira máquina Linotipo do estado data de 1914. Acreditamos que a tipografia de A Imprensa deveria possuir entre os anos de 1921 e 1922 a máquina de composição do tipo Linotipo (que compõe e funde linha por linha). Assim, supomos que as páginas de O Educador foram impressas nesse tipo de máquina de composição mecânica.

O público desse jornal eram os docentes, porém essa categoria de professores da rede pública recebia um salário fixado pela tabela de vencimentos anexada ao regulamento de instrução pública, conforme o Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917. Conforme tabela abaixo, observaremos o percentual dos salários da categoria divididos por áreas de atuação e em média quanto era necessário para manter-se. E há de se questionar se a própria iniciativa desse impresso não seria em algum momento algo pensado para contribuir na renda dos seus criadores.

Tabela 1 – Vencimentos dos Professores, previstos no Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917

Categorias	Vencimentos		
	Ordenado	Gratificação	Total
Diretor geral	4:00\$000	2:00\$000	6:00\$000
Inspetor geral do ensino	2:40\$000	1:20\$000	3:60\$000
Inspetor do ensino noturno	2:40\$000	1:20\$000	3:60\$000
Diretor de grupo escolar		60\$000	60\$000
1ª categoria			
Professor diplomado	1:60\$000	80\$000	2:40\$000
Adjunto diplomado	80\$000	40\$000	1:20\$000
Adjunto não diplomado	666\$666	333\$334	1:00\$000
2ª categoria			
Professor diplomado	1:466\$666	733\$334	2:20\$000
Professor não diplomado	1:20\$000	60\$000	1:80\$000
Adjunto diplomado	733\$333	366\$667	1:10\$000
Adjunto não diplomado	640\$000	320\$000	960\$000
3ª categoria			
Professor diplomado	1:333\$334		
Professor não diplomado	1:00\$000	50\$000	1:50\$000
Adjunto diplomado			1:10\$000
Adjunto não diplomado			
4ª categoria			
Professor diplomado			1:00\$000
Professor não diplomado	80\$000	40\$000	1:20\$000
Adjunto diplomado	733\$333	366\$667	1:10\$000
Adjunto não diplomado	640\$000		
Escolas rudimentares	640\$000	320\$000	960\$000
Jardim de Infância			
Professora servindo de Diretora	1:60\$000	80\$000	2:40\$000
Professora auxiliar	1:20\$000	60\$000	1:80\$000
Escolas Complementares			
Professor servindo de Diretor		60\$000	60\$000
Dito auxiliar (terá os vencimentos)			
Da categoria da sua escola			
E Adjunto	80\$000	40\$000	1:20\$000

Fonte: Anexo do Decreto 873, de 21 de dezembro de 1917

Analisamos que a remuneração dos docentes apresentada na legislação, levando em conta que se trata de uma remuneração, salário-base, sem as gratificações, apresentavam uma variante de acordo com a função da categoria de profissional da educação, entre 640\$000 (seiscentos e quarenta mil réis) a 1:600\$000 (um conto e seiscentos réis). O jornal O Educador, na seção de funcionários públicos, traz muitas críticas a respeito da remuneração da categoria docente.

E como embasamento da crítica, o próprio jornal traz subsídios sobre a condição socioeconômica do período da categoria docente, dados como: aluguel de imóvel – 60\$000 (sessenta mil réis), água – 8\$000 (oito mil réis) e energia elétrica – 8\$000 (oito mil réis). Os custos para sobrevivência básica somados aos dispêndios indispensáveis à alimentação, e tomando como cálculo uma família de cinco pessoas, o gasto mensal era em média 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922).

Tomando como base que o público leitor de O Educador eram os docentes e que esse público era uma categoria mal remunerada na época para ter acesso a recursos, além da sobrevivência física diária, leitura e lazer, era de pouco acesso aos docentes. O jornal O Educador, como dito anteriormente, não era vendido avulsamente, apenas por assinatura semestral ou anual e sua assinatura possuía o valor de 5\$000 (cinco mil réis) e a semestral possuía o valor de 3\$000 (três mil réis).

O valor da assinatura do jornal O Educador era um valor brando, comparado a outros periódicos do período no estado. A citar o jornal O Norte, contemporâneo de O Educador no estado, cobrava aos seus leitores uma assinatura anual de 20\$000 (vinte mil réis) ou semestralmente, 11\$000 (onze mil réis). Neste mesmo período possuía no estado a circulação de uma revista ilustrada, a Era Nova, em 1922, e o valor da sua assinatura anual era 14\$000 (quatorze mil réis), e a assinatura semestral era 7\$000 (sete mil réis).

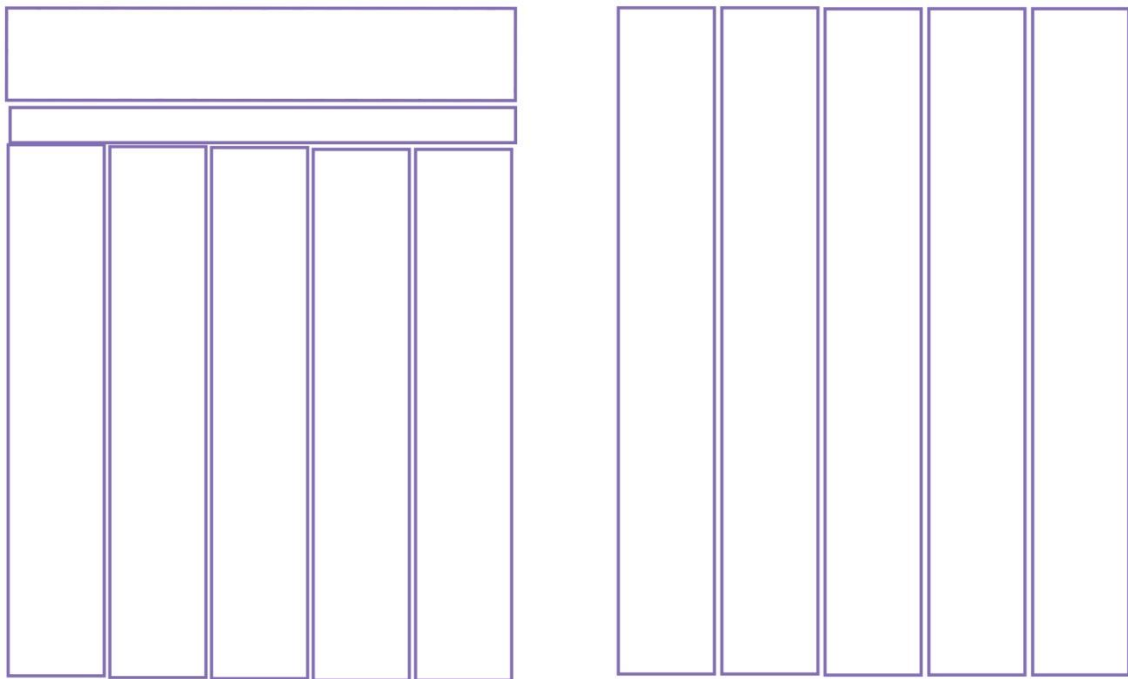
É considerável que o jornal O Educador não era um impresso caro para os moldes/valores da época, mas a categoria interessada era mal remunerada, recebia um salário de sobrevivente e talvez seja esse um dos motivos do empenho para se fazer esse impresso, se observar o salário do professor adjunto, que teria menor acesso à assinatura do jornal.

O Educador foi um jornal semanal, era formado por quatro páginas. Nas duas primeiras páginas eram fixadas as matérias jornalísticas e nas duas últimas páginas os anúncios. Assim seguiu esta diagramação em todas suas edições com uma única exceção, a sua última edição. Uma edição de destaque que possuiu uma organização totalmente distinta foi a de festividade ao centenário da independência do Brasil, dentre as diferenças estão: o número de páginas corriqueiramente eram quatro, mas essa edição teve seis páginas, não foi colocado anúncios,

possuía uma faixa transversal na primeira página, nas cores verde e amarelo. Sendo essa a única edição que recebeu cores e estes elementos em suas páginas.

O Educador, em sua mancha gráfica, era subdividido em cinco colunas sem nenhum espaçamento em branco entre elas. A forma em que eram distribuídas as matérias, havia muito o que se fazer nas combinações das disposições, mas em quase todas as edições foi atribuída a colocação dos textos em colunas na largura fixa. Cito o diagrama das duas primeiras páginas da edição nº 1, de 01 de novembro de 1921.

Figura 2 – Mancha gráfica do jornal O Educador



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Para a composição do jornal foram utilizados alguns materiais tipográficos, como foi destacado os filetes finos que delimitavam as colunas, circulando as informações importantes, dando maior destaque, logo abaixo segue os títulos das matérias veiculadas. Os bigodes, que possuíam a função de separar as matérias, e os adornos que além da função decorativa estética, fomentavam e davam ênfase às matérias. No jornal O Educador estes recursos tipográficos foram localizados com a função de atrair o leitor para os anúncios das duas primeiras páginas e na parte dos anúncios das duas últimas páginas.

Os títulos e os textos possuíam letras maiúsculas e minúsculas, estas eram diversificadas e possuíam variação no título do jornal, entre o cabeçalho dividido em: o nome principal do jornal, à esquerda o número, e à direita o ano, no centro a data, a cidade, as matérias jornalísticas

eram colunas, com títulos em caixa alta ou as vezes com letras de fonte diferente da do texto principal, também em poesias ou textos literários carregavam ornamentos como arabescos de flores e símbolos da antiguidade clássica, e às vezes no tamanho. As fontes eram serifadas, classificadas como básicas, variando de tamanho e tipos (com negrito, sem negrito, itálico). Existia uma construção lógica e sequencial das normas e padrões das seções, as letras utilizadas eram letras de forma, usadas com a intencionalidade e forma de caracterizar cada uma delas no decorrer das publicações.

Os títulos sempre estavam ou centralizados ou alinhados à esquerda, e ao todo eram curtos e objetivos referentes à matéria jornalística. A maioria dos textos nos exemplares analisados eram dispostos em blocos verticais; encontrei poucos blocos horizontais, geralmente algum conto, carta ou poesia se apresentavam quadrados, ou na disposição horizontal. Essa organização padrão era intencionada a causar no leitor um impacto visual que lhe permitia encontrar os agrupamentos das matérias a serviço da orientação de leitura da esquerda para a direita e de cima para baixo.

Figura 3 – Primeira página da primeira edição do jornal O Educador

O EDUCADOR

ORGAN DO PROFESSORADO PRIMARIO

Redacção—Praça Conde, Henriques, 34

ANNO I PARAHYBA—Terça-feira, 1 de novembro de 1921 NUMERO I

"O EDUCADOR"

O primeiro anniversario do governo do exm. sr. dr. Solon de Lucena deu ao que nós, os professores primarios, na merecida homenagem que tributamos a s. exc., pela voz do nosso interprete, manifestarmos não só o apoio e a consagração que nos merece aquelle honrado cidadão mas também definições de modo claro, inicial e energico os traços germe da attitude que deve ter o nosso interprete, manifestamos o sentido de integrar o mestre-escola na posição que lhe é devida na sociedade.

O discurso do presado collega, que hoje fazemos em nossas columnas representar o nosso programma e o dia 22 de outubro de 1921, marcou para nós, o dia memoravel da bem dese consorcio grandioso de nossas actividades, de nosso empenho, de nossa dedicacão em prol de uma causa por demais santa e patriótica: a alfabetização do povo e elevação moral do mesmo.

E nessa grandiosa obra de reeducação para a nozra classe a que pertencemos preciso se faz que nos tornemos mercedarios da consideração e do respeito da sociedade, pela exacta cumprimento de nossos deveres moraes, pelo exemplo de amor ao trabalho e pela abnegação que requer o nosso sacerdocio na sublime missão de instruir e educar.

Havemos de conquistar o nosso ideal? Havemos de vencer? Não pelos progressos menos dignos que como insidia e difamação, a calumnia, as combidações secretas, dos contatos, mas pela lucta leal e franca contra todas as hostilidades que se nos antepõem, seja qual for a sua origem.

Jamais empregaremos linguagem inapropiada com o nosso grão de cultura e a missão de educadores.

Não combateremos individuos.

Não reconhecemos personalidades.

Bateremos palmas ás boas idéas, aos principios sãos e regeneradores e esmagaremos o mal, os factores de nossa desorganização moral, politica e social, o desvirtuamento de nossas instituições e tudo enfim que esteja concorrendo ao possivel concesso para a fraqueza e decadência da Patria.

Esta é a directra trajação.

Dr. Solon de Lucena

O seu 1.º anno de governo

Por entre expansões de entusiasmos passou a 22 de outubro o 1.º anniversario do governo do exm. sr. dr. Solon de Lucena. A Parahyba vestiu-se de gala para festejar o congnimento. Desde cedo notava-se em toda cidade um movimento desuado, para augmentar, consideravelmente, ás 13 horas quando em palacio começou, a RECEPCÃO.

Para alli affirmam comissões de todas as classes, afim de levantar a s. exc. os applausos de que é merecedor um governo que, com honestidade, prudência e energia tem sabido rumar os destinos do Estado.

Nessas manifestações não faltou a do professorado que, em grande commissão, foi ás 14 horas, recebido por s. exc.

Traduzindo o sentir dos seus collegas usou da palavra o professor José de Mello, director do grupo escolar "Dr. Thomaz Mindello" que proferiu o discurso de saudações. Em resposta á oração do collega, o sr. dr. Solon de Lucena, em um bello improviso, deixou mais uma vez bem patentes os seus reconhecidos dotes oratorios e grande amor á causa do ensino.

Abaixo transcrevemos os discursos lidos na occasião de saudação e a brilhante resposta do dr. Solon de Lucena, tachygraphada pelas senhoritas Analice Caldas e Iracema Costa, applicadas alumnas da Escola Benjamin Franklin, ultimamente fundada nesta capital.

Excmo. sr. dr. Solon de Lucena: Bem se trabalhou aqui, certamente, que os professores primarios deixassem de trazer, neste dia de festa, os seus applausos a v. exc.

Atendendo a tender as homenagens devida ás autoridades que se impõem pela cidade dos seus actos e por sua conduta irreprochavel, nós, os educadores, cabiamos em figurante insignificante se cruzassem os braços e, indifferentes, víssemos todas as etapas, a uma voz, hypochisar a v. exc. o seu apoio, a sua solidariedade, e nós, como que formando uma excepção odiosa, estacionáramos por indifferente, sob pena de ultrajarmos contra os nossos principios, contra as nossas consciencias. Porque a solidariedade não se aceita lucta, a verdade, a honestidade, a justiça, o nosso escudo. Prodigios por essa triplice virtude: a solidariedade, a justiça e a verdade, é que nos estamos para fazer justiça ao benemerito governo de v. exc.

O professorado tem visto no governo de v. exc., a acção benévola dos cidadãos dignos desse nome, e doutro modo não era de esperar, quando o passado honra e o caracter são lucta de v. exc. era a justiça por recomendar para um tempo que, sem validades, a essente o presidente, ficando o cargo de dirig. a contento geral, 900 mil almas.

E por essa mesma razão foi que, quando se assumiu a candidatura de v. exc. para a presidência do Estado, nós, os professores primarios, o recebemos com particular satisfação. E que o nome de Solon de Lucena não era o de um desconhecido, e de nós, especialmente, era conhecido, pois de todos os politticos de Parahyba é que mais conhecemos essa attitude sã, sobriedade nos seus actos e castidade do seu espirito.

Dr. Alcides Bezerra

Dr. Alcides Bezerra

Director de Instrução Publica

Comemoramos no dia 24 do mez fim do seu anniversario natalicio o sr. dr. João Alcides Bezerra Cavalcanti, director geral da instrução publica. S. a., que defuncta em nosso meio social as mais justas e solitas sympathias recebeu naquella dia copiosas saudações de seus innumerados amigos e admiradores.

Por occasião do expediente de sua repartição o illustre director recebeu os cumprimentos do sr. inspector geral do ensino, do secretario e funcionarios da secretaria de instrução publica.

Uma commissão composta dos srs. profs. Sizenando Costa, José Baptista de Mello, Manoel Viana Junior e João Baptista Leite de Araujo, directores dos grupos escolares da capital saudaram a s. a., em seus proprios nomes e pelos corpos docente e discente de los estabelecimentos que dirigem.

Como auxiliar immediato da administração do sr. dr. Solon de Lucena, o dr. Alcides Bezerra teve a honra de prestar a s. a. o seu espirito o serviço do importante departamento que dirige.

O oratorio de s. a., ultimamente apresentado ao governo do Estado, e cuja publicação hoje iniciamos, merece honrosas referencias do excmo. sr. presidente em sua ultima mensagem a Assembleia Legislativa.

O EDUCADOR, publicando o retrato do illustre sr. director da instrução publica, rende uma justa homenagem aos seus reconhecidos meritos de intellectual e de cidadão.

Como todas as classes, temos acompanhados com interesse a acção de s. exc. no governo do Estado, governo que, lio bem se caracterizado pela honestidade e pela prudência.

A honestidade e a prudência são, justamente, as virtudes de que mais carece aquelles que são investidos das arduas funções de governar homens, no seu caso como em que a liberdade de dizer mal e a facilidade de amesquiar e deprimir caracter tem assumido proporções alarmantes. Mas, quanto a esta parte, a posteridade fará o julgamento devida.

Apparecendo, naturalmente os desagrados, puzer o verdadeiro julgo lucta em a nozra no lado da justiça. E v. exc. é a justiça, não o juiz de uma commarca, mas o distribuidor de justiça a 29 municipios.

São pois justissimas as manifestações que o primeiro anno de governo do sr. dr. Solon de Lucena, em todo o nosso apoio, toda a nossa solidariedade, aliás ás manifestações nos alhores do governo de v. exc. e hoje renovadas.

Se não tem muito valor é ao menos, não tem sinceridade, porque, da mesma forma que accorremos para hypochisar a v. exc., quando nos amosar o seu programa do governo, depois em que, no Brasil, os diligentes são os melhores em nome de justiça, em eloquio por todo e por todos, fazemos e fazemos, amadri, se no occaso do seu governo não apparecerem mais aquelles manifestações que antecederam a sua ascensão á cadeira presidencial.

E para que tenha v. exc. em todo qualis estado do governo, as honras do seu governo e o agradecimento dos videntes, é mister e justo que a grande obra iniciada por v. exc.

E nós professores, estamos dispostos a agir, empregando todas as forças possíveis, empregando-nos, formando do magisterio primario um só corpo, um só intuito de alfabetização e instrução, dando a vista, a nossa cooperação para a grande e nobre obra, a mais dos nossos ideaes, e mais bella das nossas aspirações—educar e nutrir o nosso povo.

Para que cheguemos a esta fim é preciso, portanto, cultivar o o professor primario que, e que deve ter na sua vida o para que trabalhamos, é por isso que nos batemos unidos, unidos, unidos, não nos batemos unidos, unidos, unidos.

A maior inspiração do país é nacionalizar e federatizar o ensino primario.

O congresso, inaugurado a 12 de outubro findo, na capital da Republica se propõe a lançar as bases desse grandioso tentamen.

Em prol da instrução

Os professores primarios da nossa terra, num movimento digno de louvor, houveram por bem fundar esta folha mensal, não só para defesa dos direitos de sua classe, já bem conhecida, como também para disseminar por todo da mesma os ensinamentos pedagogicos.

O EDUCADOR surge, pois, sob os melhores auspicios e está fadado a ser o mais valioso servico á Parahyba. Será um repertorio da que se surgido por ali fóra em materia de métodos e processos de ensino, um vulgarizador das verdadeis conquistas pela pedagogia e tambem por esse novo e esperançoso ramo do saber—a pedagogia.

Esta e aquelle são sciencias ainda em formação, pois dependem em alguma medida da psychologia que ainda não está constituída, apesar dos esforços dos Spencers, dos Wundts, dos Hoffdings.

Os profetores primarios realizam agora uma vella aspiração, que, de certo, encontrará do publico o mais franco acolhimento.

Não custa pouco sacrificio a manutenção de uma folha como esta. Os dignos mestres vão tirar os reponsos momentos para o afadego trabalho de composição de artigos technicos.

Daragão por bem compreendidos se o seu esforço for compreendido pelos collegas do interior, pelos do magisterio particular, e pelos dos senhores pais de familia, que tem o dever de vir em auxilio desse elevado tentamen.

A vida do professor primario é em toda a parte e sobretudo na Parahyba uma vida de sacrificio e de renuncia. Os que a ella se entregam voltam as costas a toda esperança e ao mais humilde ideal de conforto. Os míngados vencimentos que percebem os professores fecham-lhe os horizontes economicos num circulo mais estreito do que o em que se ameuem os trabalhadores dos trapiches e das carroças, sem terem, aliás, as responsabilidades do collarinho, da gravata e do relativo assulo no trajar.

Não vejo motivo para que os professores percebam menos de que os juizes municipaes e os promotores, se exercem como estas funções importantissimas, com o acrescimo de serem estenografos.

Cabe a nossa Assembleia Legislativa fazer uma revisão nas tabelas de vencimentos do orçamento, fixando em lra uma mais equitativa distribuição dos dinheiros publicos pelas classes que servem ao Estado, ou auctorizar ao Excmo. Sr. Presidente a fazer um estudo metodoso desse palpitante assumpto, dando-lhe ampla facultade de modificar os vencimentos dos funcionarios mal pagos.

São mal remunerados os professores, porquê, talvez, ainda não se batem com o tempo as funções do mestre-escola. Todavia são as mais nobres que pode o homem exercer.

Em pó a auctoridade do seu tempo a auctoridade do mestre. Nas mãos deste está enfiado o futuro das nossas gerações, que é o mesmo que dizer que elle tem em seu poder o futuro da patria.

Estou repetindo legades communs, mas o característico do mestre é ser

Fonte: O Educador, nº 1, 01 nov. 1921 (p. 01)

Figura 4 – Segunda página da primeira edição do jornal O Educador



Fonte: O Educador, nº 1, 01 nov. 1921 (p. 02)

A primeira página do periódico O Educador tem alguns elementos de destaque como o título “O Educador Orgão do Professorado Primário”. Na esquerda do jornal tem os dados de sua localização, a redação (Redação – Praça Cons. Henriques, 34) e a sua direita em todos os exemplares era apresentado um box retangular com frases, citações, versos de autores, como: Rui Barbosa, Manoel Bonfim, Epitácio Pessoa e Carneiro Leão, todas elas faziam uma referência generalizada ao ensino primário, frases estas diziam palavras como: a importância da instrução, a figura do professor, ao amor à pátria, a importância da família na educação dos filhos e também mensagens da redação do impresso dispondo agradecimentos, felicitações ou solicitações.

“O EDUCADOR” a todos os seus prezados amigos deseja boas festas e muitas prosperidades o proximo anno (O EDUCADOR, nº 8, 19 dez. 1921, p. 02).

Quereis concorrer para o engrandecimento da Patria e felicidade da familia! Educai os vossos filhos (O EDUCADOR, nº 9, 17 jan. 1922, p. 01).

Paes! Mandaes os vossos filhos para escola. E o melhor presente que lhes podereis offerreccer (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 02).

O Instituto Historico e Geographico Parahybano solicita, por intermedio do seu Presidente o concurso do professorado primario do Estado para maior brilhantismo do 7º Congresso de Geographia a reunir-se em Maio proximo nesta capital (O EDUCADOR, nº 16, 09 mar. 1922, p. 01).

O Brazil precisa de trabalhar. Só uma educação generalizada e integral lhe daria esta capacidade. Para isto é indispensável uma campanha sem tréguas. Ter-se-á que fazer um movimento de opinião nacional em prol da educação popular (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

As frases acima eram apresentadas com e sem assinatura do escritor, que de fato era majoritariamente um homem. Posteriormente apresentarei um quadro das principais matérias do Jornal e seus respectivos autores, para assim termos uma aproximação com esse impresso.

Quadro 2 – Matérias jornalísticas de destaque e seus respectivos autores em O Educador

AUTOR/A	PRINCIPAIS TEMAS
Abel da Silva	Elaborou textos em defesa da instrução pública, da valorização do magistério, inspeção escolar. Analisou em algumas edições o relatório apresentado por Alcides Bezerra, cujos textos foram chamados de <i>O relatório da instrução pública – ligeiras apreciações</i> e foi autor da seção <i>Funcionarios publicos</i> , onde publicou artigos sobre os problemas e desafios enfrentados pelos servidores do estado.
Alcides Bezerra	Escreveu a matéria de abertura sobre a criação do jornal e foi veiculado seu <i>Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena</i> , na íntegra em algumas edições.
Analice Caldas	Foi autora de duas seções de curta duração no jornal – <i>De leve e Bilhete postal</i> , que discutiam de um modo geral elementos relacionados à mulher na sociedade. Além de alguns outros textos sobre assuntos diversos, como a exposição dos produtos que seriam enviados ao Rio de Janeiro por ocasião do Centenário, sempre com tons de crítica e ironia.
Auta de Luna Freire	Escreveu na seção <i>De meu recanto</i> sobre mulher, sociedade e educação. Além de texto sobre a independência do Brasil na última edição do jornal.
Ayrton Fragas	Assinou a seção <i>Rios da Parahyba</i> onde veiculava informações sobre os principais rios do estado.
Carlos de Nancy	Publicou textos variados na seção <i>Actualidades</i> , dentre eles sobressaem-se os temas ligados a acontecimentos políticos, educacionais e a comentários relacionados a sujeitos da cena político-social.
D'Arsonval	Autor da seção <i>Hygiene escolar</i> , abordou esse assunto em seus textos.
Francisco Barroso	Veiculou na seção <i>A Mulher</i> , textos a esse respeito, além de texto sobre a independência do Brasil.
Jela	Com esse pseudônimo, publicou na seção <i>Funcionarios publicos</i> artigos sobre problemas, desafios e reivindicações dos servidores do Estado, em especial os professores primários. Além de textos sobre vencimentos dos professores de vila e o de cidade.
João Falcão	Autor da seção <i>Paginas reaes</i> , apresentou fatos históricos desse e de outros países, histórias cotidianas e suas impressões sobre essas. Além de textos sobre a nacionalização do ensino, centenário da independência, seu discurso realizado na Sociedade Machanica no dia 1º de maio, artigos contendo informações sobre municípios e países, outros sobre escola primária e papel dos mestres na educação dos alunos.
João Maciel	Escreveu alguns textos relacionados à higiene nas escolas.
Julita Ribeiro	Autora de vários textos na <i>Seção Pedagogica</i> , apresentou lições a serem ministradas pelos professores.
Lylia Guedes	Publicou dois textos. Um sobre a importância, benefício e defesa do ensino da educação física e em especial da ginástica nas escolas primárias, e no outro apresentou uma crítica às indústrias estrangeiras que exploravam os recursos naturais do Brasil.
Viriato Côrreia	Publicou textos sobre acontecimentos envolvendo Dom Pedro I e Leopoldina e sobre a chegada dos portugueses ao Brasil. Além de um texto na <i>página infantil</i> do jornal.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Além destes autores, outros também participaram das matérias do periódico, com menor intensidade, uma ou duas vezes. Dentre eles estão: Herminia Lobo, Amelia Rodrigues, Anna Rezende, Anilia Freire, Genezio Gambarra, Germano Garatuja, Joaquim Pessoa, Agalma, F. de Ascensão Cunha, Andrade Furtado, Alfredo Lustosa Cabral, Darin, Eduardo Medeiros, A. Bemvindo, Olindino Macêdo, Francisco Pedro, João Paiva, Antonio R. de Souza Nobrega, Célida Adamantina, Escragnolle Doria, Jovino Monteiro, Estivador (pseudônimo), Padre João de Deus, João Olintho do Rego, Jonathas Serrano, Coelho Neto, Rosalina Coelho Lisboa, Dr. Soares Rodrigues, Eudesia Vieira, Horacio Mesquita, Samuel Duarte, Nonato Baptista, F, Accacio Patricio de Albuquerque (aluno do Grupo Escolar Thomás Mindello), Manoel Vianna Junior, Olivia Cavalcante Albuquerque, Dr. Accacio Pires¹⁵, Eudes Barros, Bem-Hur, Americo Falcão, José Américo de Almeida, José Baptista Leite, Abel da Silva, Francisco Pedro, João do Rio e transcrições de textos do Monteiro Lobato.

O Educador publicava em cada edição um quantitativo médio de nove a vinte e dois textos por periódico (jornal), separados por temáticas que dentro das intenções do jornal são colocadas em maior frequência e destaque, portanto, são agrupadas por semelhança de tema, todavia não difere que haja alguma categoria/componente ou temática outra/diferente dentro desses temas.

Os temas eram: Didática e Ensino – matérias que fazem menção a métodos de ensino, formas de ensinar, conteúdos escolares; Política, organização e funcionamento do ensino – textos mais relacionados à discussão sobre a educação nacional, as medidas educacionais do governo, a estrutura e funcionamento do ensino e das escolas, reclamações dos professores com relação à estrutura das escolas e aos salários, deveres e papel dos professores; Homenagem a sujeitos/governo – textos que abordam uma figura ou governo em especial, na maioria dos casos enaltecendo os seus feitos; Documentos oficiais do governo – transcrição de documentos oficiais ligados à administração pública da educação; Informações diversas sobre a sociedade/educação – artigos variados sobre falecimentos, aniversários, casamentos, turmas concluintes, reuniões de associações, dados sobre o comércio, a indústria, a agricultura, os empréstimos, resultado de exames, impressões sobre festival artístico, política brasileira, informações diversas de outros países, sugestões de filmes no cinema da capital do estado, informações sobre abertura de estabelecimentos escolares ou não, notas de aviso sobre pessoas, viagens; Sobre o jornal – textos que tratam sobre a repercussão do jornal ou sobre a redação do mesmo; Reclamações sobre

¹⁵ O médico sanitariano carioca, Accácio Pires, foi chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba entre os anos de 1921 e 1923, e contribuiu para a construção do Hospital de Alienados – Hospital-Colônia “Juliano Moreira”, em 1922, no estado, que só começou a funcionar de fato em 1928 (OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

problemas da cidade – artigos que descrevem em tom de denúncia e reclamação problemas relacionados à estrutura da cidade, como saneamento e segurança; Religião – textos de cunho religioso ligados ao ensino ou não.

Tabela 2 – Quantidade de textos por categoria e por publicação de O Educador

Categoria dos textos	Edições																																									Total de textos por categoria
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	26	25	27	28	29	33	34	30	35	31	32	36	37	41							
Didática e Ensino	1	3	2	4	1	2	2		1	1	1	3	1	2	1	1	2	2	2	2	4	4	2	2	3	2	1	4	3	1	3	3		3						69		
Política, organização e funcionamento do ensino		4	2	2	4	5	2	3	6	1	2	3	4	1	4	4	3	2	3	3	1	2	3	3		2	3	2	2	1	3	3					1	2		86		
Homenagem a sujeitos/governo	4		1					1										1						1														1		9		
Documentos oficiais do governo	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		2	1	1																										14	
Informações diversas sobre a sociedade/educação	6	6	5	7	10	8	6	11	13	10	9	9	5	7	5	8	6	8	10	8	5	3	4	8	8	10	3	6	4	11	4	7	10	5	13				258			
Mulher, mulher e educação/ direito das mulheres										1	1			1					1	1		2		2	1	1	2	2	3		1			1						20		
Sobre o jornal	2	2					1		1				1						1																		1				9	
Reclamações sobre problemas da cidade				1					1				1	1							1	2			3				1												11	
Religião										1	2	1	2	3	1			2		1		1		1		1	1	1		2											20	
Total de textos por edição	14	16	11	15	16	16	12	16	22	15	16	16	16	16	12	13	11	15	17	14	12	13	10	16	16	15	10	15	14	13	13	13	12	09	16			496				

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Ao analisar a tabela percebemos que existem três categorias de textos que possuem maior ênfase, são estas: informações variadas sobre a sociedade/educação, Política, organização e funcionamento do ensino, e Didática e ensino. Ponderando que os 496 textos publicados, essas categorias serão os dados correspondente a 52,01%, 17,33% e 13,91% do total de textos.

O jornal se apresenta como “[...] folha semanal, não só para defesa dos direitos de sua classe, já bem numerosa, como também para disseminar no seio os ensinamentos pedagógicos” (O EDUCADOR, nº 1, 01 nov. 1921, p. 01). O Educador foi um impresso que de fato estava preocupado com a situação de fragilidade da categoria docente no tocante à remuneração, ao trabalho, à desvalorização dentro da sociedade, aos desafios, com o objetivo de melhorar, transformar a realidade docente brasileira, colocando em exposição em um impresso o que estava acontecendo na Educação do estado “[...] repositório do que for surgindo por ahí fóra em materia de methodos e processos de ensino [...]” (O EDUCADOR, nº 1, 01 nov. 1921, p. 01).

O jornal trazia textos que discutiam temas diversos como agricultura, economia e infraestrutura, bem como trazia as mudanças no currículo educacional, “Didática e ensino”. Há uma matéria, por exemplo, em que o Jornal vai lamentar a retirada de um livro que era uma pedagogia mãe, que fazia a alusão às mulheres serem pré-determinadas ao ensino das crianças. Há uma atmosfera de modernidade e essa tomava conta da educação, mas com essa transformação pedagógica advinham outras demandas educativas que abraçavam a vida privada.

Como educar Presentemente a missão do professor não é somente ensinar a ler e a escrever, mas educar. A creança na escola moderna deve aprender sobre tudo, a ser uma boa dona de casa, consciente dos seus deveres, um bom cidadão, compenetrado das suas obrigações respeitantes á familia e á sociedade E’ assim que modernamente se ensina. Agalmo (O EDUCADOR, nº 3, 14 nov. 1921, p. 02).

Há uma intencionalidade social dentro dessa educação moderna que irá ser o objetivo central da narrativa, os processos das orientações ao feminino do período, bem como as ações de resistência. Michel Foucault (1979) nos atenta que aonde há poder, há resistência, a criança da escola moderna deveria ali aprender a ser uma boa dona de casa, consciente dos seus deveres. “Por que essa prática estava obsoleta ou por que essa não estava sendo praticada com o esmero devido? Sejamos respeitantes à família e a sociedade” (O EDUCADOR, nº 3, 14 nov. 1921, p. 02).

No período de sua fundação O Educador também foi divulgado e comentado por outros periódicos como A União, O Norte, A Tarde. Tomemos como nota as expressões mais significativas que desempenharam texto de destaque dentro das matérias, os demais desejaram genericamente boa sorte e vida longa a O Educador. O jornal Correio da Manhã registrou que

“o texto do novel collega é variadissimo, abordando assumptos de interesse publico e da classe” (O EDUCADOR, nº 2, 07 nov. 1921, p. 01). Já o jornal A Imprensa trouxe:

Pelo motivo do nosso apparecimento, eis como nos recebeu a imprensa conterranea: Circulon hontem o semanario O Educador, ordam do professorado primario da Parahyba. Tem bello programma a cumprir o jovem collega que surge em defesa de uma classa, até aqui menospresada e pobre, mas que deve adquirir a posição que lhe compete nasociedade, pois trabalha pela alphabetização da patria, que é a base solida da grandeza futura do Brasil. O [mestre-escolação?] pode continuar sendo a victima predilecta da lingua doentia dos que, não comprehendendo os proprios deveres, vivem a criticar severamente de tudo e de todos. Por isso o jornal dos senhores professores é, em nosso modo de ver, o maisbrilhante triumpho da classe nos ultimos tempos. E para complemento da victoria tenha O Educador vida longa e feliz (A IMPRENSA, 1921 apud O EDUCADOR, nº 2, 07 nov. 1921, p. 01).

A variedade dos assuntos, das matérias e dos escritores como, por exemplo, os médicos, com discurso de orientação à saúde e higiene, as colunas sociais, que continham eventos, literatura, poesias, fábulas, poderiam ser uma estratégia do jornal para atrair um público maior de assinantes, além dos professores, o público da sociedade em geral.

A diversidade de temas nos textos estava alinhada também às seções do jornal. Dentre estas existiram algumas que não eram permanentes e não prosseguiram de forma contínua nas edições publicadas. Ao longo do seu ciclo de vida, O Educador publicou as seguintes seções: Sociaes, Varias, Pela Praça, Pelos cinemas, Vida Social, A Mulher, Funcionarios publicos, Paginas reaes, Actualidades, Rios da Parahyba, De leve, Bilhete postal, De meu recanto, Correspondencia intima, Expediente, Necrologia, Poemas (denominada assim por nós), Secção Pedagogica, Pagina Infantil, Secção Infantil, Hygiene Escolar. Algumas delas apresentavam os autores, e quando não eram assinadas delegamos a autoria ao grupo redacional do jornal.

A sociedade paraibana na década de 1920, organizada a partir da construção de sociedade baseada nos pressupostos cristãos, higienistas e civilizatórios da época, estava dividida em lugares determinados e construídos para os gêneros, numa composição de papéis sexuais. Possuindo, assim, lugares, espaços, protagonismos sociais e figuras coadjuvantes. “Fomentando uma concepção institucional e moral, aonde o poder ‘pater’, ‘pátrio’, ‘patriarcal’¹⁶ estava entrelaçado ao pedestal, à tríplice família, ao Estado e ao poder econômico” (ARAÚJO, 2016, p. 17).

¹⁶ Tem origem na antiguidade na Grécia Antiga, com as palavras *pater* e *arkhe* que é ligado ao Pai, que na antiguidade significava todo homem que não depende de outro e tem uma família para administrar; e é ressignificado pelas feministas na chamada “segunda onda” do gênero, no ocidente nos anos 1970. O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder (DELPHY, 2009).

A imprensa feminina e para o feminino transfigura-se ao longo da transição do século XIX para o século XX. Alguns trabalhos são relevantes para com estas personas, alguns trazem o percurso histórico da imprensa no Brasil, outros vão tratar diretamente do feminino na imprensa brasileira, são estes o de Constância Lima Duarte em *Imprensa feminina e feminista no Brasil – Século XIX* (2016), e Juarez Bahia em *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa no Brasil* (1990 [1967]).

Silva Carla Pereira de Brito Fonseca e Maria Letícia Corrêa com *200 anos de Imprensa no Brasil* (2009). Estes trazem aspectos históricos da Imprensa brasileira, mas não tratam do feminino, até porque não é seu objetivo, bem como Marialva Barbosa, *Os donos do Rio: imprensa, poder e público* (2000) e *História cultural da imprensa – Brasil (1800-1900)* e *História cultural da imprensa – Brasil (1900-2000)*, ambos de 2007. Esta não faz necessariamente uma análise discursiva dos textos impressos no Brasil, a figura feminina aparece superficialmente como a leitora e as estratégias dos jornais em lançar mão de folhetins, suplementos e concursos para conquistá-las.

Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil* (1966), faz um panorama vasto sobre a imprensa brasileira até 1960, mencionando algumas folhas das mulheres, porém de maneira sucinta sem indicar o público-alvo. Há de se destacar dentro desse trabalho o caso do periódico O Corymbo (1884-1944), que possuiu uma inédita longevidade e uma consistente contribuição que representou para cultura brasileira e para a história das mulheres. É citado em meio a “jornais de oposição, de combate, lutando pelas reformas de que o país carecia, particularmente a federativa, a do trabalho, a do regime [...]” (SODRÉ, 1966, p. 263).

Já a dissertação de Alômia Abrantes da Silva, *As escritas femininas e os inscritos femininos: imagens de mulheres na imprensa de 1920* (2000), vai se debruçar com fôlego sobre o feminino e as sujeições impostas às mulheres, bem como os movimentos de resistência sobretudo na Revista Era Nova. Hélio Viana, em *A História da Imprensa brasileira (1812-1869)* (1945), não dá foco nesta imprensa feminina, mas contribui com o esclarecimento da autoria do Jornal A Mineira, no Rio de Janeiro de 1833. Ana Luiza Martins em *Revista em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)* (2008), põe publicações femininas da Belle Époque de São Paulo ao lado de científicas, pedagógicas, religiosas, esportivas, infantis e teatrais.

Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins com *História da Imprensa no Brasil* (2008), vai nos atentar sobre a tímida participação feminina que aparece como consumidora e produtora na primeira metade do século XIX. Matías M. Molina em seu primeiro volume *Da era colonial à regência (1500-1840)* (2015), praticamente não faz menção a este tipo de

periódico, porém suas menções se referem a Pierre Plancher, que é fundador de diversos jornais como O Spectador Brasileiro, Diário Mercantil e Jornal do Commercio. Plancher também é responsável pela primeira folha dedicada às mulheres no Brasil, O Espelho Diamantino (1827-1828)¹⁷, anterior à promulgação da Lei de Instrução Pública, que autorizava a abertura de escolas primárias. Molina o traz como o primeiro jornal de moda, mas há controvérsia neste argumento visto que em seu primeiro editorial, de 20 de setembro de 1827, o jornalista se impõe na defesa do sexo feminino, provocando inclusive burburinho por parte dos leitores.

Luiz do Nascimento, com *História da Imprensa do Pernambuco* (1969), em sete volumes e Manoel Rodrigues de Melo com *O Dicionário da Imprensa do Rio Grande do Norte (1909-1987)* (1987) foram estudos a respeito da imprensa local que contribuíram para esta pesquisa, visto que o trabalho com a imprensa perpassa muitas vezes o efêmero, o desaparecimento e a fragilidade do arquivo, como o desaparecimento das hemerotecas.

Dulcília Buitoni e June E. Hahner, cujos trabalhos são pioneiros, tornaram-se referência para todas aquelas que enveredam a pesquisar a temática das mulheres na imprensa, estes são: *Imprensa Feminina* (1990) e *A mulher de papel* (2009 [1981]), ambos os trabalhos trazem uma reflexão a respeito do feminino e sua representação na Imprensa entre a estética da utilidade e a estética da futilidade. June Hahner, em *A mulher no Brasil* (1978) e *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937* (1981), reúne documentos da colônia à primeira década do século XX e denuncia a ausência feminina na história oficial.

Muito além dos livros, das pesquisas científicas, foram os jornais e as revistas os primeiros espaços de produção letrada feminina, bem como lugar de olhar e voz, que desde o princípio se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência.

¹⁷ Jornal digitalizado pela Hemeroteca Digital, possuindo 14 periódicos no total. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/espelho-diamantino/700312>.

Capítulo II

Mulheres na Parahyba: a santa, a política, a fútil, a macho, a puta

[...] abençoa e sobretudo a mulher brasileira, para que seja o exemplo de todas as mulheres, o typo, o modelo, a alegria, a coroa, a honra e a gloria do seu sexo ! ...ANNA REZENDE
(O EDUCADOR, nº 16, 09 mar. 1922, p. 02)

Brilhar e trazer felicidade beirava a obediência às normas e códigos simbólicos sociais quando falo em normas falo do Código Civil de 1916¹⁸, que traz a submissão das mulheres ao *patér*, advindo da figura masculina, o patriarcado, em que as mulheres são da tutela do Estado, do pai, do irmão e do marido. Simbolicamente me remeto ao campo das oralidades e escritos, na imprensa, no discurso que transita dos ouvidos para as bocas. O discurso religioso e o discurso médico possuíram um papel preponderante no alicerce social e cultural desta sociedade moderna.

Nascer mulher perpassaria vir ao mundo com pré-requisitos, pré-responsabilidades de cuidado ao mundo, responsabilidade social, como se toda transformação da ordem partisse das mulheres, como se o poder de mudar o curso da história fosse nosso, e a possibilidade de não se tornar essas mulheres estava e talvez sempre esteve na história. A resistência feminina independentemente do tamanho e do ato é presente na história da humanidade, porém, talvez ainda não apareça suficientemente na operação historiográfica.

A escrita de Anna Rezende na matéria de culto “Ave Regina” traz a anunciação do Anjo da maternidade sagrada, a mãe Rainha afirmando com o discurso religioso às pessoas que abram os seus olhos ao milagre da maternidade e reencarnação santificada dentro de cada ventre: “[...] e esse momento só pode ser comparado ao da criação do universo, pois se Deus com o seu memorável” (O EDUCADOR, nº 16, 09 mar. 1922, p. 01). O sublime e onipotente ato de criação era posto em igualdade à maternidade e a virgindade era signo de humildade: “a mais humilde de todas as virgens é a que melhor compreende a sua dignidade” (O EDUCADOR, nº 13, 13 fev. 1922, p. 02). As grandes maravilhas do senhor, os direitos, viriam através do bendito fruto do vosso ventre e essas mulheres brasileiras dignificadas, coroadas, honradas, modelos, e sobretudo alegres, felizes eram as bem-sucedidas mães. “Maria torna-se o

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm.

instrumento do poder e das misericórdias divinas; é ella quem dirige a humanidade no caminho do bem [...]” (O EDUCADOR, nº 13, 13 fev. 1922, p. 02).

O presente no qual residimos é um emaranhado de uma cultura misógina, machista e desigual para aquelas que são sujeitos femininos, de características e construções ligadas a este ser que não é natural, nem muito menos biológico; sermos mulheres ou estarmos mulheres é uma construção cultural, uma invenção. A partir destas inquietações coloco-me a investigar as construções, representações destas identidades femininas na Parahyba do Norte, olhando através dos indícios deixados pela imprensa, sem pretensão de certezas, mas, podendo aqui ver o silêncio das mulheres, a resistência, o poder, sua representação, os discursos que ali tanto inquietam nossas subjetividades.

A História Cultural tem trazido contribuições, oferecendo aporte teórico, principalmente quando gera a possibilidade do uso dos impressos como fonte histórica e nos debates de gênero. Segundo Margareth Rago (2011), a moralidade social patriarcal do início do século XX no Brasil destacava a ameaça à honra feminina ao adentrar no mundo do trabalho. Esses discursos foram construídos e estavam presentes em diversos segmentos, tais como a própria imprensa operária, a medicina, a grande imprensa, o direito. “A sociedade brasileira do início do século XX como um todo, fortemente patriarcal, atribuía às mulheres, no mais das vezes, elementos de vitimização que lhes reservavam o espaço doméstico como sendo o espaço adequado a elas” (ARAÚJO, 2016, p. 19). Segundo estes discursos, somente o homem deveria prover as necessidades do lar.

Masculinidade e feminilidade existem e se definem em sua relação e por meio dela. São as relações sociais de sexo, marcadas pela dominação masculina, que determinam o que é considerado “normal” e em geral interpretado como “natural” para mulheres e homens. Aos homens são atribuídas identidades e marcadores de força, coragem, capacidade de combater, de prover, o direito institucional, o direito à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são e não podem ser viris: mulheres, crianças, que a ambas são atribuídos marcadores de docilidade, obediência, espelho de Maria virgem, submissão ao Estado, ao pai, irmão e marido.

Sobre as terminologias “Mulher” e “Mulheres” é um exercício epistemológico revisitado enquanto historiadora, a fim de fugir das homogeneidades redundantes a esse universo feminino, humano e plural, “[...] exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (LOURO, 2014, p. 27). O termo gênero aqui compreende a construção cultural dos papéis e identidades que vão permear o imagético de uma feminilidade. Busca-se intencionalmente, contextualizar o que se

afirmar ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da “Mulher” ou do “Homem” (LOURO, 2014).

Mulheres como: Nísia Floresta, Mary Wollstonecraft, Frida Kahlo, Anita Garibaldi, Pagu, Anayde Beiriz, Analice Caldas, Bertha Lutz, Eudésia Vieira, Sally Kristyn Ride, Angela Davis, Margarida Maria Alves, mulheres trabalhadoras fabris, mulheres do campo, mulheres prostitutas, mulheres mães, mulheres lésbicas, mulheres engenheiras, mulheres cientistas, mulheres médicas, mulheres professoras, mulheres professoras e outras milhares que apesar de toda ordem do discurso, elas problematizam e produzem fissuras, rachaduras dentro do que é de bom tom, do que é generalizado como certo pela massa. Estas e outras mulheres (se) amostravam ao mundo, trazendo que é possível ser/estar em outros espaços e fazendo outras histórias de suas vidas, e independente da posse da tutela masculina.

2.1 O Imaginário/Representação do Feminino na Imprensa

As representações a respeito do feminino aqui são colocadas a partir das mais distintas nuances. O século XX é um período em que sua imagem aparece nas revistas ilustradas, nos jornais do período. Literatura e matérias jornalísticas se fundiam. O jornal *A Voz Feminina* surge em 1900, outros jornais femininos continuavam a surgir: *O Chromo*, em 1901, revista mensal de literatura, arte e ciência dedicado ao belo sexo; *O Colibri*, em 1904, mensal redigido por Zoraide M. Siqueira e Olympia D. Ribeiro; *O Sorriso*, órgão literário mensal, com a colaboração de Ida Scholoembach, Isabel de Serpa Vieira e Adélia Vaz. Há alguns impressos como *O Beijo*, de Araras, São Paulo, editada em 17 de setembro de 1908, cujo redator chefe era “Paulo de X”, com a “propriedade e direção dos redactores anonymos”, era um impresso literário dedicado ao “belo sexo”: “*O Beijo é para vós, moças de Araras*” (*O BEIJO*, nº 12, 17 set. 1908, p. 02); havia também poesias e um perfil de uma moça da cidade: “*ei-nos caríssimas leitoras e leitores de Kodak em punho, aguardando a hora de extrair algumas chapas para enviar para o grande certame nacional [...]*” (*O BEIJO*, nº 12, 17 set. 1908, p. 03). A referência de Kodak para introduzir personagens engraçadas denota um ar de modernidade, o texto segue com fôlego, não possuindo o típico ranço das satirizações feitas dentro dos textos impressos semelhantes.

Contudo, havia perspectivas mais sérias em relação às mulheres, aplicadas dentro da imprensa geral, não especificamente dentro de uma imprensa feminina. Há no Rio de Janeiro a *Imprensa Anarquista* começando seus jornais efêmeros e veementes, já em São Paulo a imprensa possuía grandes centros manufatureiros, conseqüentemente o número de mulheres

operárias crescia ano a ano, principalmente no setor têxtil. As mulheres recebiam bem menos que os homens que já não eram justamente remunerados, eram sub-remuneradas. Além de denunciarem o número excessivo de horas de trabalho por dia, as más condições, a influência do anarquismo advindo da presença dos imigrantes no setor fabril possui responsabilidade nesse processo.

No jornal anarquista Terra Livre, de 29 de julho de 1906, três mulheres costureiras – Tecla Fabri, Teresa Cari e Maria Lopes – pedem união contra patrões exploradores:

Companheiras! É necessário que recusemos trabalhar também de noite, porque isso é vergonhoso e desumano [...] E nós também queremos as nossas horas de descanso para dedicarmos alguns momentos à leitura, ao estudo, porque quanto a instrução, temos bem pouca; e se esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsciência, simples máquinas humanas manobradas à vontade pelos cúpidos assassinos e ladrões (TERRA LIVRE, nº 13, 29 jul. 1906, p. 03).

Na Parahyba, em 1922, o jornal O Educador na seção Actualidades denuncia o adentramento das mulheres em espaços que dantes elas não estavam inseridas, com o mesmo número e que mesmo por uma via estreita, ainda naquele momento estariam fora do que seria dito como “lugar de mulheres” naquele período.

Da capital da Republica ás mais longinhas villas dos nossos sertões, as filhas de Eva, sem estardalhaços, sem propaganda, vão, aos poucos, invadindo, victoriosamente, os cargos masculinos, e renegando esses preconceitos ridículos que as amarravam, servilmente, ao mando do seu feroz senhor — o homem (O EDUCADOR, nº 26, 11 mai. 1922, p. 01).

As filhas de Eva eram as mulheres que comiam do fruto proibido do conhecimento e este seria mais ramificado que feijão verde em tempo de chuva. Estavam da capital da Parahyba do Norte a todo o estado parahybano, e essas silenciosas vão ocupando um lugar dentro das profissões ditas masculinas e afastando-se do culto mariano da mulher mãe virgem e do patriarcado que exercia uma relação de poder coercitivo e disciplinador nas mulheres do período.

A Revista Feminina, de Virgílica de Souza Salles, tendo como secretária Avelina de Souza Salles, fundada em 1914 circulou até 1935, em São Paulo com redação no Palacete Briccola, na praça Antonio Prado. Sua primeira tiragem mensal possuía 30 mil exemplares, distribuída em todo Brasil, mostrando-se sólida, o que possivelmente ocorria devido a ter uma força mantenedora financeira. Fundada por mulheres, e “especialmente dedicada as senhoras, ocupando-as de artes, letras, modas, poesias, contos, informações, conhecimentos úteis etc” (REVISTA FEMININA, nº 51, ago. 1918, p. 08). Apresentava as seções ditas femininas e

incluía uma filosofia editorial de defesa dos direitos das mulheres, por exemplo, o voto feminino, portanto não estava restrita ao comercial, ao consumo. As folhas da Revista Feminina também traziam moda, seções de beleza, culinária, conselhos na área da educação.

A Revista Feminina pode ser considerada precursora dos modernos veículos dedicados à mulher. Nela havia até um estreito intercâmbio com as leitoras a demonstrar sua vitalidade como produto editorial mais “moderno”, que abre espaço para uma resposta que sempre redundava em capitalização de mais simpatias (e hoje se transforma numa arma de mercado, em que as leitoras que escrevem a uma revista têm seus nomes relacionados pelas editoras e vendidos a empresas como *mailing* para envio de propostas de venda por reembolso postal, etc.). Em síntese, a Revista Feminina era um produto mais bem dimensionado em relação a seu público específico, que estava evoluindo. No campo da luta política, a campanha sufragista vai se firmando, com algumas mulheres tomando atitudes concretas. Não conseguindo o alistamento eleitoral, a professora Leolinda Daltro funda, em 1910, o Partido Republicano Feminino, tendo organizado, em 1917, uma passeata a favor do voto feminino, no Rio de Janeiro. Em 1919, acompanhada de um grande número de mulheres, vai ao Congresso assistir à votação de um projeto que pretendia conceder o direito de voto à mulher.

E a advogada Myrthes de Campos, primeira mulher a ser aceita na Ordem de Advogados, havia requerido seu alistamento eleitoral já por volta de 1905, embora sem sucesso. As mulheres movimentavam-se, e a imprensa noticiava e comentava os eventos, que também se refletiram em revistas femininas. Bertha Lutz, bióloga e advogada, foi uma das mulheres que avançou em sua luta em favor dos direitos da mulher, tendo alcançando, posteriormente, em 1930, além do direito ao voto, também o cargo de deputada.

Figura 5 – Revista Feminina

Assignatura annual para todo o Brasil Rs. 10\$000
Assignatura com registro 15\$000
Idem para o estrangeiro 20\$000

Revista Feminina

Redacção:
Praça Antonio Prado 11
Palacete Briccola 11
Telephone, 5641 (Central)

FUNDADA POR VIRGILINA DE SOUZA SALLES — Secretária: VIRGILINA DE SOUZA SALLES

ANNO V 8. SÃO PAULO, AGOSTO DE 1913 8 NUM. 51

AGOSTO

ABERTURA da presente sessão legislativa federal trouxe novamente à baila o projecto do voto politico ás mulheres, voltando o assumpto a ser retratado no gral da critica e a ser remastigado pelos dentes da ramação mechanica e pouco consciente do grande publico. Si ha galanteadores, que pretendem justificar o afastamento da mulher do exercicio daquelle direito, com o gentilmente dizerem que sua função na vida é meramente decorativa, e que seu raciocinio, pela sua brilhante frivolidade, deve apenas encantar como o aroma das flores, ha os que se baseiam em calculos de physiologists, que pesaram cerebros masculinos e femininos, e que verificaram pesar o cerebro da mulher um terço menos do que o do homem, razão pela qual ella não deve ter o direito do voto!

Por minha parte muito me aprouve a verificação daquelles physiologists, porque della tambem se traduz que nós, mulheres, temos concorrido com um terço menos do que os homens para a obra da sanidade universal. Uns e outros, no entanto, — sem falar nos que achincalhando o nosso sexo com tão idiotas quanto inapudados remosques, não se lembram de que achincalham suas proprias maes —, ao lerem esta chronica, não se fartarão de me apor de nova Spartacus feminina, de virago de ruims bofes e asperas e masculinas cerdas, a quem o fado negou toda a belleza e qualquer encanto, pois assim é que os homens se representam as mulheres que reclamam direitos: — monstros de fealdade e demonios de dialectica. E assim o pensam porque lhes apovora o senso conservador o movimento de reconquista feminina que se accentua em toda a sociedade moderna, e que se lhes afigura como um syndroma de socialismo exaltado, quando não de perigosa anarchia. Na historia da humanidade, no entanto, a civilização conduziu-se da liberdade civil e moral do individuo para a da populandade, mas só attingo verdadeiramente seu fastigio quando, pela cultura, desce e se propaga por todos os individuos e traz-lhes as primeiras noções de democracia, cuja germinação faz desapparecerem todos os privilegios: não mais se admittem poderes hereditarios, nem nobrezas de sangue. O individuo passa a governar-se, na expressão mais lidima de sua autonomia, elegendo e sendo eleito. Ora o individuo pôde ser de dois sexos, homem e mulher, e a conquista da democracia, pela sua propria essencia egualitaria, não pôde admitir distincções entre um e outro, e menos ainda usurpação e predomínio. Ora a lucta por aquelles principios tem sido a característica de toda a historia das correntes politicas modernas, desde a queda do imperio byzantino até nossos dias. Si esta é a verdade historica, si as idéas liberaes através do tempo conseguiram desbaratar e quebrar as cadeias com que o feudalismo, o absolutismo, as dynastias e as aristocracias hereditarias procuravam manietar as forças vivas do individualismo, que razão, que argumento, que formula mesmo sophistica podem invocar os que desejam manter a mulher alheada da direcção social, negando-lhe a vontade politica?

E' ou não é a mulher um individuo pensante e autonomo como o homem? E' ou não é uma das forças activas, permanentes e poderosas que formam a energia de conjunto da qual nasce a soberania de cada uma das sociedades modernas?

Repostos ao espirito da democracia, entendida no senso exacto da plena communhão de idéas, interesses e poderes entre todos os individuos componentes de uma sociedade, a odiosa restricção de que é ella victima, pois que incide no privilegio e na usurpação de uma classe; e só pôde ser paradoxal e nunca perfeita ou proxima de seu ideal historico, a democracia que mantiver tal privilegio e tal usurpação, apregoando no entanto uma liberdade apenas rhetorica, uma egualdade que é uma mystificação, e uma fraternidade que é um mytho.

Aos espiritos que ainda estão blindados pela neblina espessa do carrancismo o direito do voto ás mulheres, pôde parecer uma formula absurda, porque nelles se formou tradicionalmente a noção falsa da inferioridade mental da mulher. Para elles o voto deve só pertencer aos homens porque sempre pertenceu só aos homens. E' o espirito da rotina, do empacamento, da obstrucção a progresso, força pavorosa de inercia coarct a qual devem lutar todas as idéas novas, todos os principios reformadores. No entanto para que o homem possa gozar daquelle direito apenas exigem que elle saiba ler e escrever. Nem mesmo tanto: basta que tenha appellido com qualquer cabo eleitoral a pinta, a guisa do assignatura, uma desahinhada paisagem de traços cambaios, que dão idea de um trecho de floresta incendiada... E assim o homem bronco e inculto de nossos sertões, estrangulado por um collarinho alto e pelas mandigas e fgas da superstição que o engravatam, lastimado dentro de sapatos incoercíveis, que lhe dificultam a marcha já pastosa e lerdá de todas as endemias que o ditamem, amanhecido no escabeche dos «viveiros» electorales, onde o suborno o macera em alcool e nicotina, vexado physica e moralmente, seguo escoltado pelos empreiteiros da politica até uma mesa eleitoral, e ali pôde exercer o direito do voto, que se nega á mulher! E' desta larça, representada em quasi sua totalidade por tão flagrantemente typica comparatoria, que resulta a direcção desta nossa democracia caricata de Offenbach, roubalhona, matreira e despuerada, que foi facilmente tomada de assalto por vinte e uma dynastias de sudacões, e que em suas mãos assim se perpetua.

Negar nestas condições o voto politico ás mulheres, sob o falso pretexto de sua inaptidão, é fazer descaxabido humorismo, que resistir não pôde ao menor exame do bom senso. O que o nosso paiz precisa justamente neste momento em que se cogita de regeneração é de que se ponham em jogo todas suas energias bemfeazes, e que se realizem todos os principios democraticos que constituem seu regimen. Ora ninguém pôde negar que entre os poderosos concursos que a mulher nos pôde trazer, um e maior é de sua moral, não só porque a mulher é a fonte primeira da moral, como ainda pela posição excepcional que ella occupa em nossa sociedade. A principal causa da degradação de nossos costumes e do aviltamento profundo e crescente do nosso caracter politico, tem sido a falta de uma moral directriz. Ao sabermos da ultima missa rezada na cathedra de nossa crença monarchica o primeiro uso que fizemos de nossa conquista libertaria foi voltarmos contra a Igreja, contra a moral que fizera a gloria de nossos antepassados, a escopeta revolucionaria. Nem futur ridiculo de crenças que se vem pela primeira vez em liberdade destruímos tudo quanto de puro crystal do passado havia accumulado nos arcanos de nossas tradições. Este patrimonio sagrado é necessario reconstruí-lo; e para sua reconstrucção a ninguém podemos pedir melhor subsidio do que ás mulheres, unicas que não tomaram parte no regateio iconoclasta, e que souberam guardar no calor recondito de seus seios a semente da crença e da moral antiga. E' de desta semente, permianando naquella terra quente e amorosa, que pôde resurgir o Brasil integral, o Brasil glorioso do amanhau, reconquistando a perdida hegemonia continental, e o perdido prestigio de suas glorias. Chamemo-la, pois, quanto antes, a colaborar na grande epopeia de nossa renacionalização. E os bons patriotas não deviam esperar que fosse ella a reclamar o direito de voto: deviam elles ir pedir-lhe, ir supplicar-lhe, que vencessem sua repugnancia e que viessem varrer com sua vassura domestica toda a escuricia com que salafarinos sem alma e sem patriotismo macularam a nossa Patria... Desligada como ella se acha de ambições partidarias, desinteressada por idole de conchavos ambiciosos, loza e meiga por natureza, ella pecha trazer-nos a mesma força subita e inesperada que armou de azorrague ao tambem meigo, fraco e carinhoso Jesus, a correr os vendilhões de seu templo... E repetiremos, então, com o abbede Constantino, quando se referia aos direitos da mulher: «...en finira por comprehendre que l'on a crucifié Dieu une seconde fois en vous, et l'on ombra à genoux avec des yeux pleins de larmes, et l'homme consentit à écrire: La femme est vraiment fille de Dieu...»

Anna Rita Malheiros
(Excripto especialmente para Revista Feminina, de São Paulo).

Nota da redacção: — As chronicas de nossa illustre collaboradora d. Anna Rita Malheiros são transcritas por centenas de jornais do interior do Brasil, mas muitos delles deixam de citar o nome de nossa Revista, para a qual são ellas especialmente excriptas. Seriamos, pois, immensamente gratos aos nossos confrades si não nos quizessem negar aquella declaração, que tem para nós e indiscutivel vantagem de propagar o nome de nossa Revista e para os nossos collegos a satisfação de um dever de lealdade cumprido.)

cracias hereditarias procuravam manietar as forças vivas do individualismo, que razão, que argumento, que formula mesmo sophistica podem invocar os que desejam manter a mulher alheada da direcção social, negando-lhe a vontade politica?

E' ou não é a mulher um individuo pensante e autonomo como o homem? E' ou não é uma das forças activas, permanentes e poderosas que formam a energia de conjunto da qual nasce a soberania de cada uma das sociedades modernas?

Repostos ao espirito da democracia, entendida no senso exacto da plena communhão de idéas, interesses e poderes entre todos os individuos componentes de uma sociedade, a odiosa restricção de que é ella victima, pois que incide no privilegio e na usurpação de uma classe; e só pôde ser paradoxal e nunca perfeita ou proxima de seu ideal historico, a democracia que mantiver tal privilegio e tal usurpação, apregoando no entanto uma liberdade apenas rhetorica, uma egualdade que é uma mystificação, e uma fraternidade que é um mytho.

Aos espiritos que ainda estão blindados pela neblina espessa do carrancismo o direito do voto ás mulheres, pôde parecer uma formula absurda, porque nelles se formou tradicionalmente a noção falsa da inferioridade mental da mulher. Para elles o voto deve só pertencer aos homens porque sempre pertenceu só aos homens. E' o espirito da rotina, do empacamento, da obstrucção a progresso, força pavorosa de inercia coarct a qual devem lutar todas as idéas novas, todos os principios reformadores. No entanto para que o homem possa gozar daquelle direito apenas exigem que elle saiba ler e escrever. Nem mesmo tanto: basta que tenha appellido com qualquer cabo eleitoral a pinta, a guisa do assignatura, uma desahinhada paisagem de traços cambaios, que dão idea de um trecho de floresta incendiada... E assim o homem bronco e inculto de nossos sertões, estrangulado por um collarinho alto e pelas mandigas e fgas da superstição que o engravatam, lastimado dentro de sapatos incoercíveis, que lhe dificultam a marcha já pastosa e lerdá de todas as endemias que o ditamem, amanhecido no escabeche dos «viveiros» electorales, onde o suborno o macera em alcool e nicotina, vexado physica e moralmente, seguo escoltado pelos empreiteiros da politica até uma mesa eleitoral, e ali pôde exercer o direito do voto, que se nega á mulher! E' desta larça, representada em quasi sua totalidade por tão flagrantemente typica comparatoria, que resulta a direcção desta nossa democracia caricata de Offenbach, roubalhona, matreira e despuerada, que foi facilmente tomada de assalto por vinte e uma dynastias de sudacões, e que em suas mãos assim se perpetua.

Negar nestas condições o voto politico ás mulheres, sob o falso pretexto de sua inaptidão, é fazer descaxabido humorismo, que resistir não pôde ao menor exame do bom senso. O que o nosso paiz precisa justamente neste momento em que se cogita de regeneração é de que se ponham em jogo todas suas energias bemfeazes, e que se realizem todos os principios democraticos que constituem seu regimen. Ora ninguém pôde negar que entre os poderosos concursos que a mulher nos pôde trazer, um e maior é de sua moral, não só porque a mulher é a fonte primeira da moral, como ainda pela posição excepcional que ella occupa em nossa sociedade. A principal causa da degradação de nossos costumes e do aviltamento profundo e crescente do nosso caracter politico, tem sido a falta de uma moral directriz. Ao sabermos da ultima missa rezada na cathedra de nossa crença monarchica o primeiro uso que fizemos de nossa conquista libertaria foi voltarmos contra a Igreja, contra a moral que fizera a gloria de nossos antepassados, a escopeta revolucionaria. Nem futur ridiculo de crenças que se vem pela primeira vez em liberdade destruímos tudo quanto de puro crystal do passado havia accumulado nos arcanos de nossas tradições. Este patrimonio sagrado é necessario reconstruí-lo; e para sua reconstrucção a ninguém podemos pedir melhor subsidio do que ás mulheres, unicas que não tomaram parte no regateio iconoclasta, e que souberam guardar no calor recondito de seus seios a semente da crença e da moral antiga. E' de desta semente, permianando naquella terra quente e amorosa, que pôde resurgir o Brasil integral, o Brasil glorioso do amanhau, reconquistando a perdida hegemonia continental, e o perdido prestigio de suas glorias. Chamemo-la, pois, quanto antes, a colaborar na grande epopeia de nossa renacionalização. E os bons patriotas não deviam esperar que fosse ella a reclamar o direito de voto: deviam elles ir pedir-lhe, ir supplicar-lhe, que vencessem sua repugnancia e que viessem varrer com sua vassura domestica toda a escuricia com que salafarinos sem alma e sem patriotismo macularam a nossa Patria... Desligada como ella se acha de ambições partidarias, desinteressada por idole de conchavos ambiciosos, loza e meiga por natureza, ella pecha trazer-nos a mesma força subita e inesperada que armou de azorrague ao tambem meigo, fraco e carinhoso Jesus, a correr os vendilhões de seu templo... E repetiremos, então, com o abbede Constantino, quando se referia aos direitos da mulher: «...en finira por comprehendre que l'on a crucifié Dieu une seconde fois en vous, et l'on ombra à genoux avec des yeux pleins de larmes, et l'homme consentit à écrire: La femme est vraiment fille de Dieu...»

Anna Rita Malheiros
(Excripto especialmente para Revista Feminina, de São Paulo).

Nota da redacção: — As chronicas de nossa illustre collaboradora d. Anna Rita Malheiros são transcritas por centenas de jornais do interior do Brasil, mas muitos delles deixam de citar o nome de nossa Revista, para a qual são ellas especialmente excriptas. Seriamos, pois, immensamente gratos aos nossos confrades si não nos quizessem negar aquella declaração, que tem para nós e indiscutivel vantagem de propagar o nome de nossa Revista e para os nossos collegos a satisfação de um dever de lealdade cumprido.)

A imprensa ia se distanciando do opinativo e a reportagem começava a se firmar. Assim, as fotos deixavam, algumas vezes, de ter um caráter meramente ilustrativo para envolverem algum componente de informação. A imprensa diária crescia. No Rio, Irineu Marinho funda O Globo, em 1925. Em São Paulo, no mesmo ano, surgia a Folha da Manhã, fundada por Pedro Cunha e Olival Costa; e o Diário da Noite, pertencente à rede, em franca expansão, de Chateaubriand, que lançou em 1929 o Diário de São Paulo, usando a estratégia de distribuí-lo gratuitamente, durante um mês, a potenciais assinantes.

A Revista Feminina, de São Paulo, continuava sua carreira firme, com suas leitoras fiéis e uma apresentação gráfica moderna, que se assemelhava, em algumas páginas, às revistas femininas norte-americanas. Surge a Vida Doméstica, em 1929, em São Paulo; a Fon-Fon continua sua popularidade, com capas desenhadas, fotos – em papel couchê – de acontecimentos sociais, carnaval, férias, etc. A diversificação atinge as revistas mundanas. No Rio de Janeiro, aparecem revistas picantes, algumas até pornográficas: A Maçã, de 1922 a 1929, fundada e dirigida por Humberto de Campos, que se assinava Conselheiro XX, e ilustrada por artistas como Guevara, Romano e Calixto; Shimmy, de 1925 a 1928, talvez a mais "escandalosa"; e Frou-Frou, que durou de 1923 a 1935.

Seguindo essa ideia da presença do gênero literário dentro da imprensa, O Educador traz em seu periódico textos como poesias e fábulas, que vão seguir o impresso durante seu período de circulação, lembrando que a literatura não é um texto menos verdadeiro que a narrativa informativa da imprensa jornalística, ela é uma ficção dentro do seu tempo e que traz traços culturais subjetivos da sociedade.

A Borboleta

A borboleta, que no luryo á rosa
 Airosamente esvoaça bandoleira,
 Corporiza o flirtar da melindrosa
 Em volubilidade prazenteira.
 Inconstante, romantica, vaidosa,
 Num viver de cigana, essa brejeira
 Sempre a bailar, viajando caprichosa
 Em ramos aromaes de trepadeira.
 Dulcinéa na moda, Julieta
 De aligeros Romeus, quem não queria
 Ter vida igual a duma borboleta?
 Bello exemplar das almas vaporosas.
 Ella é a rainha êxul da fantasia
 Num throno erguido em petolas de rosa.
 ANILIA FREIRE
 (O EDUCADOR, nº 7, 03 dez. 1921, p. 01).

Quem seria essa borboleta? E o que nos demonstrava a respeito desta sociedade moderna parahybana? Talvez Anília Freire faça dessa uma escrita de si, ou uma escrita sobre outras mulheres, ela é fluída, voava ligeiro de um lado para o outro, seu prazer é volátil, é inconstante, vaidosa e romântica, vive viajando como uma cigana e nestas viagens vive a trepar, brejeira alusão ao interior do estado, moderna, cheirosa, com muitos amores, Romeus, e quem não desejaria ter uma vida de borboleta? Uma verdadeira rainha de alma livre. A representação metafórica da borboleta de um ser sensível, delicado, transformador livre. “As representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera (Rago, 1995) identifica uma diversidade de representação feminina em romances, de 1900 até 1932” (TELLES, 2011, p. 408).

Uma borboleta é um ser leve, transformador, suas asas batem 32 vezes por segundo, sua vida é breve e fugaz, de apenas duas semanas, seus estímulos nervosos são múltiplos, toda degustativa da vida, das antenas aos pés, ela é extremamente sensível, nessa brevidade de vida copula com o máximo de flores possível que estas são órgãos reprodutores da natureza. As mulheres desejam voar, alçar voos para longe, ter e sentir o prazer de ser quem é e mesmo que aquelas dessa época não tivessem dimensão do pulsar de seus corpos, estas pulsavam por liberdade de ser a dor e delícia de serem mulheres. Estas “bucetas” possuem oito mil terminações nervosas de prazer apenas na vagina, mas todo o seu corpo pulsa e vibra por vida, outra que ainda não era possível, ou que talvez fosse sua maior arma de resistência. O poema de Anília Freire pode ser considerado o ato mais empoderador dentro do seu tempo, enquanto mulher dos anos XX. Ela sempre deveria estar na escrita literária como “[...] musa ou criatura, nunca criadora” (TELLES, 2011, p. 403). Jamais a arquiteta de sua vida e de outras vidas.

“Aquella gruta é um postigo aberto, Por onde o Homem vê a Eternidade!” (O EDUCADOR, nº 7, 12 dez. 1921, p. 01). Amélia Rodrigues, escritora não recorrente deste impresso, traz no final de um poema intitulado “Maria de Lourdes”, que fala de adoração e devoção a Cristo e a seu salvador seu único filho, “aquela gruta que o homem vê a eternidade”. Que lugar seria esse que aos homens entrarem perpetuariam algo, geraria um futuro? Seria mais um culto à maternidade ou mais uma metáfora da vagina e ao amor livre, podendo ainda surgir outras prerrogativas. A crítica ao movimento que estava acontecendo na França nos faz compreender que o texto poderia ter nuances eróticas para os homens e coercitivas as mulheres “como pomba de paz e de esperança, Pairando sobre um antro de serpentes, Cheio de sombra e lágrimas ardentes, — Ella surgiu no coração da França” (O EDUCADOR, nº 7, 12 dez. 1921, p. 01). Esta que surge no coração da França, poderia ser uma referência à Santa Joana d’Arc, “logo, a construção da feminilidade abraçaria uma imagem de uma nova Joana, que traz

elementos associados ao Anjo da Casa, presentes no que diz respeito à maternidade e seu papel em função do Estado” (SILVA, 2010, p. 102).

O trecho abaixo é da mesma imprensa, a matéria jornalística “A Mulher”, escrita por Francisco Barroso.

Deve-se, na infancia, ensinar-se a mulher a render culto a Deus, por que a mulher sem religião é um perigo para a familia; a amar o trabalho, a desprezar ás más paixões, a venerar o lar, que é o templo sagrado da honra e a ser indulgente com seus semelhantes, por mais humildes que sejam. Da bôa direcção de um lar é que depende a felicidade de uma familia, quando nelle existe uma bôa mãe; dando-se o contrario a miseria invandiu-o e nelle arma suas tendas (O EDUCADOR, nº 11, 30 jan. 1922, p. 02).

De cabeça baixa, desde criança as meninas devem aprender a venerar a Deus, compreendendo que apenas a religião a liberta do perigo das más paixões que nossa borboleta recaiu. Esses voos de paixões devem ser desprezados e no trabalho deve ser tão humilde o quanto, a sua casa deve ser uma extensão da veneração religiosa, “humildade” subserviência e, sobretudo, a tarefa mais sagrada: a maternidade. As matérias jornalísticas “A Mulher” surgem em 1922, e sua redação era majoritariamente de cunho do senhor Francisco Barroso, que em cada matéria iria instruindo as meninas, moças, mulheres do período, de como se portar dentro da sociedade moderna. Barroso vai se debruçar sobre o cozinhar, o bordar, sobre como servir os maridos, os pais, os irmãos, bem como também orientar as famílias que se tiverem uma única filha mulher não as coloque na Escola Normal para ser professora, estas devem procurar perpetuar o ciclo de suas mães e gerar os homens de bem rumo ao progresso.

A mulher dentro do mercado de trabalho, este espaço seria todo travestido de gestos e posturas, rosto empoado, jamais usar rouge (blush), unhas brumidas (curtas), cabelo preso, submissão à hierarquia masculina, sua renda ser uma parcela coadjuvante dentro do espaço familiar, deixando para os maridos e pais o espaço de provedor. Os espaços e cargos de liderança e chefia dentro da educação parahybana eram lugares de homens, e com base na tabela do capítulo anterior, estes recebiam um percentual de salário-base e gratificação superior ao das mulheres, que estavam na base da educação. A exemplo dos jardins de infância hoje, a educação infantil que era ocupada por mulheres como este impresso vai nos deixar evidente, nas matérias “Mulheres” e “Actualidades”.

Felicidade, quem deseja ser infeliz? Meu painho¹⁹ me dizia que deseja a minha felicidade, ser uma mulher de bem seria o caminho. A imprensa de 1922, O Educador, traz esses

¹⁹ Referência regional paraibana alusiva a “pai”.

caminhos: o casamento, a religião, o marido e a sagrada maternidade, sem estes seria impossível uma mulher ser feliz. Logo é construído a partir do discurso uma atmosfera de felicidade e um mito, culto ou relação de ascensão para as mulheres atingirem a felicidade plena.

Violêta Prado traz em Bilhetes Postaes, correspondência íntima, que em suma, algumas muitas vezes era assinada por pseudônimos: “[...] Que valor poderíamos dar ao gozo e a felicidade se os nossos dias corressem ininterruptamente felizes? Tornar-se-ia uma coisa insípida a vida sem a dor e o infortúnio vez por outra, não viessem quebrar a monotonia de uma ventura indefinida” (O EDUCADOR, nº 11, 30 jan. 1922, p. 01). Para Violêta Prado, a felicidade plena é uma invenção, que a vida que pulsa, que vibra tem movimento, tem cor, não é transparente, viver dói e há de doer para saber gozar da vida. Esta mesma Violêta Prado irá reaparecer neste impresso em outras correspondências sendo acusada de “ter mais bigodes do que saias” (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 02). Em seu texto ela corrobora e argumenta discursivamente ao lado de Barroso, dizendo que mesmo que não haja essa felicidade plena, as vidas das mulheres devem ser assim, e que a felicidade é um suspiro após as desventuras. A mesma ou mesmo na correspondência postal acrescenta:

O sublime e magestoso panorama do intellectualismo feminino de nossa terra que vocês estão a debuxar e a colorir na tela da imprensa com essa exuberancia de cores vivas e brilhantes, precisa, para que tenha relevo, para que fique perfeitamente artistico, de alguns tons escuros. Precisa de sombra. Será, pois, a minha tarefa sombrear o quadro para que elle fique perfeito (O EDUCADOR, nº 33, 07 jun. 1922, p. 01).

Os bilhetes postais eram um espaço feminino de diálogo no jornal O Educador, ela está escrevendo para Analice Caldas, responsável e escritora dos “bilhetes postais” e as matérias “de leve”, ambas de curta duração no impresso, mas que traziam alfinetadas ao modelo vigente de sociedade e aos papéis direcionados às mulheres. Majestosa e sublime, as intelectuais parahybanas da época trazem cores à imprensa, mas é alertado que para existir essa cor é necessário tons escuros e sombras. Violêta se põe em lugar de armada pronta para fazer essa tarefa obscura, sombria, dizendo-se que apenas assim o “quadro” (espaço) das mulheres ficaria perfeito.

[...] E’ ainda por amor ao contraste que eu suspendo aqui a phantasia para entrar no mundo da realidade. Não te prometto ser constante em minha collaboração porque nem sempre os meus affazeres de Mãe de família, um pouco menos estupida que aquella que nos pintou o dr. Mangabeira Albernaz nem sempre me permitem essas fôlgas. Imagina que agora mesmo o meu caçula está a berrar porque o gato comeu-lhe os doces e a creada veiu dizer-me que o homem do carvão está pedindo o dinheiro. Até outra vez, Tua VIOLÊTA DO PRADO (O EDUCADOR, nº 33, 07 jun. 1922, p. 01).

O que é suspensão da fantasia? Que universo fantástico seria este de que Violêta Prado se referia? A chegada das ideias de feminismo, sufrágismo, liberdade, outras escolhas de vida que não incluíam a maternidade? Posteriormente vamos dialogar sobre “a não mulher”, em outra pesquisa, mas em linhas vulgares e gerais está atrelada à mulher que não reproduz biologicamente, não possui um homem ao seu lado é inexistente na sociedade, provavelmente ali naquele período estavam aparecendo algumas ditas “não mulheres”. A mulher Violêta era mãe de família, esposa, sábia e senhora do seu castelo de concreto, sua casa. Administradora desses e feliz com esta realidade que se diz necessária para que haja brilho para outras.

Enquanto isso outros impressos surgem dentro do período de O Educador e posteriormente na mesma década, em que os textos vão estar tratando do universo feminino.

Já se via o lançamento de uma revista como uma estratégia comercial. Para o lançamento de O Cruzeiro, revista ilustrada fundada por Carlos Malheiros Dias em 1928, houve grande publicidade preparatória. A nova publicação foi um sucesso, vindo concorrer com a Revista da Semana, do mesmo editor. O Cruzeiro apresentava reportagens, muitas fotos e ilustrações desenhadas; sua formulação continha alguns ingredientes bem brasileiros. Publicava muitos anúncios, a maioria com bonitas ilustrações e textos criativos (ou talvez pitorescos, numa visão de hoje). Mais tarde, O Cruzeiro passou a integrar o grupo Chateaubriand, assim como A Cigarra.

Em 1924, A Cigarra mantinha uma seção sobre moda, “Chronica das elegâncias”, assinada – como não podia deixar de ser – por um nome francês: Annette Guitry. No entanto, a seção “Collaboração das leitoras” era mais curiosa e interessante, espelho da movimentada participação das leitoras em suas páginas, trazendo recados de moças enamoradas a príncipes encantados, fofocas entre colegas da escola, comentários a moças que estiveram em bailes, etc., com expressiva presença de endereços do interior. A seção era uma espécie de *cotillon*, de comunicação adolescente girando em torno de namoros e fotinhas em praças.

Em 1924, sobre feminismo, sob o pseudônimo de “Joanna Ninguém”, e que recebia com a revista de número 223, assinada: “da sempre amiguinha que aplaude a posição explicitada por Joanna:

Diz bem ser feminista, mas feminista sob este ponto de vista altamente nobres. Ser mãe humana. Haverá porventura uma ambição mais digna do que bota Ser mãe humana? Só não é mãe humana aquela que, esquecendo-se do papel primordial que cabe à mulher na formação de seus filhos, não se incomoda com a educação dos mesmos, deixando-os educarem-se ao acaso (A Cigarra, 1924) alongando-se em considerações sobre a importância de ser mãe, de educar bem os filhos (A CIGARRA, n° 223, 05 ago. 1924, p. 02).

Por outro lado, a burguesia, que estava ascendendo no Rio e em São Paulo, começava a sentir necessidade de produtos editoriais mais sofisticados. A Ilustração Brasileira (da empresa O Malho), surgida em 1922, foi uma das revistas mais luxuosas já editadas no Brasil. Em papel de excelente qualidade, sob a direção artística de J. Carlos, que a ilustrava maravilhosamente, a revista apresentava artigos históricos, fotos de decoração de interiores, urbanismo, fotos de senhoras da sociedade, enfim, modelos requintados de viver. Uma edição de 1929 sobre "arquitetura e artes afins em São Paulo", além de fotos de decoração, publicava fotos e plantas de casas modernas (algumas de G. Warchawick), comprovando a explosão das novas tendências em arquitetura.

Em São Paulo, surgia em 1927, dirigida por Guilherme de Almeida, a revista Paulistana, que vinha de encontro à nova burguesia com aspirações cosmopolitas. Abaixo do logotipo, ladeado por duas vinhetas (um homem de cartola e uma mulher com estola de pele, a indicação: artes, modas, sociedade, teatro, cinema, especialidades dentro do gosto mundano). Imagens arquetípos da burguesia e do lugar social desejado às mulheres: à margem, na lateral de um homem.

2.2 Sufragismo e Feminismo na Parahyba

“E’ bem serio o movimento feminino que se opéra, actualmente, no paiz. A mulher comprehendeu que se não deve ficar adstricta ás pieguices domesticas, e, dahi, esse esforço em provas ao homem que lhe pode competir em tudo. Bellissimo movimento!” (O EDUCADOR, nº 8, 19 dez. 1921, p. 01). O texto acima é redigido por um autor homem, Carlos Nancy, na coluna (matéria jornalística) recorrente no jornal (Actualidades). As mulheres que empunharam um movimento de força o feminismo no Brasil²⁰, vão estar chegando aqui no período na Parahyba em perfeita temporalidade, na mesma constância de tempo, reivindicando direitos políticos, direitos laborais, direitos de não casar e a denúncia da dupla jornada insatisfatória dos trabalhos domésticos. Se impondo em lugar de igual aos homens do período.

²⁰ Algumas das mulheres responsáveis pelo movimento feminista, brasileiro no período republicano Albertina Berta (Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1880 - 20 de junho de 1953) foi uma escritora brasileira e feminista. Gilka Machado (Rio de Janeiro, 12 de março de 1893 - 11 de dezembro de 1980) foi uma poeta brasileira. Uma das primeiras mulheres a escrever poesia erótica no Brasil, e uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino em 1910, que defendia o direito das mulheres ao voto. Patrícia Galvão (Pagu) (São João da Boa Vista, São Paulo, 9 de junho de 1910 - 12 de dezembro de 1962, Santos, São Paulo), foi escritora, poeta, jornalista, cartunista, militante política. Considerada a musa do Movimento Modernista iniciado em 1922, participou do movimento antropofágico; foi militante comunista, presa por mais de vinte vezes, sendo a primeira mulher considerada presa política no Brasil. Sua trajetória de vida e seu modo de ser eram uma afronta para a sociedade da época.

Na mesma matéria o autor segue a sua narrativa sobre as mulheres expressando a sua crença, seus conceitos a respeito das mesmas dentro do espaço laboral. Aqui ele vai dizer que as mulheres são naturalmente rivais dentro do ambiente de trabalho, que ambas competem uma com as outras e que isso lhe dá uma tranquilidade no quesito controle: “ellas se fiscalizam reciproca e mutualmente e... não são caixa de segredo de ninguém” (O EDUCADOR, nº 15, 02 mar. 1922, p. 02). Estas são voláteis, incapazes de possuir o discernimento para formar uma frente coletiva de irmandade ou uma consciência coletiva de classe, gênero ou lugar social.

Com os homens já não acontece do mesmo modo; a fiscalização entre elles, é mutua (todos são egoistas) mas não é reciproca;... enquanto um corre, o outro banda aeroplano. Não é que as mulheres não possam também voar, pois já temos aviadores — verdadeiras rivaes dos dois illustres portugueses que resolveram fixar residencia nos pinheiros do rochedo da S. Paulo — mas... as saias impedem-lhes a vertiginosidade das carreiras. (O EDUCADOR, nº 15, 02 mar. 1922, p. 02).

Os homens são cúmplices, ambos têm consciência de seu sexo, uns encombrem os outros, ou competem egoistamente, e, salienta: não é que essas mulheres também não possam voar, já possuímos mulheres que voam verdadeiras rivais em São Paulo, mas as suas saias impendem sua visão de carreira.

O que mulheres têm embaixo das suas saias? O que nelas as faziam inferior aos homens, que afetaria seu cérebro e sua visão? O céu, o poder é lugar de homens, as mulheres deveriam contentar-se com a sua liberdade vigiada, serviço público, docência. Embaixo de nossas saias temos revisitado a nossa borboleta citada anteriormente, a vagina, órgão aberto e que muitas vezes será posto como espaço público de invasão, e acima dele o útero nosso órgão gestor de vida e este não poderia naquele período de modo algum gestar vida fora de uma relação matrimonial. Segundo este as saias nos impedem de voar, de alçar pé de igualdade à virilidade masculina, seria uma anunciação ao machismo, além de patriarcal agora estamos olhando para uma nova forma de violência e sujeição às mulheres.

Discursos construídos por instituições sólidas de poder no Brasil e no mundo a Igreja, a ciência e a família. Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto (PERROT, 2013). A imposição das mulheres e a insatisfação das mesmas era a denúncia de um movimento, uma onda que arrastava as areias da capital.

Sabem os leitores a razão desse passo agigantado do feminismo, no Brasil? — É a esperança, em breve, de ser coroada a rainha brasileira, de formosura. Oxalá que a linda soberana, quando no poder, saiba distribuir, equitativamente os bons empregos

pelo mundo... melindrosos, sem esquecer porem, de nos mandar para nós pobres almofodões, uma pontinha da sua graça (O EDUCADOR, nº 15, 02 mar. 1922, p. 02).

É tão travestido de boas ideias, elogios, homenagens, cortejando, como anacronicamente falamos hoje o esquerdo-macho desconstruído, que nada mais é que um machista vestido de boas intenções. Carlos Nancy vai relegar às entidades de matrizes religiosas africanas o crescimento do feminismo no Brasil, e a esta vai atribuir características semelhantes ao que se atribui ao feminino: beleza, e ainda apela por um bom emprego aos homens.

Em resposta ao jornal, vai ganhando ares de espaço combativo discursivo na imprensa, Luna Freire escreve como resposta em Edição seguinte na matéria “De Meu Recanto”: “outr’ora a mulher parahybana era uma pagina em branco na literatura. O nosso meio intellectual era uma estreira e difficil trajetoria só percorrida pelos homens” (O EDUCADOR, nº 16, 09 mar. 1922, p. 02). Em um passado não muito distante as mulheres eram páginas em branco na literatura, na escrita o lugar da intelectualidade, do campo do pensar, escrever era um lugar difícil e habilitado para homens, este era um espaço em que as mulheres adentravam. Continua a matéria abaixo:

E com intimo pesar eu divulgava através de um confronto, a inutilidade intellectual da mulher parahybana. Muitas e muitas vezes, depois de contemplar os luminosos monumentos architectados pelo espirito do homem e vendo que a mulher se conservava na inacção, criminava a natureza, julgando isto um dos seus caprichos inexplicaveis. Mas, hoje estou convicto que a mulher é, incontestavelmente, uma das maravilhas da criação, não só pela harmonia de suas formas, pela meiguice de seu todo, como tambem pela lucidez de seu espirito (O EDUCADOR, nº 15, 02 mar. 1922, p. 02).

Há de se pensar que por se tratar do uso recorrente do artigo masculino na matéria, esta tenha sido redigida por um homem, que afirma proferir matérias que discursavam que as mulheres eram inúteis intelectualmente, frisando as mulheres do seu estado, as mulheres parahybanas. Inanição cerebral não evoluindo com a teoria da evolução humana, e este coloca em posto que observa as luzes arquitetadas pelos homens e as mulheres permaneciam (inacção) não evoluídas naturalmente. E ainda se debruça para o corpo feminino “uma das maravilhas da criação” não pela harmonia das formas do seu corpo, seu temperamento meigo, doce, mas pelo espírito que é agora acordado.

A Parahyba vem sendo uma já promissora affirmativa desta minha convicção. Tenho acompanhado cheia de ufania, a evolução litteraria que se ha operado no espirito de algumas parahybanas, que, destacando-se do grande rol das indifferentes ao progresso das letras, vêm, a despeito de tudo, incentivar-nos com o seu exemplo efficaz. Para

muito orgulho da Parahyba, acabam de aparecer na , altos conceitos scientificos de Albertina Correia Lima²¹ (O EDUCADOR, nº 15, 02 mar. 1922, p. 02).

Novamente *a* ou *o* autor volta-se ao eu lírico feminino (ufania, empolgação, evolução na literatura), temos cérebro, afinal, mas a contragosto daquelas mulheres indiferentes ao progresso das letras, a despeito de tudo estas vêm dando um exemplo de possibilidade de outra vida, de outros espaços públicos para agir.

As mulheres adentram no espaço público, antes fechado e ainda que dentro do espaço controlado (do lugar de educadora, nas letras), o autor ou a autora coloca como exemplo Albertina Correia Lima, mulher que vai ter uma carreira de professora, escritora e também advogada, destacando-se dentro do cenário nacional. Já é um voo altaneiro da mulher parahybana pelas vastidões infinitas da ciência, embora sua conquista seja colocada como algo alternativo, secundário dentro da ciência. Logo, é a partir do cenário Nacional que ela vai alcançar o respeito enquanto intelectual no estado.

Eudesia Vieira conta em torno de seu uma solida admiração, quer como poetiza, quer como historiographa. Analice Caldas, ou simplesmente Analice (como quer sua modestia) vem illustrando as columnas desta folha, com as suas collaborações em, mas onde deixa transparecer, em tons flamantes, todo o sentir de sua alma ardente. Julia Ribeiro demonstra nitidamente o seu pendor para educadora das creanças, em suas , por um methodo perfeitamente analytico. Lylia Gueses, por sim, (rio-grandense do norte, mas espiritualmente parahybana, pois foi aqui que se desabrocharam as mais bellas flores de sua intelligencia): nos mostra continuamente em pela a magnificencia de suas ideias (O EDUCADOR, nº 15, 02 mar. 1922, p. 02).

Todas estas mulheres estavam dentro dos espaços da imprensa, não apenas no jornal O Educador, mas dentro de outros impressos do período. Eudesia Vieira, historiadora, produtora do primeiro livro didático da Paraíba, também publicou os livros *A minha conversão* (1951) e *Mistério de Fátima* (1952), bem como colaborou nos jornais A Imprensa, A Ordem, A Gazeta do Recife e as revistas Flor de Liz e Era Nova. Como Analice Caldas, estava presente nas páginas da Revista Era Nova, fundada em Bananeiras, interior da Paraíba, em 1921. As características atribuídas como flamejantes e ardentes estavam atreladas aos seus textos e poemas, que pregavam a liberdade das mulheres no campo dos afetos, construídos com base metafórica de animais, com desejos, sentimentos e atitudes humanas.

Luna Freire sente-se honrada e cercada de mulheres de poder dentro da imprensa colocando o desejo de crescimento profissional e literário. “O arbusto humilde que se occulta e desaparece ao lado das grandes arvores, deseja sol! Ao lado dessas minhas illustres amigas e

²¹ Escritora, professora e advogada.

collegas, eu serei como o arbusto pequenino em face das magestosas arvores: Procuo tambem a luz.. Auta de Luna Freire” (O EDUCADOR, nº 17, 16 mar. 1922, p. 02). Julia Ribeiro era responsável pelas pesquisas e atualizações pedagógicas das crianças na primeira infância, conhecida pelo seu texto escrito pelo chamado método “Analýthico”, já Lilian Guedes vai concentrar seus textos no Educador sobre a Educação física na Parahyba.

Guimarães (1998) exaltou Analice Caldas chamando-a de grande intelectual e promissora historiadora, o que nos permite compreender que a aproximação entre o fazer histórico e a instituição era um componente fundamental. Assim sendo, é possível dizer que Analice Caldas e Eudésia Vieira dialogam com esse espaço de sociabilidade, pois ambas esquadriharam em suas carreiras intelectuais formar o conhecimento histórico. Além disso, as duas eram contribuintes dos jornais A União e O Educador, e das revistas Era Nova e Revista do Ensino.

Eudésia Vieira, dentro do Jornal em 1922, coloca em suas escritas os ideais dentro do debate político e aproveita para proclamar tipos femininos, trajada de cuidado para orientar seus/suas leitores/as em relação àquele que deveria ser o ideal da mulher a ser a seguido na política. Descreveu também a sufragista:

Temos também a suffragista: sempre uma revoltada que procura abafar seus padecimentos não querendo ser a companheira do homem, mas rival ou mesmo sua antagonista. Merece compaixão. Foi a infelicidade que impeliu a extravagancia de proceder, para des“tarde abafar um soffrimento latente (O EDUCADOR, nº 27, 26 mai. 1922, p. 19).

A sufragista, portanto, era uma mulher que não teve boa sorte no casamento: a melindrosa mergulhava suas mágoas na vaidade “exacerbada” e a sufragista procurava embate com o homem a quem deveria estabelecer o companheirismo; a sufragista, portanto, era uma mulher triste e frustrada. Eudésia alinha seus pensamentos com a concepção em voga, os pré-conceitos que pairavam a respeito das mulheres sufragistas, reproduzindo no discurso sugestivo, em que esta frente não era para a senhora Eudésia uma escolha de bom tom, mas esta em outros momentos irá colocar seu desejo de participar da cidadania, como voto e como mulher política. Alguns/algumas articulistas da época vincularam as sufragistas ao estereótipo de mulher masculinizada, feia e mal-amada (SOIHET, 2000; 2012; DUARTE, 2003; BUITONI, 2009; LOURO, 2011; MACHADO; NUNES; MENDES, 2013).

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado a estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude

inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufrágismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo (LOURO, 2014, p. 19).

Contemporânea a Eudésia Vieira, Analice Caldas corajosamente se autoafirmava como uma das melhores articulistas no estado, também justificando o movimento feminista pela injustiça dos homens contra as mulheres, dentro das relações de poder. Todavia, para ela era necessário ir mais além que suas conterrâneas: “era preciso tornar-se feminista!”, Caldas relata em sua matéria jornalística diária no jornal, O Educador, intitulada “De Leve”; ela abordou o tema de maneira mais ousada e afirmativa (SILVA, 2010). Porém, Analice Caldas (O EDUCADOR, nº 28, 01 jun. 1922, p. 01) fez a ressalva de explicar aos seus leitores e leitoras que defender o feminismo não significava defender qualquer ideia que se apresentava com igual bandeira: está, afinal, o nosso Brasil feminino, consciente de que a vida é apenas um limite de vaidade fútil e preconceitos insensatos.

Todo o paiz, até a nossa miniauresca Parahyba já se remexeu num movimento promissor de reivindicação. O feminismo é uma necessidade social, não esse movimento ridículo de mulheres desiludidas que de estandarte e lunetas prega em comícios, pela imprensa, fantasia irrisória de seus cérebros superexcitados... Mas essa corrente de reconstrução moral que é a noção exacta, a compreensão pela prática, da responsabilidade do futuro (O EDUCADOR, nº 28, 01 jun. 1922, p. 01).

Analice Caldas acreditava que o feminismo seria um movimento de força e que este devia vestir como um colete (armadura) a postura (imagem) da mulher moderna, que se estava desejava de romper com as relações de poder no mundo público entre os sexos, e os espaços ocupados na literatura, bem como com as questões nacionais políticas, o mundo do trabalho. No dia 16 de junho de 1922, Analice Caldas publicou uma matéria que pontuava sobre os ditames da moda:

Pergunto eu, porque a senhora d. Moda não é também feminista? Permaneço obstinada nesse despotismo singularmente perverso! Seu objectivo devia ser mais nobre, uma arte de corrigir e aperfeiçoar são ao contrario de deformar e ridicularizar. Insurjam-se nobres descontentes, implementam a sublevação e até o anarchismo se for preciso. Senhora rainha da futilidade, da vossa mão dependerá até o futuro de uma raça! (O EDUCADOR, nº 30, 16 jun. 1922, p. 02).

Analice continua com suas considerações em outras matérias do impresso O Educador, como a esporádica matéria “Férias”, em que escreve sobre as férias de junho e sobre a sociedade burguesa civilizada e cristã. Denuncia em suas corajosas palavras a construção de uma sociedade falsa, infeliz e hipócrita. E ainda se põe a criticar as festas de apóstolos e de como a moderna sociedade reproduz as características de Salomé as ligando à “maldade insinuada de

Salomé decapitou” (O EDUCADOR, nº 28, 01 jun. 1922, p. 02), especialmente a figura da traiçoeira, daquela que não pode ser confiada, que reproduz estas para o plural, para as mulheres. “E continuando para nossa moda grandes bagagens abarrotadas de civilização, torturados chiquismos despõem seus preconceitos e convencionalismo fatuos de gente elegante que veste, anda, fala, ri, e gosa conforme a moda!” (O EDUCADOR, nº 34, 13 jun. 1922, p. 02). A moda ali naquela sociedade ultrapassava o cobrir do tecido ao corpo, ela estaria serviço do que é aceitável e do que não estaria, da moral, dos bons costumes, e dos ideais de civilização, progresso, essa gente elegante e preconceituosa vestida à moda referindo como uma determinada classe, segmento social que estava a serviço do prazer e do poder acima de outras personas.

Eudésia Vieira, ao mesmo tempo, também censurava o caráter das mulheres fúteis, cognominadas por ambas de melindrosas. Para estas mulheres, pouco importava as transformações da “condição feminina” e da nação, pois eram egoístas e preocupadas com a beleza exacerbada, não se dedicavam ao verdadeiro propósito de sua condição:

Esta criatura merecedora do ridículo da gente seria assemelhada às bonecas que servem para distrair creanças. É uma escrava da moda, do luxo. Sacrifica a saúde, a graça natural, a honra da família e sua própria com insensatez 127 reprovável”, só visando efeito: quer, custe o que custar, ser o ponto de convergência na sociedade em que priva. Lamento sinceramente a melindrosa e quando a vejo passar todo mignon, com os pés a arder, num calçado mais próprio da chinesa pela reduzida dimensão e penso o que poderia ter originado toda aquela graça contraída (O EDUCADOR, nº 29, 08 jul. 1922, p. 02).

A analogia da melindrosa às chinesas na verdade era a representatividade das gueixas (que eram japonesas) que são no mundo as primeiras mulheres a utilizarem os calçados de salto, tendo estas uma vida de cuidados e técnicas para o cuidado de si com o corpo, cabelos e belas artes, como música e teatro. É possível que essa seja uma leitura da escritora do mundo entre guerras e da imigração japonesa em 1908, e ao chamá-las de chinesas é algo que ocorre a respeito da generalização das pessoas orientais que chegaram ao Brasil a trabalho; podemos ter ciência que esta é uma leitura de visão imperialista a respeito das mulheres orientais. Logo, o juízo de Eudesia Vieira estava formado, ou você era mãe de família, inteligente, política e cristã, ou melindrosa e fútil e incapacitada de pensar. Com estas afirmações, as duas autoras chamavam atenção para um propósito mais elevado da condição feminina, que seria a preocupação com sua emancipação profissional e as questões políticas da nação.

Ambas, ao criticarem o estereótipo da melindrosa, afirmavam um ideal feminino desejado em que as mulheres deveriam se empenhar com as questões sociais do seu tempo.

Eudésia Vieira (O EDUCADOR, nº 29, 08 jun. 1922, p. 02), defensora da sagrada união conjugal, ainda complementava dizendo que a melindrosa foi herdeira do esfacelamento da relação harmoniosa entre homens e mulheres, criada por Deus. A melindrosa e a feminista são tipos derivados da negação do desejo divino. Contudo, a feminista se justificava por buscar o seu lugar original ao lado do homem, enquanto a melindrosa (GALVÍNCIO, 2019) “[...] deveria ter sido uma noiva ou uma esposa esquecida, a quem o despeito suscitou toda essa sorte de extravagância para attrair e desviado do dever” (O EDUCADOR, nº 29, 08 jun. 1922, p. 02).

Conforme Silva (2010, p. 106), Analice Caldas acreditava num “[...] “verdadeiro” movimento feminista, de um sentido mais ponderado e racional, este que, “de leve”, abre caminhos para as mulheres desafiam limites e alcancarem lugares até então interditados” (SILVA, 2010, p. 106). A visão de mundo que Analice Caldas acreditava se aproximava daquelas visões anunciadas também por Catharina Moura. Moura (1913), ao se mostrar entusiasmada pelo movimento, tratou de explicar que sua admiração não era por qualquer feminismo:

Felizmente, para a mulher futura, a enfesada e achaica theoria da inferioridade feminina tem encontrado em campo opposto, em terreno adversário fortíssimo campeões, grandes adeptos do valor da mulher e da sua elevação social, verdadeiros entusiastas do feminismo, se não do feminismo irreflectido e tolo que abraça o amor livre e outras idéas de igual monta, mas do feminismo elevado e nobre, que procura erguer a esphera social da mulher, levantando-a, dignificando-a, arrancando-a, custe o que custar, ao humilde protectorado do sexo forte (MOURA, 1913, p. 01).

Moura, individualmente, forjou oposição ao feminismo que defendia o amor livre, disseminado pelas mulheres socialistas e anarquistas, que viam nessa a única forma de não tornar a união conjugal a escravidão da mulher, na qual o marido se tornava o patrão.

Sobre o divórcio, Eudésia em seu texto pela família, acrescenta: “E’ lamentavel que povos civilizados tenham incluído nas suas legislações o divorcio nefasto e coercivo, que restringe a sociedade, diminuindo-lhe os individuos e o prestígio social e religioso” (O EDUCADOR, nº 29, 08 jun. 1922, p. 01). Esta mesma vai tecer um discurso religioso sobre a família e como os amores nefastos, as “paixões humanas” fazem a sociedade sucumbir, chamando a lei de arbitrária; esse para ela seria um mal praticado que iria refletir nos filhos desta união.

Margareth Rago (1985) fala sobre o amor livre e que este era muito discutido nas rodas intelectuais dos operários, na virada do século XIX para o século XX, e, de certa forma, funcionava como o movimento contracultural das relações amorosas estabelecidas pela

sociedade burguesa²². O referido tema recebeu nos escritos e nas conferências realizadas pela professora mineira Maria Lacerda de Moura, grande propagação nas primeiras décadas do século XX: “deixem o amor livre, absolutamente livre. Homens e mulheres encontrarão, nas leis biológicas e nas necessidades afetivas e espirituais, o seu caminho, a sua verdade e a sua vida... A solução só pode ser individual. Cada qual ama como pode [...]” (MOURA, 1932 apud RAGO, 1985, p. 128).

Neste mesmo período, acontecia as experiências do movimento operário das anarquistas que começavam a tomar fôlego, especialmente nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, conectando diferentes mulheres: Isa Ruti, Martilde Magrassi, Maria de Oliveira, Josefina Stefani, Tibi e Maria Lacerda de Moura. Essas mulheres, especialmente, escreveram em jornais operários do período, como: *A Terra Livre*, *A Plebe*, *A Revolução Social*, *O Internacional* e *O Amigo do Povo* (RAGO, 1985; MENDES, 2008).

Os sujeitos são homens e mulheres, na sua relação de alteridade no âmbito das relações sociais onde se constroem os gêneros. Portanto, embora priorize as análises sobre as mulheres, os homens também fazem parte dessa relação, de forma muito mais explícita, dentro do patriarcado, do machismo dos lugares ocupados. Busca-se intencionalmente, contextualizar o que se afirma ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da “Mulher” ou do “Homem” (LOURO, 2014). Estas são as relações que perpassam gênero, raça e classe e que nos convidam a discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos que parece remeter à análise para indivíduos e para as relações interpessoais (LOURO, 2014).

Há de se atentar que o espaço público é um lugar vigiado, e colocar-se dentro desse pacto de poder, de escrita, era ser exposta para toda a sociedade, a essa escrita vigiada; cada uma dessas mulheres sabia a dor e delícia de ser mulher naquela sociedade. O cuidado das escritoras de penetrar em territórios delimitados ao homem obrigava-as a escrever textos capazes de mostrar sua ausência de intenção de ameaçar. Para isso, essas escritoras constituíram estratégias que podiam ser lidas como posições de humildade, não obstante, hoje em dia, possam ser decodificadas poderosamente o inverso, ou melhor, podem ser tomadas como plataformas de estratégias a fim de penetrar sutilmente no espaço público e aí permanecer (ALVES, 1999).

²² No capítulo da venda das esposas, Edward Palmer Thompson (1998), em *Costumes em comum*, vai tecer como o proletariado se utilizou da troca de companheiras como estratégia de burlar o sistema matrimonial. No qual os e as trabalhadores já possuíam o interesse em outras e outros parceiros.

Leolinda Daltro, em 1910, constituiu o Partido Republicano Feminino, fazendo duas iniciativas de destaque, dentre elas: organizou na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1917, uma passeata em favor do voto feminino e, em 1919, seguida de um número expressivo de mulheres, foi ao Congresso Nacional observar a votação de um projeto de lei que teria em vista arquivar a elas o direito eleitoral (BUIIONI, 2009; SCHUMAHER; CEVA, 2015). Na década de 1920, Bertha Lutrz protagonizou a fundação de diversas associações femininas com o objetivo de agremiar mulheres para lutar pelo direito ao voto, entre outras demandas democráticas (SOIHET, 2000; 2012). Em 1928, mesmo sendo um caso isolado, Celina Guimarães Vianna obteve o título de eleitor na cidade de Mossoró-RN, concedido pelo governador Juvenal Lamartine (PRADO; FRANCO, 2012; SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Enquanto isso o embate político no Jornal O Educador acontecia nas correspondências íntimas entre Violêta e Eudésia Viera a respeito da participação feminina na política.

Violêta, nome de flor, era adjetivo corriqueiro atribuído para referir-se a pseudônimos para as mulheres, pois ressaltava a feminilidade (BUIIONI, 2009; DUARTE, 2016). A referida autora divulgava em suas cartas na Revista Era Nova conselhos para as mulheres serem boas filhas e esposas (DUARTE, 2001). A matéria endereçada para Eudésia Vieira no jornal O Educador reiterava as mesmas percepções das cartas publicadas na revista.

Violêta Prado defendia que o espaço da mulher deveria ser aquele do âmbito privado: o cuidado com o marido e os filhos. Portanto, abre seu texto com a seguinte afirmação: “não admira, pois, que eu resigne de muito bom grado a essas prerrogativas e direitos tão disputados por algumas de nosso sexo. Entre esses direitos o que mais se acha em voga na disputa é o direito político. Uma mulher política! Não concordo” (O EDUCADOR, nº 32, 30 jun. 1922, p. 01). Mas esta mesma figura, pseudônima, flertará com outros discursos e algumas vezes foi criticada e masculinizada pela imprensa da época, o próprio diretor do O Educador, Eduardo, a responde e acusa de usar vestes de homens. Em resposta, Eudésia Vieira fez a seguinte observação:

Acho interessante o teu absoluto desprendimento unicamente porque tens a felicidade de seres amada pelo marido e pelos filhos! [...] Mas, porque a felicidade me sorri desta face, não penso e nem sequer por um sonho pensarei em abdicar de outras prerrogativas e direitos. Ao contrário, esse affecto trifurcado mais me encoraja para novos empreendimentos, mais me impulsionam para estrada florida de um futuro esperançoso (O EDUCADOR, nº 32, 30 jun. 1922, p. 01).

Eudésia Vieira mostrava para todas as pessoas que era a favor do direito político das mulheres. O fato de não ter se comprometido com o rótulo de sufragista obedecia ao

antagonismo (anti-heroína, anti-mulher, não-mulher) do ideal que protegia para as mulheres, contraria as características mesmo que estereotipadas acerca das sufragistas, que tomará para si como verdade, logo qualquer semelhança com as mesmas era para si algo marginal. Nesse sentido, tanto Violêta como Vieira, ao falarem da atribuição ou não da participação política das mulheres, recusaram o referido jargão. A primeira, disse: “não sou sufragista, não uso óculos, nem vestes masculinizadas” (O EDUCADOR, nº 35, 28 jul. 1922, p. 01). A segunda responde: “não sou, como tu, sufragista” (O EDUCADOR, nº 35, 28 jul. 1922, p. 01).

Todavia, afirma que a rejeição ao termo de sufragista obedecia ao entendimento que tinha sobre o período político que o Brasil vivia naquele momento e com a chegada da República, e não ao fato de ser contra a possibilidade das mulheres participarem da vida política. Pelo contrário, Eudésia desejará a participação das mulheres na política, bem como flertará com o desejo de se fazer presente e visível dentro da vida política:

Acho mesmo que com um espaço tão pequeno como o que há decorrido da República, até os nossos dias, num paiz onde o analfabetismo predomina, onde as fileiras políticas não estão ainda bem disciplinadas, o voto é uma temeridade mesmo para os homens. No entanto, como a evolução é uma lei natural, penso que nenhum cavalheiro deve se furtar á sua obrigação. Ainda 141 mais, ás vezes, chego a crer que talvez num futuro quem sabe!? Não mui remoto, a mulher brasileira possa tomar assento ao lado do sexo forte nas bancadas eleitorais (O EDUCADOR, nº 35, 28 jul. 1922, p. 01).

Portanto, assumir a marca de sufragista considerada por parte significativa da opinião pública como mulher masculinizada, solteirona, rebelde e mal-amada, poderia causar estranhamento aos leitores/leitoras em relação à proposta que defendia. Para Eudésia Vieira e suas companheiras escritoras, a “nova mulher” deveria ser companheira do seu esposo, zelar por sua família, se emancipar na vida intelectual e exercer uma profissão que colaborasse para a formação das gerações futuras. Ainda sobre as mulheres, Eudésia Vieira acrescenta: “mulheres muito más e homens muito bons. Se é verdade que as mulheres são, em geral, melhores que os homens não é uma mentira o que te vou dizer ao ouvido: uma mulher quando se torna má, é mais perniciososa e a sua maldade faz mais victimas do que dez homens igualmente pervertidos” (O EDUCADOR, nº 35, 28 jul. 1922, p. 01). Logo, Eudésia poderia ser a representação das mulheres intelectuais contemporâneas, ela estuda incessantemente, ela escreve, ela publica livros e ao mesmo tempo ela é mãe e cumpre com essa demanda de trabalho triplicada, mas ainda assim ela é uma mulher de 1922, um tempo em que a existência feminina dependia de uma figura masculina.

2.3 Putas e Pretos

O texto aqui irá se referir à matéria redigida como uma correspondência da cidade que é hoje a atual cidade metropolitana da capital paraibana, Cabedelo. Lembrando que no capítulo anterior a este vimos que a variedade de matérias e temas era grande afim de atribuir um público maior de leitores, e, a respeito das mulheres, estas, mesmo que não fosse a intenção dos escritores, estão ao pé da palavra em muitos textos, sejam eles as correspondências, as poesias, a instrução, a ciência ou até mesmo no projeto arquitetônico do estado, a matéria que seguimos falará de dois sujeitos: as mulheres prostitutas e os homens negros, versando sobre a relação de alteridade com as pessoas ditas de bem. Esta matéria é: “A Fortaleza de Cabedello transformada em prostíbulo”.

“Dentre as nossas reliquias nenhuma desta a merece mais o nosso carinho e a nossa atenção que a Forteleza de Cabedello” (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01). Em 1922 esse espaço já era historicamente visto como um patrimônio e hoje quando falamos em deprestar um patrimônio imaginamos sua destruição física por fatores diversos naturais ou pela ação humana, mas o que era temido ali era de cunho comportamental, eram hábitos, trabalhos, e ocupação por populações sujeitadas, colocadas dentro do espaço pós-abolicionistas para a margem, nos arredores da capital Parahyba do Norte.

Ainda ha poucos dias, por consenso unanime do VII Congresso de Geographia, foram feitos patrioticos appelos ao governo da Republica para que fossem conservadas as suas ruinas. Situada como se acha a dois passos do nosso principal ancoradouro, é a Fortalex constantemente visitada por passageiros de todos os portos do paiz e mesmo do estrangeiro que alli são attrahidos uns pela honrosa tradição de seu papel na guerra hollandeza e outros para admirar as obras d’arte (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01).

Um espaço público, portuário, visitado por pessoas que utilizavam dali como atração turística que estava ameaçado por atividades que causavam demérito à sociedade civilizada: “causa-nos vergonha é dizer que a impressão de quem quer que hoje a visite é demasiadamente humilhante para os nossos fotos de gente civilizada” (O Educador, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01). E acrescenta: “as ruinas do nosso velho reducto estão transformadas em prostíbulo!!!” (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01). Na mesma matéria, as atividades laborais seriam a maior preocupação? Como traz Louro (2014):

Foucault foi capaz de traçar uma história da sexualidade (1988), isso aconteceu pelo fato de compreendê-la como uma “invenção social”, ou seja, por entender que ela se

constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” (LOURO, 2014, p. 30).

A prostituição²³, profissão antiga no mundo, e que na Parahyba nunca foi um desserviço aos homens de bem na sociedade desde que este trabalho existisse submerso, encoberto dos olhares do público, não era aceitável para uma sociedade moderna que esta existisse em local público e fosse vista ainda mais pelos visitantes de todo o país.

No período colonial as mulheres negras eram abusadas sexualmente pelos senhores, na chegada dos europeus as mulheres indígenas eram abusadas sexualmente, porém não havia denúncias, reclamações na imprensa sobre estas ações. A estas mulheres eram oferecidos o silêncio e a naturalização dessas práticas, e o seu corpo era objetificado à propriedade do patrão, do colonizador. Margareth Rago (1985) acrescenta, em seus estudos sobre o processo de formação industrial brasileiro, que no início do século XX as mulheres ganhavam muito menos que os homens e que muitas investiam na prostituição como maneira de manter-se e manter aos seus filhos.

“Pelos seus corredores e compartimentos habitam rameiras da mais baixa esfera, negros imundos cujo unico mobiliario consiste em uma lamparina de kerozene, uma esteira de perperly e uma panella de barro” (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01). Este lugar foi produto de ocupação de moradia por duas categorias: a estas mulheres e aqueles que coabitavam junto aos homens negros pobres, os desabrigados de moradia, de trabalho, de direitos sociais, equiparado as mesmas que sofriam de má remuneração, desemprego e podendo a esta acrescentar-se à categoria de mulheres, quem sabe pretas e pobres. Na sociedade moderna os únicos direitos destes era de existir marginalmente, às sombras, escondidos dos olhares publicizados. Infelizmente não encontrei um itinerário das prostitutas da capital do estado no período, apenas o trabalho *Poder e Sexo* (2016), de Ana Cláudia Araújo Diniz, que fez uma pesquisa sobre as ruas de Campina Grande neste período e a prostituição.

²³ Os primeiros relatos da prostituição no Brasil foram com a chegada de Dom Pedro VI, ocasionando uma expansão do ofício com os bailes populares, prática esta que veio da Europa onde se teve uma fácil, rápida e duradoura aceitação, que se deu pelo fato de que muitas índias trocaram objetos como: espelho, pente, acessórios de cabelo, broches entre outros, com os colonizadores em troca do sexo. A história da prostituição incita-nos a pensar que no período colonial algumas índias da população nativa do Brasil praticaram sexo em troca de pequenos presentes trazidos pelos colonizadores. Vê-se a eficaz expansão e consolidação cultural de suas práticas a partir do período da industrialização brasileira (BALDNER, 2011 apud RAGO, 1996). Sobre as relações de manutenção das mulheres, Mirla Cisne (2012) coloca que a primeira divisão do trabalho foi entre o homem e a mulher na procriação; o primeiro antagonismo de classe foi compatível com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino.

“Uma porção de vagabundos do mesmo jaez que com ellas vivem lá dentro, sentados sob os pés das gamelleiras, em indecorosos colloquios com essas ratuinas ou permularem desaforos e obscenidades” (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01). A estas personas as atribuições eram de vagabundas e ratas, e suas práticas sexuais eram obscenas, por estarem à vista e não ocultas, como posteriormente vão ocupar-se nos prostíbulos e nas esquinas. Continua a matéria: “chamamos a atenção de quem competente for para que desapareça o mais breve possivel tamanha irregularidade” (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01). Desaparecer! Sumir! É um apelo genocida e violento às mulheres prostitutas da região e aos homens negros. Logo, estamos em um projeto de “civilização”, moderno, racista e dentro desse impresso é o primeiro ato que encontrei enquanto historiadora, de violência contra as mulheres declarado e tornado crime após um século de misoginia²⁴.

²⁴ A Lei 14.188/21 inclui um § 13, no artigo 129, CP, criando uma nova qualificadora quando “a lesão for praticada contra mulher, por razões da condição do sexo feminino”, com pena cominada de “reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos”. Conforme deixa clara o artigo 1º. Lei 14.188/21 essa qualificadora se aplica apenas aos casos de lesões corporais leves, o que é correto, já que para lesões graves, gravíssimas ou seguidas de morte já existem apenações mais rigorosas. Na verdade, essa nova legislação é uma complementação necessária da Lei 13.104/15 que criou a figura qualificadora do Femicídio no crime de Homicídio (artigo 121, § 2º, VI c/c § 2º. – A, I e II, CP). Tanto é fato que na própria redação do atual § 13 do artigo 129, CP o intérprete é remetido ao § 2º. – A do artigo 121, CP para obter o conceito da elementar normativa do tipo “razões da condição do sexo feminino”. Disponível em: <https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/1472052108/lesao-corporal-por-misoginia-ou-violencia-domestica-contra-a-mulher>.

Capítulo III

Professoras educadas e educandas

Quais eram as regras para a profissão docente? E por que até hoje mandam as pedagogas retirar o esmalte vermelho, cortar as unhas, usar cabelo preso (nas salas de coordenação e direção da rede privada paraibana), na rede pública olham feio, e lhe chamam em uma sala para lhe pedir que use blusas de mangas, para não mostrar nenhum vestígio de sutiã. Isso acontece na Paraíba. Será esta uma fala que soa como uma escrita de si da professora que vos escreve ou outras professoras, e sobretudo pedagogas, passam por estas situações nas relações de trabalho até hoje? A partir do meu lugar social e destas inquietações inicio este capítulo que irá tratar do que seria a atribuição de uma professora na Parahyba de 1920, quais seus planos de carreira, qual traço estético assumir e que roupas trajar.

Eudésia Vieira, professora, escritora de “O Educador”, compreendia que as qualidades desejáveis para as mulheres modernas versariam no comprometimento com a família, no exercício da docência e da medicina, bem como no engrandecimento da pátria. Num outro trecho de sua carta, recomendava que tanto as mães quanto as professoras/professores deveriam ser agentes políticos na educação das crianças:

Acho que nos tempos hordienos deve ser este um dos ramos da acção feminina implementar nos seus filhos ou nos alunos, a par do temor de Deus e do devotamento que a pátria exige, o amor acendrado ao actualregimem de governo afastando-os no emtanto, o quanto for possível, da baixa politicagem de aldeia, que se alimenta do mexirico asqueroso e da ambição fraudulenta que constituem o caractermal-são de muitos typos que conhecemos (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 02).

À professora eram atribuídas as características da mãe desejável, e a mãe desejável seria aquela que seguiria os preceitos cristãos a imagem e semelhança de uma maternidade cumprem o ideal ao elo da figura docente. Uma atitude que deveria ser feminina, a estas estava incumbida a educação infantil no que se refere à infância. E o ensino deveria ser cristão.

Uma boa mãe seria aquela que frequentasse a igreja, abdicasse da vaidade, vivesse para cuidar da família, logo uma boa professora deveria ser podada, humilde, ter uma postura discreta, devoção quase sacerdotal ao trabalho, unhas curtas, cabelo preso, rosto empoado; são traços que este impresso traz sobre o tipo físico das professoras. “Bateremos palmas às boas idéias, aos princípios sãos e regeneradores e estigmatizaremos o mal” (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 02). A educação estaria à função de combater um mal social, um mal maior,

vemos muitos termos de semelhantes sentimentos e sensibilidades humanas neste impresso. No capítulo anterior falamos do desejo, liberdade, sombra, luz e uma vida colorida, aqui iniciamos a análise entre o pensamento sensível e regulado entre bem e mal; as boas ideias seriam capazes de refazer aquela moderna sociedade, mas estas estariam a serviço do caráter ou da função modeladora de comportamento, atitudes e valores –, deveríamos transformar e disseminar as raízes do mal.

“Estes na mesma matéria do impresso seguem os factores de nossa desorganização moral, politica e social, o desvirtuamento de nossas instituições [...] e tudo enfim que esteja concorrendo ou possa concorrer para a fraqueza e descredito da Patria” (O Educador, nº 20, 07 abr. 1922, p. 02). O mal que ameaçava a sociedade moderna e que deveria ser combatido perpassaria desorganização moral, que estaria a serviço da continuidade e das permanências de costumes, como diria Roquette e Schwarcz (1997), era de bom tom, casar, cuidar da família, obedecer às instituições de poder Estado e Igreja. Para atingir tais méritos, deveríamos educar a quem estaria no futuro ou quem já estava dentro de uma poderosa instituição de poder: a escola. Para tal, começamos com as “moças professoras”.

Segue n’O Educador: “[...] as filhas, estas, hão de ser professoras, com as unhas brunidas, o rosto empoadado, o cabelo á moda, colocando o sujeito no plural e o verbo no singular; estão desta forma, aptas para reger uma escola” (O Educador, 1922). Este texto é de autoria de Francisco Barroso, autor de uma matéria jornalística recorrente no jornal chamada “A Mulher”, a qual oferecia orientações semanais no jornal.

Sujeito e verbo são metáforas que definem o caráter normatizador e de disciplina da estrutura escolar; o sujeito seria a massa que não deveria rebelar-se nem causar insatisfações antimodernas, progressistas. Em uma ótica de uma ascensão social, Barroso vai seguir a matéria dizendo que alguns só servem, “só tinha geito para bater sola ou limar uma ferradera” (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 02). Esses eram os escolhidos para ter um futuro acadêmico de boas famílias, mas fica claro que este espaço era para uma minoria, logo as pedagogias estavam a serviço de brunir desejos, sonhos e disciplinar comportamentos.

A docência era a profissão desejável para as filhas, e para possuir aptidão para reger uma escola, a matéria reafirma, era preciso não as condições intelectuais como para com os homens, “o canudo”, mas sim características físicas: unhas, cabelo, rosto, os marcadores de postura, seriam responsáveis para o exercício do trabalho. Barroso segue justificando seu trabalho: “não as enfeitamos com as flores azues e roseas da fantasia” (O EDUCADOR, nº 12, 06 fev. 1922, p. 02). Neste momento, ele critica a vaidade, a estética, a moda fala da “mulher” melindrosa que já conhecemos no capítulo anterior; esta deveria ser combatida, educada.

Continua Barroso: “escrevemol-as com linguagem chã, desprovida de arabescos; porque, daquellas, restam-nos apenas as cinzas;no nosso acanhado cerebro presentemente só vicejam goivos e rôxas perpetuas” (O EDUCADOR, nº 12, 06 fev. 1922, p. 02). A linguagem deveria mudar de nível para que assim as mulheres pudessem compreender e a justificativa seria que cientificamente o cérebro feminino possuía apenas um fragmento de capacidade em comparação ao cérebro masculino, logo, ainda reforça que tais condições são responsáveis por uma visão limitada, fragmentada, unilateral.

Essa é uma argumentação neurosexista²⁵, que construiu um mito que os cérebros dos homens são superiores ao das mulheres. Sobre tais discursos a medicina do século passado tem sua contribuição ao expor estudos de medição craniana masculina e feminina e dizer que o cérebro feminino, por ser menor que o masculino, era menos capaz de desenvolver atividades cognitivas.

Mas o que essa escrita denuncia é também outra problemática: além de haver a preocupação de organizar a postura dessas mulheres professoras, educá-las para educar, falar a elas com uma linguagem de fácil compreensão, estava se construindo uma categoria e espaço de trabalho feminilizada. Para as mulheres e para ser professora de crianças não precisaria de muito conhecimento intelectual, afinal, elas eram mulheres, seu corpo materno era predestinado ao exercício de cuidar de crianças.

Mas nessa sociedade estas mulheres no espaço deste jornal constroem uma rede de poder, colocando na imprensa, n’O Educador, seus pensamentos, suas leituras de mundo mesmo que vigiadas, quando o autor segue reafirmando a relação de poder: “vê sem bom exito o que se põe em pratica, para se instruir a mulher” (O EDUCADOR, nº 12, 06 fev. 1922, p. 01). Supomos que essas mulheres estavam causando um burburinho, um movimento que as mesmas faziam que ia para um caminho oposto ao que a tradição familiar e agora laboral as impunha. Barroso continua a justificar este argumento: “aqui, existe um grande defeito, torcem-se as vocações, de ambos os sexos” (O EDUCADOR, nº 12, 06 fev. 1922, p. 02). As masculinidades e feminilidades estavam fragilizadas, o que nos leva a compreender que as mulheres já não estavam a reproduzir os papéis de seguir o ciclo de casar, ter filhos, obedecer ao pai, ao irmão, ao marido e acima de tudo a Igreja, ao Estado. Estas mulheres estariam a serviço de outras

²⁵ Em 1861, Paul Broca relatou que os cérebros *post-mortem* de mulheres eram menores que os dos homens. O anatomista francês concluiu que a diferença de volume reforçava a crença popular que atribuía uma maior inteligência aos homens quando comparados às mulheres. Embora Broca soubesse que o tamanho dos cérebros variava entre os indivíduos de acordo com idade e massa corporal, ele não hesitou em inferir que a diferença média de 181 g demonstrava que os cérebros de homens e mulheres eram significativamente diferentes e refletiam distintos níveis de inteligência (VIDAL, 2005 apud RODRÍGUEZ-SIERRA, 2016, p. 57).

realidades, outras possibilidades, múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, “o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ universo das mulheres, já vinha sendo gradativamente rompido por algumas mulheres” (LOPES, 2014, p. 21).

Convençam se esses senhores paes, que precisam preparar suas filhas para o lar, para boas mães, que saibam compreender os deveres de esposa, que saibam transmittir á sua prole os preceitos da moral e os deveres que devem ter com a sociedade e com a Patria,tendo por base o amor ao trabalho.Desprezem o rotineiro e pessimo systema de deixar suas filhas a devanear e a saltitar á vontade, sem dedicar-se ao trabalho; apenas tecendo a tarrafa dos olhares para pescar um noivo. Que sejam bem criadas e depois cuidadosamente educadas (O EDUCADOR, nº 13, 20 fev. 1922, p. 02).

O pai, representação do patriarcado da família, estava a serviço do controle das filhas para a sociedade, assim estas saíam previamente educadas para servir a sociedade, por um amor humilde e obediente, em contra resposta estaria outro amor: o amor das moças que saltavam, que voavam em olhares “paqueras”, que segundo Barroso tinham uma vida resumida a procurar noivos. Eram representadas como uma figura de ameaça, elas eram temidas socialmente e a educação seria responsável pelo modelamento desse comportamento. “Esta quando é sadia e esmerada, a mulher é, della, o principal elemento a ter-se-á assim uma sociedade moralizada” (O EDUCADOR, nº 21, 20 abr. 1922, p. 02).

Na matéria de “A Mulher”, de O Educador, de 20 de abril de 1922, neste mesmo periódico Francisco Barroso busca outras pessoas que estivessem escrevendo sobre as mulheres que corroborassem com as mesmas ideias que ele e encontra Eudes Barros, que tece elogios ao mesmo em outro jornal do período: “a gentiliza de uns encomiasticos adjectivos, que a sua extrema generosidade me dispensou, em um artigo, publicado n’ <A Tarde>, de 30 do transacto mez, sob o sugestivo titulo: VESPERAS ... — IDEIAS RETROGADAS — A MULHER E A CIVILIZAÇÃO” (O EDUCADOR, nº 21, 20 abr. 1922, p. 02).

Ambos tecem argumentos sobre a instrução das mulheres da época e em um dado momento comentam sobre a chegada da escola Normal na Parahyba, que estava ali iniciando um curso para moças. “Não condemno a <Escola Normal>”; enganou-se, sr. Eudes; a minha senectude não enxergou ainda mal algum, nessa necessaria instituição” (O Educador, nº 21, 20 abr. 1922, p. 02), diz Francisco Barroso e em contra argumento Eudeus Barros cita uma fala do mesmo, provando sua aversão à instrução intelectual das mulheres, visto a seguir. “Reprovou-me o sr. Eudes, por haver dito, que: <uma mocinha não sabe costurar umas calçolas (!) e ignora o plural de pé>” (O EDUCADOR, nº 21, 20 abr. 1922, p. 01).

A feminista respira em pausa lenta e recomeça a escrita. Para as mulheres poderem entrar na escola Normal a prerrogativa seria ser uma boa costureira, cozinheira, faxineira,

humilde, obediente aos pais, às instituições, vestir-se com joelhos cobertos, cabelos presos, rosto empoadado, todas características que deveriam estar presentes nas mulheres. Provavelmente não apenas Francisco Barroso pensava desta maneira, mas também outras mulheres e homens da época.

Lembrando que “o discurso veicula e produz o poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras” (FOUCAULT, 1996, p. 96).

Após a afirmação, Francisco Barroso segue seu discurso na matéria: “E’ preciso que se compreenda: não censuramos nem criminosamos a mulher, não! Dedicamos-lhe muita veneração e ambicionamos-lhe saliente posição, em todo e qualquer paiz” (O Educador, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02). Segue afirmando que não é uma atitude de censura, e muito menos de discriminação, é uma ação de cuidado, proteção, defesa, zelo com aquelas mulheres, “criaturas” que são veneradas. Voltamos ao discurso que seu lugar é o das musas e não de criadoras, protagonistas de suas histórias e dentro da própria representatividade literária.

“[...] Quer como virtuosa esposa ou mãe, quer como bondosa filha e irmã. Emfim, que seja sempre o espelho não embaciado da sã moral, onde, como genitora, se mire orgulhosa a sua prole” (O EDUCADOR, nº 21, 20 abr. 1922, p. 02). Que seja mãe, que seja boa e que siga moralmente e orgulhosa desta menção honrosa. Para o escritor, outra escola que retirasse o feminino do privado, poderia ameaçar as estruturas morais e ele as dá poder e as reconhece enquanto agentes de poder quando diz que elas devem ser o tempo todo cuidadosamente educadas e que das mesmas dependem as estruturas sociais futuras.

Segue Francisco Barroso, agora falando não apenas sobre a leitura de mundo dele, mas colocando as ideias em plural, e generaliza:

Temos reprovado e reprovamos a maneira descuidada e prejudicial da educação, que se ministra á mulher sem se antever o influctifero futuro, assim preparado, para a familia e á collectividade. Que transformação, teria o poder de desequilibrar a moral e a educação feminina que iria afetar diretamente o futuro, gerando infortunios as futuras famílias (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

“Esse systema educar-se a mulher, collocando-se-lhe, debaixo do braço, depois de quatro annos de subir e descer as escadas da Escola Normal, um titulo de professora [...]” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02). A chegada da Escola Normal à Parahyba era responsável por uma mudança de posturas e pensamentos das mulheres do período e para com

a matéria essas não deveriam nem participar desta instituição, colocando na mesma o mérito de fazê-las se afastar do “natural” lugar privado familiar.

A respeito deste lugar, continua: “[...] considerado como seu unico desideratum, a suprema felicidade d’um lar, o manancial, d’onde dimanará a civilização e o futuro radioso da Patria, é um acto completamente improdutivo” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02). Estudar na Escola Normal retiraria das mulheres “a felicidade” de um lar e o seu lugar de “reprodutora”, de mãe, e diretamente isso seria deveras danoso à pátria, a todo o sistema de composição familiar tradicional e relação de poder entre o masculino e o feminino.

“A moça que sae, toda ufana de si, descendo as escadas da Escola, afogando as costas do tal grosso papelucho, levará comsigo o necessario, para assegurar sua propria mantença e a de uma nova família, se, acaso, a constituir?” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

As mulheres que terminam a graduação e dela saem habilitadas para serem professoras, acreditando no seu potencial, que a partir deste momento poderá assumir outras funções sociais, são logo atuadas pela manutenção das diferenças salariais, uma ferramenta do capitalismo de coibir as mulheres a existirem junto aos homens. Quando Barroso fala da diferença salarial dentro da categoria docente e os papéis destinados dentro do quadro educativo no estado para homens e mulheres. Logo esse era um argumento para desencorajar as moças a cursarem a Escola Normal, visto que as mesmas não ganhariam o suficiente, lembrando que no primeiro capítulo desta dissertação temos um quadro com os vencimentos da categoria e percebemos que esta em si não era uma profissão bem remunerada de fato nas maiorias das posições, porém a postura da diferença de gênero²⁶ na composição salarial é algo que fará a diferença dentro dessa categoria.

Segundo Barroso em O Educador, aprender é inventar, ensinar é pôr o cérebro de quem ouve, de quem aprende, nas condições de fazer descobertas. Por isso, não há regras invariáveis para ensinar a todo mundo: “[...] dentro do pensamento do autor a educação era universalizada e não estava relacionada a formação científica e sim a algo dedutivo e naturalizado. [...] cada caso é um caso particular; a verdadeira mestra é a MÃE” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

²⁶ É através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sexo*. Visando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 03), elas desejam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. O conceito passa a ser usado, então, como um forte apelo relacional já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. Deste modo, ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens. Busca-se intencionalmente, contextualizar o que se afirma ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da “Mulher” ou do “Homem” (LOURO, 2014).

A escola publica é uma instituição transitoria, momentânea; e um estadista que fosse um Cromwell e tivesse estudos positivos, saberia que, no Occidente, a escola publica teria de durar, digamos, mais doze annos... o tempo preciso para que todas as mulheres pudessem aprender, de modo a exercerem sua função de Mães de familia, de formadoras do homem, em vês de virem fazer concurrencia ao homem, isto é, propôr-se a fazer coisas que o homem pode fazer, e que, quando o homem não quer realizar, os patrões e os governos mandam a mulher... (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

A citação acima aponta duas realidades do período: que as mulheres deveriam estar por parte da sociedade dentro do ambiente privado familiar e que o processo de industrialização e desenvolvimento da República seriam responsáveis pelo adentramento das mulheres nos espaços públicos.

Arrimados em tão abalizada opinião, anima-nos em repetir: “que se deve trabalhar, para se promover a educação do sexo feminino, não por esse meio, ahi posto em pratica, cujo resultado será completamente improficuo” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02). Barroso é uma figura que vai durante toda vida útil do jornal O Educador escrever matérias a respeito da educação das mulheres e ao mês de maio faz suas contribuições a respeito das demandas educativas ideais às mulheres.

Idealisamos, a mulher, já dissemos, o symbolo da perfeição, o modelo de todas as virtudes terrenas, sem o que a moral, a santa moral do meigo Nazareno que arrancou, das garras do vicio, Magdalena, seja sempre seu brilho, para levar de vencida o maremagnum de torpezas, que vem se alastrando e destruindo os caracteres (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

O imaginário que existia uma mulher ideal e que essa para ser ideal seguiria os princípios cristãos, não possuir vaidade, não desobedecer os homens pai e marido, essa mulher teria sobre ela uma vida abençoada, plena e iluminada e a existência de um mal maior ali concentrado iria destruir essas naturais características. “Isso que vemos contaminar o sexo feminino é soprado pelo elemento contrário, que contente não está, emquanto não se vê sob os seus pés o estrebuchar das victimas” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

Essa ameaça que contaminava as mulheres e as faziam desejar outros futuros era a chegada da Escola Normal, que apesar de não fazer dali um espaço direcionado para ideias feministas, deu no conhecimento das letras a possibilidade de mulheres serem ouvidas e lidas e acordarão, ou melhor publicizarão, as ideais e os desejos do feminino. “Fez-se, então senhor; mas com o correr dos tempos o poder tem declinado e com mais actividades tem sido, depois que a mulher começou a instruir-se e muito mais obterá, senão esmorecer na luta de illustrar seu espirito” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922).

Sobre a introdução das moças à Escola Normal, acrescenta: “E’ um erro, dissemos, a maneira pela qual se educa o sexo feminino, entre nós; e esta verdade póde não agradar, porem, assegurando-a, ficamos de bem com a nossa consciência” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02). Para Barroso, a educação escolar e científica era maléfica para as mulheres, ela as sujeitariam a pensar, e ao pensar poderia abrir lugar para outras escolhas e ainda sobre a educação das mulheres. Diz: “a educação segura e proficua é a que vem do lar. Esta faltando a sociedade soffre irremediavelmente” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02). A Educação que geraria bens para a sociedade seria aquela que oferecesse instrução as mulheres.

“A educação recae sobre a moral e a instrucção suppões já outros principios mais elevados, regras methodisadas para illustrar a razão, adornar o entendimento, aperfeiçoar o coração e suavisar os costumes” (O Educador, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02).

O controle através de uma educação de qualidade seria a via que deveria ser conduzida para que as mulheres se colocassem nos papéis “aceitáveis”; os novos costumes deveriam ser abrandados e as tradições mantidas. “A mulher é inexgottavel thesouro de bens, que se necessita cuidar e zelar com muito fino, não incutindose-lhe no espirito malfadados preconceitos, que arruinam-lhe os bons sentimentos” (O EDUCADOR, nº 22, 27 abr. 1922, p. 02). Para ele, as mulheres não poderiam ter governo de si mesmas, estariam dependentes e deveriam ter uma tutoria, da família, do Estado e da Igreja.

Tudo está dependente de uma bôa e rumada educação, firmada na sã moral, ensinando-se-lhe, no verdor dos annos, a amar o trabalho e a desprezar a vaidade, que é umcanero, que não só victima a paciente como faz muitas outras victimas. Alguem nos taxará de enfadonho, mas cumpre-nos responder: Um assumpto grave e de grande interesse não se deve tratar pela rama, convem insistir nos conceitos para se poder obter bom resultado (O EDUCADOR, nº 26, 11 mai. 1922, p. 01).

Afirmada como responsável pelo fracasso feminino, a educação deveria ser contida, dela nasceriam os sentimentos de vaidade que deveriam ser desprezados e o amor e devoção aos costumes deveria ser alimentado; as mulheres que não seguissem esses preceitos eram vítimas do destino.

Escrita pelo ou pela redator(a), JELA, há uma matéria que vai tecer os valores da categoria docente comparando o interior do estado e a capital, e as diferenças entre as ocupações. Desde o ano de 1920, foram equiparados aos vencimentos dos professores de vilas aos da cidade, conforme se verifica da Tabela 1, a Lei de meios sob nº 529, de 24 de novembro de 1920, concedeu aumento que prevalece até o corrente exercício” (O EDUCADOR, nº 26, 11 mai. 1922, p. 01), conforme está estabelecido na lei de meios vigente. Segue Jela: “entretanto

os senhores professores nenhuma reclamação fizeram diante do silêncio que até hoje tem havido na execução do pagamento respectivo” (O EDUCADOR, nº 13, 13 fev. 1922, p. 01). Os professores de cidade percebem 2:00\$000 pela tabela anexa ao regulamento vigente da Instrução Primária que baixou com o decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917, de modo que pela lei de orçamento actual, os professores de cadeiras de villa percebem os mesmos vencimentos de professores de cidade: 2:000\$ (O EDUCADOR, nº 02, 07 nov. 1921).

Vencimento este que até a data de 1922 não havia sido aplicado à categoria. A divisão de gratificações de cargos de direção e mestre também era significativa; um diretor geral recebia 6:000\$000 e um inspetor 3:600\$000, ocupações que eram predominantemente ocupadas por homens e que quando uma mulher as ocupava era notícia de jornal, como vamos ver a nomeação de uma diretora e as prerrogativas para uma mulher ocupar este cargo.

Eduardo Medeiros passa de Inspetor de ensino para Diretor Geral da Instrução pública, também diretor deste impresso, este cargo estava sem ocupante como é reclamado na matéria. “Permanecendo por mais de um mez completamente acephalo o cargo de director do grupo” (O EDUCADOR, nº 02, 07 nov. 1921, p. 01). Essa função, como as demais de alta chefia, com remuneração superior e gratificações, eram distribuídas por nomeação política, como segue no impresso.

[...] o inspetor geral do ensino, professor Eduardo de Medeiros, afim de normalizar a parte administrativa daquele estabelecimento, deu attribuições á d. Izabel Carneiro Monteiro, professora mais antiga do grupo para se encarregar do expediente até que fosse feita nova nomeação (O EDUCADOR, nº 02, 07 nov. 1921, p. 01).

A professora Izabel Carneiro Monteiro estaria assumindo as atribuições da função, ou seja, as demandas de trabalho, o que não significaria que a mesma seria a escolhida para a nomeação do cargo de Inspeção. E os requisitos para a demanda de trabalho validada seriam a experiência e a idade, logo, a partir dessas atribuições as normalistas de 1920 estavam invalidadas desta função, portanto, não era apenas o quesito experiência, mas a qualificação intelectual também não era ponderada nas escolhas de cargos de chefia, mas sim os interesses políticos.

“A professora d. Izabel conta já com um longo tirocinio no magisterio e é, uma das mais competentes educadoras do nosso meio, recommendando-se sobretudo por essa operosidade e circumspecção que todos lhe reconhecem” (O EDUCADOR, nº 36, 28 jul. 1922, p. 01). Professora Izabel, além de possuir tempo de magistério, também possuía (circumspecção), que seria um termo atribuído a uma demanda de cuidado com a instituição escolar e controle de liderança.

Ao que nos consta esta distincta collega vai pleitear perante o governo do estado a gratificação do cargo por cujo expediente ora responde. Muito embora a designação do inspector não constitua uma nomeação, nada mais junto, porém, que se remunerere os serviços que prestou e está prestando com muito criterio e muita competência (O EDUCADOR, nº 36, 28 jul. 1922, p. 01).

E, ao contrário dos que muitos imaginaram, Professora Izabel não aceitará a demanda de trabalho sem os vencimentos, a mesma vai pleitear as gratificações da nova função junto ao governo do estado. A realidade dos cargos de direção dentro das instituições escolares não era um fato restrito à Parahyba, Natal, no Rio Grande do Norte, segundo o impresso, tinha como diretor da escola Normal um homem e São Paulo também, e além de espaço de transformação social, a Escola Normal Parahybana recebia críticas das próprias educandas. Lylian Guedes quando vai escrever sobre o uso da Educação Física nas escolas, vai denunciar que as da capital do estado parahybano não tinham a estrutura necessária e essa disciplina em sua grade de disciplinas. No decorrer das matérias, o jornal vai direcionar as atenções ou persuadir a estas estudantes da Escola Normal a irem para os jardins de infância após formadas.

3.1 Língua Materna e o Espaço do Jardim de Infância

“Língua Materna’ O livro mais precioso da escola primaria vae desaparecer! E’ para lamentar que desapareça da escola primaria, a preciosissima do notavel professor parahybano dr. Xavier Junior”²⁷ (O EDUCADOR, nº 17, 16 mar. 1922, p. 01). O referido livro trata-se de um livro didático de Língua Portuguesa e Gramática criado em 1906 na Parahyba e aplicado nas instituições de ensino do estado. “[...] O methodo que V. das ‘Lições da Língua Materna’ é fundado na experiência inteligente e meditada, e calca-se nos princípios da psychologia do ensino, consulta as verdadeiras necessidades da educação infantil” (XAVIER JÚNIOR, 1906, p. VI). Oferece regras precisas e diretas em como educar as crianças para o domínio de uma língua pátria, construindo, assim, a partir da Linguística e Gramática, valores morais.

Enquanto isso segue a matéria que além de lamentar a retirada do livro das escolas, tido como uma referência moderna, vai reivindicar ao poder público que o mesmo retorne às instituições.

²⁷ Francisco Xavier Júnior elaborou esse livro para servir de manual aos educadores paraibanos, pois não havia ainda “um trabalho que satisfizesse as necessidades do ensino elementar da língua pátria” (XAVIER JÚNIOR, 1906, p. XI). Esse livro é considerado como o primeiro livro de gramática produzido na Paraíba no início do século XX, pois, até então, eram utilizadas gramáticas advindas da Europa, mais especificamente de Portugal. O autor era professor de Latim, Português, Geografia e História do Brasil no Liceu Paraibano e exerceu também a Diretoria desta instituição e da Escola Normal Oficial durante o período de 1908 a 1912, além da Direção da Instrução Pública de 1912 a 1915.

Unico compendio existente em nosso meio que corresponde aos avanços do ensino moderno. Vasada no methodo directo, o seu illustre auctor experimentado na arte de ensinar, possuindo uma cultura pouco vulgar, não somente dos methodos, como tambem do segredo da lingua, deu uma feição toda nossa peculiarmente ao meio, falando das suas cidades, serras, montes, factos e homens, despertando para logo o amor ao torrão natal. Nós, professores, que conhecemos as vantagens da, pedimos aos poderes publicos que o intervenham no sentido de ser reeditado tão util livro, como um preito de homenagem ao seu auctor e um favor inesquecível á instrucção primaria (O EDUCADOR, nº 14, 20 fev. 1922, p. 01).

A representação de progresso e modernidade estava presente nos discursos da imprensa do período e O Educador procurava ir se afastando do literário e construir textos informativos/jornalísticos. Logo, a respeito dos Jardins de Infância o jornal acrescenta que existem outras transformações e outras orientações para aquelas vocacionadas à função de estar nos jardins de infância. E há de salientar que estas normalistas da Parahyba do período desejavam outros espaços que não necessariamente seria a sala de aula. Algumas delas como Lilian Guedes, Analice, Eudésia Vieira são formadas normalistas, mas aqui escrevem n'O Educador e em outros impressos parahybanos, textos que falam sobre política aplicada, sufragismo, feminismo, amor livre e fazem críticas ao sistema educacional do período.

A Feminização do Magistério é algo que começa a ser fenômeno no Brasil na metade do século XIX e início do século XX. A industrialização e a urbanização do século XIX originaram novas configurações sobre a identidade feminina, ressignificando a velha divisão sexual do trabalho e oferecendo outra dicotomia ao conceito de trabalho (trabalho produtivo) e de não trabalho (trabalho reprodutivo). Portanto, segundo Yannoulas (2011), qualquer coisa que seja vista como o “não trabalho” fundamenta-se por atos de serviços domésticos, reprodutivos, gratuitos, privados e, todavia, é da ordem do feminino; já o “trabalho”, compreendido como atividades industriais, produtivas, remuneradas, públicas, do campo masculino.

Trabalhar é, então, ocupar espaços públicos. As tarefas domésticas, fundamentalmente ligadas ao cuidado, são funções privadas e não correspondem a um trabalho de fato. Portanto, diante do exposto, a divisão sexual do trabalho é fundamentada em separar o que é “trabalho de homem” e o que é “trabalho de mulher”. Logo, o trabalho de homem é o produtivo (valorizado, público, remunerado) e o trabalho de mulher é o reprodutivo (doméstico, privado, gratuito).

Além de hierarquizados, o “trabalho de homem” é mais validado socialmente que o “trabalho de mulher”. Portanto, afirmam Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social. A construção de valores e espaços de trabalho são construídas historicamente e socialmente. Além do patriarcado possuir responsabilidade pela manutenção das famílias serem designadas prioritariamente aos homens estes também vão estar em primeiro lugar na esfera produtiva e as mulheres estarão em espaço de manutenção da mão de obra trabalhadora, logo as mulheres estavam a serviço da esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

O jardim de infância, que toma a criança do regaço materno aos três anos para conservá-la até os seis, “é o ambiente salutar destinado a promover o desabrochamento intelectual e volitivo dessas tenras flôres humanas. O desenvolvimento humano” (O EDUCADOR, nº 06, 03 dez. 1922, p. 01). É o espaço de desenvolvimento infantil e este seria um local em que as crianças mudariam os lugares de cuidado e desenvolvimento; antes a casa, agora a escola e esta separação se daria de maneira que estas crianças continuassem a serem administradas por mulheres.

Nas considerações de Arce (1997), tal ambiguidade entre o científico e o doméstico público/privado é ainda presente na atualidade dentro da educação, uma vez que no cotidiano da Educação Infantil, a utilização dos termos “tia” ou “professorinha” “configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar” (ARCE, 1997, p. 173). Portanto, ao longo da história, a imagem do/a profissional da Educação Infantil tem sido reforçada como sendo atribuída às mulheres detentoras de “dons naturais”: passiva, dócil, pondo demérito à sua formação profissional intelectual relegada à margem (ARCE, 1997).

Sobre as professoras do estado da Parahyba, continua o impresso: “jardineiras provectar e vigilantes auxiliam a Natureza, corrigindo-lhe os descuidos e supprindo-lhe as deficiências” (O EDUCADOR, nº 06, 03 dez. 1922, p. 01). Estas eram chamadas de jardineiras, já perdiam a nomenclatura de professoras, que era designado aos estudiosos, o auxílio à natureza era justamente uma continuidade ou um preparo para seu destino social futuro, a maternidade. “Na escala inteira das profissões não ha uma sequer que se assemelhe á sua, que é como prolongamento da maternidade e se colloca naturalmente na categoria das coisas mais santas e mais angustas” (O EDUCADOR, nº 6, 03 dez. 1921, p. 01).

Podemos ver a estrutura que se estabelece nesse sentido, com a separação do público e do privado. “As mulheres, ao preencherem o espaço do magistério, são atribuídas como ‘mães-espirituais’, em que cada aluno ou aluna devia ser olhado, educado e considerado como seu/sua filho/a” (LOURO, 2014, p. 101).

Além disso, outros requisitos e demandas também favoreceram a inserção das mulheres na carreira do magistério, além do processo de industrialização. Este se inicia no momento em que as meninas passaram a participar da escola, sendo assim, nada mais coerente do que mulheres educarem mulheres e homens educarem rapazes para perpetuar a ordem “natural” das coisas. Outra transformação e mudança importante foram as escolas normais, que no início do século XIX iniciaram a oferta às moças uma das ínfimas oportunidades e para algumas a única de ir além do primário e entrarem em espaços, principalmente os públicos e os políticos, antes impossíveis para elas.

Sobre a formação da categoria docente primária, Cláudia Pereira Vianna (2013) traz que a feminização do magistério não se resume apenas à entrada das mulheres na profissão docente, esta deve ser observada a partir das relações de classe e gênero, observando que as primeiras a estarem dentro desses espaços foram as mulheres brancas de classe média, com feminilidade idealizada/cristalizada para a época e com papéis vocacionados. Este percurso foi conflituoso durante a segunda metade do século XIX até o início do século XX, uma vez que as mulheres se colocaram em posição de enfrentamento para ocupar esses espaços públicos. Os homens, então, passam a evadir da profissão e as Escolas Normais vão formando ano após ano mais mulheres. A presença das mulheres foi se alargando a todos os níveis de escolarização ainda que sob adversidades. Para mais, formar-se professora, ser estudante das Escolas Normais, era uma das únicas possibilidades para as mulheres, nesse período, irem além do ensino primário.

Compreende-se que o casamento e a maternidade, atividades femininas imprescindíveis, estabelecem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer tarefa profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a não ser que possa ser representada a se encaixar ao desejável a elas. Na construção da feminização, “o magistério necessita, pois, furtar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc.” (LOURO, 2014, p. 100).

Assim são constituídas identidades marcadoras para estas mulheres que condicionam a maneira de atuação profissional, mostrando um argumento ideológico, o mito da mãe-professora, que é naturalmente habilitada a amar incondicionalmente os educandos como se fossem seus filhos e filhas. A medida que é ligada a essa ideia da professora-mãe, mais difícil é a receptividade e a ocupação de homens nesse espaço e mais correlacionada a características feminilizadas da ocupação, o que poderia ser “elo de compreensão dessa visão de maternagem e essa resistência das famílias educarem seus filhos homens a se fazerem presentes como docentes da educação infantil” (ÁVILA, 2003 apud SILVA, 2011, p. 108-109).

O trabalho docente consiste em outro ponto que merece destaque em estudos que procuram articular relações de gênero e educação. No caso da Educação Infantil, tais pesquisas são ainda mais pertinentes pelo fato de serem consideradas como um campo de trabalho feminino. Tal concepção resulta do processo de feminização do magistério, ocorrido no Brasil a partir do século XX [...] (RUIS, 2015 apud SCIOTTI; PEREZ; BELLIDO, 2019, p. 05).

Os jardins de infância do estado parahybano logo fazem esta função de determinar os papéis sociais dentro da escola que relaciona com o determinismo de atribuições para as mulheres e para os homens, logo não há uma margem para dissertar sobre estas mulheres sem observar os atos de serviço em uma composição ou proposta diferente de gênero e educação. Ruis e Perez (2017, p. 284) destacam que “[...] a escola muitas vezes reforça os estereótipos femininos e masculinos, os quais corroboram para a perpetuação do preconceito e do sexismo. A dicotomia homem e mulher, exerce um papel significativo no modo como as crianças são educadas”.

Perpassaria nas mentalidades que dentro das regras, dos manuais dos sistemas não fossem minadas pequenas granadas de resistência que na situação são letras digitadas. A imprensa no estado da Parahyba estava a este serviço duplo, de um lado havia discursos de permanências e do outro rupturas. Há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo. Na base desta ideia estas relações não se dão onde não haja liberdade. Na definição de Foucault (1977), a existência de liberdade proporciona que haja a capacidade de reação por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido, apresentando-se como imprescindível. “Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta” (MAIA, 1995, p. 89).

Dentro desse movimento no Brasil há uma onda, um movimento que vai catedralizar os jardins de infância e vai defender a formação intelectual das professoras de qualidade, atendendo às transformações nas tendências pedagógicas modernas. No estado da Parahyba a respeito das orientações ao jardim da infância, O Educador vai trazer estes teóricos para dizer que não basta a construção e o inatismo das feminilidades, é necessário uma ciência, aprendizagem e formação docente de qualidade. Foi talvez pensando nisto que Froebel²⁸ disse uma feita: “E’ preciso, curte o que custar, dotar-se a nossa urbs com um templo educativo dessa natureza, sem o qual não podemos almejar o conceito de progressistas e amantes das luzes” (FROEBEL, s/d apud O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 01).

Procede na defesa da formação científica colocando como outros países vão proceder nas formações dos jardins de infância: “na Suíça, na Alemanha e nos Estados Unidos, dá-se

²⁸ Segundo Guilda Rizzo (1982), Froebel foi um pedagogo alemão que atribuiu a formação da escola Pestalozzi, as concepções de jogos e brincadeiras nos jardins de infância, bem como a estruturação física e as demandas de trabalho no mesmo.

grande importancia aos jardins de infancia. Gosam elles de subido conceito na Italia, na França, na Belgica e na Hollanda, bem como noutros paizes de elevada cultura” (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 01). Era grande o desejo de se fazer moderno e ser moderno naquele momento seria sinônimo de estar praticando e pondo em voga as estruturas e mudanças de outros países “desenvolvidos”.

Mostrando a influencia benefica do jardim de infancia disse o pedagogo americano Alberto G. Lane: Larga copia de opiniões auctorizadas sobre esses institutos, que revolucionaram a educação da primeira infancia, encontra-se na Revista de Ensino, órgão do professorado publico de São Paulo, Anno X, n.º 2 e 3 num só fasciculo especialmente feito para tratar do Jardim de infancia anexo á Escola Normal da capital daquelle estado (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 01).

A intenção de citar a revista paulistana não atribuiria status de Carta Magna sobre o conteúdo, “esgote a materia, mas para ainda uma vez accentuar que S. Paulo no Brasil, é o pioneiro no tocante á intrucção publica” (O EDUCADOR, nº 20, 07 abr. 1922, p. 01). O seu jardim de infância apresentado acima foi fundado em maio de 1896 e confiado à direção da professora Maria Ernestina Varella, que já havia falecido, logo compreendemos que cargos de direção para mulheres incumbiria uma faixa etária não apenas no estado da Parahyba. Sobre esta mesma instituição de São Paulo, seguem as ponderações:

Tive oportunidade, em principio do anno passado, de visitar esse estabelecimento, notando que elle já não corresponde á evolução pedagogica. Os methodos da afamada professora italiana Montessori, os jogos educativos do instituto J. J. Rousseau e outras innovações da pedagogia dos jardins de infancia, são inteiramente desconhecidos no jardim paulista, que não poderá servir de modello ao que tiver de ser fundado aqui. Nelle á sumptuosidade do edificio corresponde infelizmente, grande penuria em mateiral didactico (O EDUCADOR, nº 21, 20 abr. 1922, p. 01).

A instituição é posta como estagnada nas transformações modernas pedagógicas, o jardim paulista haveria se tornado um elefante branco, um edificio suspenso. A experiência de novas técnicas, teorias procuradas na grande metrópole do país não corresponderam às aspirações e denunciou uma outra necessidade: a de formação docente continuada. “O mero curso da Escola Normal não habilita o profesosr para exercer com proficiencia o magisterio em estabelecimento de tal natureza” (O EDUCADOR, nº 21, 20 abr. 1922, p. 01), o que no futuro vai fomentar as legislações educacionais (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/96), que dão direito à categoria docente e obrigação às instituições públicas de fomentar formação docente de qualidade.

E' preciso que pratique, pelo menos dois annos, num jardim bem organizado. A soluçãõ para o nosso caso seria contractar-se duas ou três professoras habilitadas no estrangeito, de preferencia nos Estados Unidos ou na Alemanha. O Rio Grande do Norte, com menores recursos do que a Parahyba, já tem feito o sacrificio de contractar mestras fõra do paiz, para compor o quadro de professores de sua Escola Domestica, estabelecimento de que se orgulhariam os estados mais adiantados da federaçãõ. Porque não faremos o mesmo? Que beneficio extraordinario não adviria para a nossa instrucçãõ! (O EDUCADOR, nº 30, 16 jun. 1922, p. 01).

Apesar do termo formaçãõ pedagõgica ainda não existir no período, já se possuía a ciência que a prática docente ultrapassaria, nos jardins de infãncia, a naturalizaçãõ biolõgica da maternidade, da feminilidade. Era e se fazia necessãria uma formaçãõ de qualidade com período de experiênciã hoje chamado de estágio docênciã em estabelecimentos de ensino e o contato direto com formações intelectuais, principalmente quando é colocada na matéria que o Rio Grande do Norte traz para seu estado, mulheres mestres de outros países para agregar na formaçãõ docente, e não é também passivo que o nome da mesma instituiçãõ seja despercebido “Escola Domestica”; prescinde que ali as normalistas eram educadas mais aos afazeres da esfera do lar/privada dentro do exigido para a época (mãe, esposa, dona de casa) que a formaçãõ intelectual, mas que provavelmente neste dado momento outras ideias estavam ali a permear as estruturas cristalizadas.

Ainda sobre a estruturaçãõ dos jardins de infãncia, outras atribuições eram postas como necessãrias para uma educaçãõ de qualidade, e já outra determinada atribuiçãõ estaria presente em todas as instituições escolares da época: a religiãõ. Deveria se entrar em um jardim de infãncia como se entra nos templos, com o mesmo respeito e com a mesma emoçãõ. “E não vem fõra de proposito lembrar, quebrando a natural avidez dos documentos como este, que os jogos infantis recordam muitas vezes ritos sagrados de velustas religiões sepultadas na memoria dos homens” (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922, p. 01). As brincadeiras também fariam parte desta educaçãõ religiosa e para uma análise de lugares sociais, feminilidades e masculinidades também eram construídas dentro do espaço educativo em uma ótica cristã.

3.2 Meninas, Sejam o Espelho de Maria

Existe dentro do espaço da memória individual, subjetiva, possibilidades verossímeis, que fornecem uma proximidade para a construçãõ das mentalidades, dos imaginários e das memórias coletivas, “[...] uma forma de expressãõ e traduçãõ da realidade que se faz de forma simbólica [...]” (PESAVENTO, 2003, p. 15). Assim, neste momento a matéria que segue parte

de um discurso que hoje seria chamado de escrita de si, mas é uma matéria chamada “De Leve”, de Analice Caldas, matéria recorrente no impresso.

É chegado o fim do mês de maio, escrevo sozinha dentro do meu quarto e observo pela janela a vida transformar-se, as chuvas chegam e com elas também os festejos juninos; sinto-me entediada (...). Nada mais indigesto e infernal que estes festejos para mim, tenho profunda aversão por este mês, não me dá a menor vontade de vive-lo. Maio é o meu mês preferido, tenho toda simpatia por este mês, cantado como o mês das preces, das flores e da poesia, o que aliás não deixa de ser uma injustiça aos outros meses! (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922, p. 01).

Ainda sobre o período, Analice afirma as prerrogativas para maio ser o seu mês favorito.

A poesia existe em nós mesmos! Esta preferencia me vem ao sabor das recordações da infância, é de certo o resultado de um colossal vidro de aumento com que analysamos ou recordamos os factos da meninice. Que podia haver ahi de interessante? Uma paisagem sem perspectivas, um céu pardo, uma igreja branca, [...] O sino, o nosso espirito e as flores é que eram muito alegres... (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922, p. 01).

Os festejos marianos começaram na Europa do século XIX e permaneceram no século XX. Sendo assim, o mês de maio adentrou nas mentalidades como o período lembrado popularmente como mês de Maria e o mês das noivas. Porém com base nos estudos de Giorgio (1991), esse mês não foi escolhido aleatoriamente, a Igreja municiou-se da defesa que a proteção da Virgem estaria à serviço na ação de conservação da pureza da mulher, na estação do ano em que a mesma estava exposta às tentações que o calor, que se fazia presente durante a Primavera, poderia ser responsável.

A Primavera, segundo Giorgio (1991), era representada por alguns Jesuítas italianos do século XIX como uma época em que os amores adolescentes desabrochavam, portanto, esses amores necessitavam ser findados. O interessante é que este período geograficamente falando nos faz salientar que esta estação da Primavera no período do mês de maio é atributo apenas do hemisfério Norte e não do hemisfério Sul, que nesse momento está na estação do Outono. E ainda que exista essa diferença, durante a mesma época, no Brasil, as comemorações marianas ocorridas no semelhante mês, carregadas do simbolismo da Virgem e do culto à sua pureza, sugerem que embora no Outono, o propósito também permanecia o mesmo – conduzir as meninas na preservação da virgindade e na conservação dos valores católicos. Segundo Giorgio (1991), o Culto à Maria se trata, portanto, de: “um culto que consolida a autossuficiência narcisista feminina ligando-a à idade púbere. Nos comportamentos virtuosos e na presença agradável, as mulheres buscariam a única afirmação de si próprias, desconfiando de todas as outras capacidades” (ACCATI, 1990 apud GIORGIO, 1991, p. 222).

O lugar de ferramenta modeladora das representações e atribuições das imagens das mulheres, a Igreja, desde a época colonial, designou as mulheres características estereotipadas: o sexo feminino agregava características de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outras, que postulavam as mulheres como responsáveis por toda estética da beleza e bondade que estaria a permear a vida social.

A construção dos conceitos e características sobre as capacidades qualitativas femininas, mais a religiosidade e ausência de desejo sexual das mulheres, introduz ao arquétipo religioso da posição que a vai mediar com a Virgem Maria da religião católica. Portanto, a Igreja educa as mulheres para aceitarem a natureza agraciada por Deus (a imagem de pureza, submissão e o exercício das atividades naturais, como cuidar da casa, do marido e dos filhos, bordar, costurar...), e se a mulher se impor-se adversa a esta natureza, ela é uma filha de Eva “serpente”, e ainda estará contra Deus todo poderoso e os princípios “celestiais”. Sendo assim, é exposta como blasfemadora dessas aprendizagens educativas.

Dualmente, Igreja e os positivistas, veem as mulheres de maneira preconceituosa. Por este motivo, as mulheres começam durante um período a expor os princípios opressores dessas duas concepções (Católica e Positivista).

Em contrapartida, naquele período dentro do espaço educativo, das e para as mulheres há uma relação de afirmação entre Igreja e República, ambas entram em disputa e esse conflito ganha um influência na educação expressiva.

Portanto, Souza e Otto (2008) apontam que a Igreja Católica no decorrer da segunda metade do século XIX até o início do século XX, dominou um projeto de romanização do catolicismo. A intenção dessa romanização baseava-se em combater o movimento de transformação moderno que estaria ocorrendo na Europa (laicização, desencantamento e secularização, ideias iluministas e do materialismo filosófico), além de como também, desafiar as práticas culturais/sociais brasileiras compreendidas pelo Vaticano como superstição, paganismo ignorância religiosa e primitivismo cultural (SOUZA, 2000).

Todavia, observamos que a educação e instrução feminina, oferecidas nos colégios católicos, construiu estratégias e ações que arquitetam as representações femininas segundo o arquétipo católico. Esse arquétipo afirmou como “mulher ideal” a figura da Virgem Maria, cuja representação assegurava valores como: simplicidade, bondade, pureza, virgindade, doação entre outros. Sobre isso, Louro (2014, p. 22) aponta que: “ainda que a República legitimasse legalmente a separação da Igreja Católica do Estado”, continuaria como soberana a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria.

Maria como arma anti-republicana. Houve um esforço deliberado dos bispos para incentivar o culto mariano, sobretudo por meio de Nossa Senhora Aparecida. A partir do início do século, começaram as romarias oficiais. Em 8 de setembro de 1904, Nossa Senhora Aparecida foi coroada rainha do Brasil. [...]. Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da nação (CARVALHO, 1990, p. 93-94).

Escolher entre esses dois modelos representava na verdade, uma não-escolha, sendo assim, se almejava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela pureza da Virgem. Por meio do símbolo mariano se invocava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Essa idealização do feminino constituía na construção do recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (LOURO, 2014, p. 447), as representações femininas da santa e esposa-mãe. Sendo assim, a influência da figura Virgem Maria (santa) em contrapartida à figura de Eva (pecadora) no processo de construções de tais representações.

A Igreja Católica construiu alianças com os planejamentos das oligarquias, orquestrando boa parte da educação destinada às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que vão ser responsáveis pela educação das filhas da elite, corroborando em uma formação diferenciada entre homens e mulheres. Deste modo, nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina nessas escolas ou internatos religiosos, visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, procurando guardá-la dos desvios que pudessem difamar a imagem da “mulher perfeita” (instruída para o lar, e para o esposo). Essa postura favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número de escolas normais públicas no país.

No entanto, essas instituições não fugiram do padrão já então colocado sobre a mulher, visto que a educação feminina era uma formação para o lar, estabelecendo uma relação dialógica entre diploma e casamento. Essa era a proposta das filhas da elite quando se ingressavam em tais instituições. Portanto, as mudanças advindas da Primeira República, ainda que lentas, foram imprescindíveis para o desenvolvimento de novos papéis femininos. O modelo constituído desde a colônia já não correspondia às exigências da urbanização brasileira, percebendo que não era mais possível manter as mulheres nos mesmos espaços.

Com base no exposto, é possível constatar que a atenção com o ser mulher voltava-se para a perpetuação do estereótipo criado sobre a mulher: boa mãe, abnegada, dócil, inspirada pela sua delicadeza e ternura ao ser donzela ou mãe de família e esposa: “si entre as mulheres, a donzella nos encanta e nos captiva pela sua virginal belleza, a mãe com a sua ternura e resignação, nos perturba e nos inspira n’alma-o culto d’amor que lhe devemos atribuir” (O COMÉRCIO, nº 17, 22 jan. 1911, p. 01), “[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais,

dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

A partir do decreto de 15 de outubro de 1827, o governo imperial firmou um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas de casa, faziam parte da grade as seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Todavia, se o Estado legitimou um currículo para a educação feminina, e outro com outras atribuições e disciplinas para a educação masculina, não forneceu, ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos, ou seja, não construiu as escolas (MANOEL, 1996). Logo existia um currículo, mas não os prédios.

Segue Analice na capital parahybana sobre a educação que recebeu enquanto mulher a tecer em suas palavras as memórias escolares do período de maio, sempre assertiva e colocando-se em seus textos em primeira pessoa e apesar do sistema educativo religioso, expressa algo que nos faz acreditar no fracasso da rede coercitiva: “não sou das que facilmente se acomodam as exigências do momento, temos um mau tempo em perspectiva” (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922, p. 01). O mau tempo a quem Analice estava se referindo era uma lembrança das suas memórias escolares.

Pela vizinhança da escola já se accentúa esse movimento desarrazoado, hoje o suportei de péssima disposição. Decididamente ando de má sorte, ao atravessar pela Praça em que moro já em pramaturu socego, me desafiou os nervos a conversa de umas certas senhorinhas, conversa não, digo mais; gritavam, cantavam não sei bem, Desci preocupada e aturdida levava a cabeça cheia das moças e do seu mau veso. Logo me veio a mente o sr. Malzae, inflexível e intransigente como é!... (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922, p. 01).

Esse movimento era a organização das senhoras para um evento destaque, para as mulheres a festa mariana, cujas moças eram ornamentadas pelas senhoras mais velhas que, além disso, faziam o coro e o padre local não dar abertura para que esse evento fosse algo de pequeno porte, era preciso que todas as moças participassem, inclusive as da escola normal, desfilando honra e pureza com flores e ornamentos brancos, bem como lenços brancos em suas cabeças simbolizando a pureza. “Os ramalhetes adrede preparados com rivalidades para o mimo da Virgem, as faixas, os vestidos brancos e toda esta trioleira barata que enfeita a nossa puerícia” (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922, p. 01).

Além dos desfiles do culto mariano, da moral cristã, outros espaços estavam atribuídos de fazer viva a presença da imagem de Maria como idealizada, estes eram nos nomes dos grupos escolares que eram carregados tanto quanto um cântico clerical de palavras de cunho religioso.

Percebo, assim, a continuidade da prática híbrida nas escolas que requer o trabalho em conjunto com a Igreja.

HYMNO DO GRUPO ESCOLAR

“Isabel Maria das Neves”

Quando gloria no céu desdobrada,
 Quanto rosco vermelho arrebol,
 Quando vindes no azul madrugada,
 Inflamando os luzeiros do sol.
 Ao gigante viril, que desperta
 Soergueis o nevoento capuz.
 Toda a malta de orvalho coberta
 E’ um virente chuveiro de luz.
 Côro Pipilae curios, em surdina,
 Heréos negros, gritae grazinac;
 Gorgeae, bem-te-vis da campina,
 Rolas bravas do campo, arrulhae.
 Madrugada, que encheis de pergume
 O geramo, a papoula, a cecém,
 Infundi-nos no ser vossos lumes,
 Inundai-nos de aromas tambem
 Vós que assim derramaes pelo mundo
 Vossos flavos, fecundos clarões,
 Atrasae desse fogo jucundo
 Nossos bons, infantis corações
 (O EDUCADOR, nº 25, 18 mai. 1922, p. 01).

As letras das músicas carregam referências, significados e representações. Um hino escolar é algo que cantado todos os dias, por todas as pessoas da escola, logo, a linguagem ali presente não é neutra, tem suas intenções e atos de serviço. O gigante viril iria erguer sobre os céus seu capuz com um chuveiro de luz, carregada de atributos de força, virilidade e de ligação do natural com o sagrado. A canção é um estilo híbrido/dúbio e até metafórico. Qual seria o motor dessa hibridização? A ligação a prerrogativa de que a canção é a união do verbal e do musical, portanto, ela é detentora de duas linguagens que imbricadas constituem “uma dupla natureza”. É imprescindível levar em conta esse caráter duplo de análise. Marcos Napolitano (2005) chama atenção sobre a utilização da canção como objeto de estudo e o seu devido cuidado consiste em, segundo o autor:

Cabe ao pesquisador tentar perceber as várias partes que compõem a estrutura, sem superdimensionar um ou outro parâmetro. Foi muito comum, até o passado recente, a abordagem da música popular centralizada unicamente nas “letras” das canções, levando a conclusões problemáticas e generalizando aspectos parciais das obras e seus significados (NAPOLITANO, 2005, p. 80).

Segue abaixo a iconografia de duas mulheres que foram igualmente marcantes no percurso intelectual parahybano dentro de seu período. Apesar de ideias contrapostas e algumas

até conflituosas, ambas estavam a serviço de um objetivo comum ser mulheres ouvidas e munidas de direitos e de formação intelectual dentro da sociedade moderna. A imagem fotográfica tem o poder de delinear e afirma-se dentro da história e sobretudo no século XX, em que as câmaras escuras estavam chegando no estado, e as duas imagens dessas mulheres estão não em retratos de família, mas sim perpetuando seus escritos na imprensa: Analice Caldas na revista Era Nova, e Eudésia Vieira no site oficial do Planalto, precisamente nas atuais redes sociais, como o Facebook.

Hoje basta respirar que nos eternizamos em escrita, fala, imagem e voz, mas dentro de um período que cada letra digitada era censurada, estas e outras mulheres teceram suas narrativas com coragem e força. Dentro de todo dito há um universo de palavras não ditas, há um cotidiano de olhares, palavras e gestos que a história não alcança. Logo, deste cisco que escrevo, a visão de um poder de subversão.

Figura 6 – Eudésia Vieira²⁹



Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

²⁹ Professora republicana, médica e feminista dos anos de 1920, que apesar dos ideais cristãos, desejava e lutava pela participação das mulheres na vida pública (GALVÍNCIO, 2019).

Figura 7 – Analice Caldas³⁰



Fonte: Revista Era Nova (1923)

³⁰ Professora Analice Caldas de Barros, personagem da educação, da política e da cultura letrada da Paraíba do início do século XX.

Considerações Finais

*“Eu escrevo para criar um mundo no qual eu possa viver. Procuo criar um mundo como se cria um determinado clima, uma atmosfera onde eu pudesse respirar. Se você não respira quando escreve, não grita, não canta, então sua literatura será limitada. Quando não escrevo, meu universo se reduz, sinto-me numa prisão. Perco minha chama, minhas cores. Escrever para mim é uma necessidade”
(Anayde Beiriz)³¹*

Neste trabalho escrevi sobre as mulheres dentro da imprensa, especialmente no jornal *O Educador*. Versei uma narrativa que procurou evocar a história das mulheres de maneira plural e subjetiva dentro da epistemologia de gênero. Transitei por muitas verdades, por muitos discursos que são ricos não em análise quantitativa, sem demérito à quantidade e às pesquisas dessa natureza, mas uma escrita sensível que procurou encontrar-se qualitativamente com as forças de verdade existentes, compreendendo que as narrativas feministas são e devem ser uma atividade diária e presente para que possamos tornar o exercício crítico da operação historiográfica respirável para outras mulheres.

Enquanto existir estruturas sociais milenares como o patriarcado, o machismo e a misoginia, a história das mulheres deve ser fuga para outra realidade possível para aquelas contemporâneas e futuras, não me coloco no lugar de juíza do passado, mas sim de inconformada, furiosa com o presente das mulheres paraibanas/brasileiras. Assumia-se com ousadia que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 2014).

No primeiro capítulo, objetivei problematizar como a criação de uma imprensa educativa no estado da Paraíba, voltada para fomentar informações sobre o que acontecia na educação métodos e práticas, bem como questões da categoria em que foi elaborado uma tabela com valores de remuneração, por quadro na educação, mas que também havia mulheres escrevendo matérias jornalísticas sobre si, seus direitos políticos, sobre sua estética e de outras mulheres sobre a educação, religião, poesia, cartas pessoais, bem como pseudônimos que não podemos afirmar o sexo e o gênero. Por fim, analisamos que há um embate subliminar de lugar social das mulheres dentro da vida pública.

³¹ Escritora, normalista paraibana, que teve seu destino interrompido tragicamente aos 24 anos.

No segundo capítulo entramos dentro dos lugares sociais do que se fazia de constructos a respeito do feminino, conceitos como bruxa, santa, anjo, Eva e Maria, alguns mais abordados que outros, bem como o desejo de se fazer presente no espaço político, como eleitora e candidata, como o sufragismo e feminismo já eram presentes dentro da realidade das mulheres brasileiras. Também como as mulheres ditas melindrosas seriam vistas também como não mulheres sociais pelas próprias mulheres, estas eram as mulheres que desempenhavam um cuidado maior com a beleza e com a moda. Ainda versamos sobre a sexualidade das mulheres e o desejo que pulsava no corpo a partir da análise de poemas e carta. Outras mulheres que tratamos foram as prostitutas, que sofrem segregação geográfica por sua profissão. Marcadores sociais de gênero, corpo, sexualidade ainda devem ser alargados em termos de problematização em uma futura pesquisa a nível de região Nordeste.

O terceiro capítulo versou sobre como as mulheres educadoras, professoras, são produtos de um lugar de educandas, como a educação familiar, do Estado, da Igreja são responsáveis pelos espaços sociais que essas mulheres vão estar inseridas e além disso há a problematização da categoria professora ser majoritariamente feminina, e quais também são as fissuras que estas mulheres normalistas, professoras, vão se dispor socialmente, principalmente quando escolhem a escrita no lugar dos jardins de infância, e, longe de mim ter a intenção de demérito as professoras da educação básica, lugar social que ocupo.

A pesquisa na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), dentro do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), na linha III – de Práticas Educativas, iniciada em março de 2020, é de relevância cultural/social soberana, uma vez que estes discursos revisitados no início do século XX são permeados em continuidades no presente, também que as violências de gênero são continuadas e naturalizadas como práticas inatas. E que o campo da história de gênero, bem como a história das mulheres ainda possui um silêncio dentro do tempo, uma lacuna.

Todavia, a história das mulheres na imprensa paraibana não conclui-se aqui com este impresso, ela permeia por outros campos, espaços e fontes historiográficas e os questionamentos, as perguntas que são evocadas nesta dissertação são intencionais, frutos de um desejo de continuidade de escrita, de maior temporalidade, “[...] desta vez dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1996, p. 35).

Logo, me coloco neste lugar espaço de privilégio acadêmico para (des)naturalizar as verdades discursivas, revisitando conceitos, regras, padrões de normatização e questões que

ultrapassam a escrita das mulheres ou dos homens, ultrapassando as letras e tecendo uma rede das palavras não ditas, dos silêncios e do que estas mesmas palavras intencionavam.

O lócus principal desta dissertação foi um determinado período histórico, a chegada da imprensa em caráter investigativo cotidiano e não apenas literário, em um período de modernidade e modernização social, em que as mulheres ganhavam um pouco mais de espaço de voz dentro da vida pública. E como preciosidade para esta análise, o jornal O Educador trouxe riquíssimos discursos que marcam o período dos anos XX, no território paraibano espaço geográfico local escolhido para a pesquisa.

Este trabalho de pesquisa não se encontra finalizado, uma vez que há outras fontes historiográficas para explorar sobre as mulheres do período, e dentro deste jornal há ainda análises mais profundas para se fazer, sobre outros conceitos que esta dissertação não alcançou, como o corpo feminino, a saúde, a profissionalização, a sexualidade, a misoginia, os problemas construídos socialmente e os impactos deles para construir uma sociedade tão machista. Portanto, em uma outra pesquisa, de maior tempo, como o doutorado, traremos estas questões, bem como o cruzamento com outras fontes, como processos, documentos oficiais e não só a imprensa. Até breve, mulheres!

Referências

ALVES, Cláudia. Jean-Froçois Sirinelli e o político como terreno da história cultural. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **Pensadores sociais e história da educação II**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (p. 113-133).

ALVES, Ivya. Amor e subversão: formas de resistências da literatura de autoria feminina? *In*: RAMALHO, Christina (Org.). **Literatura e feminismo: proposta teórica e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Ela Editora, 1999. (p. 107-115).

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ARCE, A. **Jardineira, Tia e Professorinha: a realidade dos mitos**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. **Educação na primeira república parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BORGES, Alanna Maria Santos; QUEIROGA, Maria do Socorro Nóbrega. O discurso médico-higienista na escola (1921-1922): a infância na imprensa paraibana. Congresso Nacional de Educação – CONEDU, I, Campina Grande-PB, 2014. **Anais...**

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CATANI, D. [et al]. História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação. *In*: CATANI, D. [et al]. (Orgs.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997. (p. 280-299).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: São Paulo, 2000.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e do Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 185-206, 1995.

COSTA, Suzana Queiroga da. **Jornal A Imprensa como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no século XX (1912 a 1942)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DELPHY, Cristine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, Helena [et al] (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (p. 173-178).

DINIZ, Ana Cláudia Araújo. **Poder e sexo: uma análise dos territórios de prostituição no Centro de Campina Grande-PB**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

DUARTE, Adjane Barros Ferreira. **A construção do feminino na Paraíba: Era Nova – 1921/1926**. 2001. Monografia (Graduação em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FONSECA, Silva Carla Pereira de Brito; CÔRREA, Maria Letícia. **200 anos de Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. **A trajetória intelectual de Eudesia Vieira: educação, feminismos e história pátria (1921-1955)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

GIORGIO, Michela. O modelo Católico. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das mulheres no Ocidente: O Século XIX**. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL. 1991. (v. 04). (p. 199-237).

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

HAHNER, June. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina: a imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 221-240, 2007.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Meryglauca Silva A. **“A creança é uma planta mimosa e gentil, frágil e encantadora”**: um estudo sobre a **Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

FERNANDES, Carlos Dias. **Escola pittoresca**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 01-02, 1995.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria da Silva; MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. **Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música: história cultural da música popular**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. **Revista em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher no século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Eduardo. **A União – Jornal e História da Paraíba: sua evolução gráfica e editorial**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1977.

MARTINS, Ismênia de Lima. Biografia, memória e gênero: a história de Alzira Reis, a primeira médica mineira. *In*: LOBO, Yolanda Lima; FARIA, Lia (Orgs.). **Histórias de vida, gênero e educação**. Curitiba: CVR, 2014. (p. 57-72).

MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1909-1987**. São Paulo: Editora Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1850)**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

NUNES Maria Lúcia da Silva; SOUSA, D. S. S. O debate sobre educação, escola e docência no jornal O Educador (Parahyba, 1921-1922). Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 10, Curitiba-PR, 2014. **Anais...**

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; SANTOS, Leonardo Querino dos. Só é sujo e doente quem quer (?): representações médicas na Paraíba do início do século XX. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, n. 01, p. 130-148, 2015.

PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo, Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, Maria Lígia; FRANCO, Stella Scatena. Cultura e política: participação feminina no debate público brasileiro. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. (p. 194-217).

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. (p. 21-44).
- RAGO, Margareth. A prostituição ontem e hoje. *In*: GRILLO, J. G. C.; GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. (Orgs.). **Sexo e Violência: Realidades antigas e questões contemporâneas**. São Paulo: Annablume Editora, 2011. (p. 211-226).
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAGO, Margareth. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). *In*: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. (p. 578-606).
- RIZZO, Gilda. **Educação Pré-Escolar**. Editora Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1982.
- ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- ROCHA, Francineide R. P. “**A oficina da nacionalidade**”: **higienização das crianças e das mães na Parahyba (1911-1927)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- RODRÍGUEZ-SERRA, Olga. A representação binária do cérebro “feminino” e “masculino” na ciência e nos meios de comunicação. **Revista da Biologia**, São Paulo, v. 15, n. 01, p. 56-64, 2016.
- ROQUETTE, J. I; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Código do bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RUIS, Fernanda Ferrari. Ouvindo Meninos: Relações de Gênero na Educação Infantil. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 19, n. 02, p. 283-294, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Erinalva Lopes dos. **Educação feminina: ideias e concepções sobre a formação da mulher veiculadas na imprensa da Parahyba do Norte (1912-1927)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- SANTOS, Erinalva Lopes dos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. Julita Ribeiro: reflexões sobre as lições de coisas (1921-1922). *In*: MACHADO, Charliton José dos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). **Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2009. (p. 75-90).
- SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antônia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHWEBEL, Dominique Fougeyrollas. Movimentos Feministas. *In*: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (p. 144-149).

SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. (p. 63-95).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 71-99, 1995.

SCIOTTI, Fernanda F. R.; PEREZ, Marcia Cristina A.; BELLIDO, Luciana Ponce. Ser Professor na Educação Infantil: Gênero e Docência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1569-1579, 2019.

SENA, Fabiana. **A tradição da civilidade nos livros de leitura no império e na primeira república**. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SILVA, Alômia Abrantes da. **As escritas femininas e os inscritos femininos: imagens de mulheres na imprensa de 1920**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher macho: tessituras de gênero, (desa)fiões da história (Paraíba, século XX)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Alômia Abrantes. Escritas e inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. *In*: SILVA, Alômia Abrantes; NETO, Martinho Guedes dos Santos (Orgs.). **Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. (p. 89-112).

SILVA, Peterson Rigato. A presença masculina na Educação Infantil: diversidade e identidades na docência. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (p. 105-120).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-117, 2000.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 05, n. 01, p. 01-23, 1997a.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarin; VAINFAS, Rodolfo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. (p. 47-55).

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 269-289, 2012.

SOUZA, Luiz de; OTTO, Claríssia. (Orgs.). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. (p. 55-81).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA, Hélio. **A História da Imprensa Brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIANNA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. (p. 159-180).

XAVIER JÚNIOR, Francisco. **Lições da Língua Materna**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1906.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, n. 22, p. 271-292, 2011.

Outras fontes (periódicos)

A CIGARRA, São Paulo, nº 223, 05 ago. 1924

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, São Paulo, nº 32, 16 de jan. 1910

O BEIJO, Rio de Janeiro, nº 12, 17 set. 1908

O COMÉRCIO, Rio de Janeiro, nº 17, 22 jan. 1911

O ESPELHO DIAMANTINO, Rio de Janeiro, nº 1, 20 set. 1827

O ESPELHO DIAMANTINO, Rio de Janeiro, nº 3, 15 out. 1827

REVISTA FEMININA, São Paulo, nº 51, ago. 1918

SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS, João Pessoa, 11 jul. 1917

TERRA LIVRE, São Paulo, nº 13, 29 jul. 1906